



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**LINHA DE PESQUISA: PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE**

**MILTON BEZERRA DE LIMA**

**“COMANDOS” E “BÊNÇÃOS” FACE AO DESAMPARO: EXPRESSÕES DA  
FUNÇÃO FRATERNA EM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE**

**Recife**

**2019**

**MILTON BEZERRA DE LIMA**

**“COMANDOS” E “BÊNÇÃOS” FACE AO DESAMPARO: EXPRESSÕES DA  
FUNÇÃO FRATERNA EM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE**

Dissertação apresentada à Banca da Universidade Católica de Pernambuco, composta pelas professoras Dr<sup>a</sup> Miriam Debieux Rosa e Dr<sup>a</sup> Maria Consuêlo Passos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, na Linha de Pesquisa Psicopatologia Fundamental e Psicanálise.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Véronique Donard**

**Recife**

**2019**

L732c      Lima, Milton Bezerra de  
              “Comandos” e Bênçãos” face ao desamparo : expressões  
              da função fraterna em adolescentes privados de liberdade  
              / Milton Bezerra de Lima, 2019.  
              112 f.

              Orientador: Véronique Donard  
              Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de  
              Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia.  
              Mestrado em Psicologia Clínica, 2019.

              1. Psicanálise. 2. Desamparo (Psicologia). 3. Psicopatologia.  
              4. Jovens e violência. 5. Adolescentes - Educação. I. Título.

CDU 159.964.2

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Alves - CRB4/1002

"

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**LINHA DE PESQUISA: PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE**

**MILTON BEZERRA DE LIMA**

**“COMANDOS” E “BÊNÇÃOS” FACE AO DESAMPARO: EXPRESSÕES DA  
FUNÇÃO FRATERNA EM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MIRIAM DEBIEUX ROSA – Examinadora Externa

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIA CONSUÉLO PASSOS – Examinadora Interna

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> VÉRONIQUE DONARD – Orientadora

**RECIFE**

**2019**

*In memoriam* a meus pais, Marina e Manoel, meus avós, Libânio, Quitéria, Manoel e Maria, Ana Santana (avó “adotiva”) e minha tia, Maria, que me ensinaram com seu afeto e exemplo a apostar na luta emancipatória a partir da ralé; a Cláudio Rocha, Gentil Sena e Rosa Pereira, que me deram coragem para descobrir afetos transformadores; a João e Andréa, adolescentes assassinados sem direito a luto (representantes de tantos outros que atravessaram meu caminho), os quais me convenceram de que nenhuma outra luta é tão urgente para a civilização quanto a de garantir infância e adolescência para todos.

## AGRADECIMENTOS

As conquistas que alcançamos na vida são sempre o resultado de muitos esforços que nos antecederam e acompanharam para que colhêssemos os seus frutos. Não podia ser diferente com a jornada que me trouxe até aqui. Por isso, não posso esquecer dos seguintes personagens que me ajudaram a cultivar a fé na boa colheita.

Maria Santana e João Guedes, meus pais “adotivos”, que teceram sonhos infantis e projetos de futuro para mim e meus irmãos.

Verônica, pelo companheirismo e amor que sobrevivem a tempos tão sombrios.

Dona Dulce, uma mãe tardia, pelo cuidado e presença em momentos cruciais.

Seu Mafra, interlocutor privilegiado para as questões que importam nesta vida.

Libânio, Manoel, Socorro e Marcelino, com os quais descobri a força e o valor das fratrias.

Meus sobrinhos, promessas de que nossos melhores sonhos sobreviverão a nós.

Jones, Magna, Graça, Paulo, Edjane, Flávio, Maria de Fátima, Maria Harten, Grimário, Claudinho e Ivan, que me revelaram a importância da amizade para não sucumbirmos na mediocridade.

Flávia, por acordar-me para projetos inadiáveis.

Betânia, Vilma, Lúcia, Bruno e Rosângela, por segurarem a barra no trabalho para que pudesse me dedicar ao mestrado.

Dr<sup>a</sup> Ana Maria Wanderley Freire, por me autorizar o acesso ao campo e aos sujeitos da pesquisa.

Dr Artur Teixeira de Carvalho Neto, pela anuência à jornada em horário especial, que permitiu compatibilizar os horários de trabalho e dedicação ao mestrado.

FUNASE, na pessoa de sua Presidente Nadja Alencar, pela disponibilidade em abrir as portas da instituição para a pesquisa de campo.

Profissionais integrantes do CASE onde desenvolvi a pesquisa de campo, por se mostrarem sempre disponíveis a contribuir para sua boa consecução.

Adolescentes que participaram da pesquisa, em especial os entrevistados, que me ensinaram a escutar o desejo que sobrevive ao instituído.

Dona Aleksandra, por mostrar-me que o compartilhamento da dor da perda de um filho pode transformar o luto em luta.

Leandra e Luiza, que me convocaram a partilhar suas vidas e a ampliar o sentido de família.

Renda e Rosa, pelo trabalho doméstico imprescindível para que eu tivesse tempo e condições para estudar.

Professora Véronique Donard, pela dedicação permanente para que o meu desejo militante se transformasse em texto e contribuição à clínica do social.

Professora Consuêlo, pelo incentivo e indicação de autores fundamentais às minhas incursões pela psicanálise implicada com os fenômenos sociais e políticos.

Demais professores do mestrado, em especial Edilene Queiroz, pelo direcionamento oportuno às preocupações surgidas ao longo do curso.

Colegas do mestrado, por compartilharem as angústias e as expectativas da empreitada.

Miriam Debieux Rosa, pela generosidade em atender o convite como examinadora externa e pela valiosa inspiração para pensar o contexto pesquisado.

## RESUMO

A temática da violência juvenil tem suscitado inúmeros debates e posturas na sociedade, inclusive quanto a um maior rigor das medidas para enfrentá-la, sem atentar muitas vezes para a eficácia e os efeitos que algumas das respostas costumam produzir sobre os sujeitos que as recebem. Como medida extrema, a privação de liberdade, ao retirar o adolescente de um contexto sociocomunitário e familiar para um ambiente estranho ou hostil, pode suscitar os sentimentos de impotência e inadequação vividos como perigo incomensurável, caracterizando uma situação de desamparo. Uma das formas de responder a essa mudança abrupta é inserir-se em um grupo que lhe pareça mais acolhedor e capaz de amenizar seu desabamento, a exemplo de duas formações presentes neste contexto: os “comandos” e os “bênçãos”, a última constituída por adolescentes que professam uma fé religiosa, a primeira, por aqueles que tentam se impor como lideranças e gestores dos conflitos e necessidades dos demais. Proponho pensar as constituições grupais em relação com a situação de desamparo vivenciada por adolescentes privados de liberdade, e que perspectivas são potencializadas por estas fratrias. Para tanto, recorro à Psicanálise, à filosofia e à sociologia para uma abordagem do desamparo na contemporaneidade e no contexto brasileiro, e para refletir sobre a pertinência do conceito de função fraterna relacionado às formas de conjugação de vínculos entre adolescentes privados de liberdade. Realizei o estudo com 4 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 15 anos, em um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) do Estado de Pernambuco, os quais observei em diferentes grupos, reunidos em torno de atividades pedagógicas, e entrevistados individualmente. Utilizei a Psicanálise como recurso interpretativo para analisar os dados coletados. No contexto pesquisado só encontramos fratrias em torno dos “comandos” e um só adolescente apontado como “bênção”, além de outros arranjos tecidos em torno do futebol, das rodas de capoeira e da oficina de pintura, os quais mitigam o desamparo discursivo e social agravados pela privação de liberdade. Espero com a presente dissertação contribuir para uma reflexão crítica entre os atores do sistema socioeducativo quanto ao entendimento da complexidade e potencialidade das formações fraternas entre adolescentes em conflito com a lei. Em nível acadêmico, que as questões suscitadas fomentem o debate e a produção sobre a temática.

**Palavras-chave:** violência juvenil; autor de ato infracional; contexto socioeducativo; desamparo; função fraterna.

## ABSTRACT

The theme of juvenile violence has aroused innumerable debates and attitudes in society, including the aspect of a higher strictness of measures intended to face it, many times without attention to the efficacy and the effects that these responses usually produce on the subjects who receive them. By taking the adolescent from a familiar socio-communitarian context to a strange or hostile environment, deprivation of liberty, as an extreme measure, may arouse the feelings of impotence and inadequacy, lived as incommensurable danger, thus characterizing a situation of helplessness. One of the ways to respond to this abrupt change is by joining a group that seem more welcoming and capable of easing their collapse, as, for example, the two formations present in this context: the “commandos” and the “blessings”. The latter is comprised of those who profess a religious faith; the first, of those who try to impose themselves as leaders and managers of the conflicts and needs of the others. Here, I propose thinking the constitution of groups with regard to the situation of helplessness lived by adolescents who are deprived of liberty and to which perspectives are potentialized by these fraternities. In order to do so, I used Psychoanalysis, Philosophy and Sociology as resources for an approach of helplessness in contemporaneity and in the Brazilian context, as well as for considering the pertinence of the concept of fraternal function with respect to the forms of bond constitution among adolescents deprived of liberty. I did this study with four fifteen-year-old male adolescents in a “Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE” (Socio-Educational Care Center) of the state of Pernambuco. I observed them in different groups, as well as united around pedagogical activities, and interviewed them individually. I used psychoanalysis as an interpretative resource to analyze the collected data. In the researched context, I found fraternities around “commandos” and only one adolescent pointed as “blessing”, besides other arrangements woven around soccer, capoeira circles and the painting workshop, which ease the discursive and social helplessness aggravated by the deprivation of liberty. Through the present dissertation I expect to contribute for critical thinking among stakeholders of the socio-educational system with respect to understanding the complexity and potentiality of fraternal formations among adolescents in conflict with the law. At the academic level, the issues raised here are expected to foment debate and production on the theme.

**Key words:** juvenile violence or youth violence; committer of an infraction; socio-educational context; helplessness; fraternal function.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A PSICANÁLISE ANTE OS SUJEITOS DO DESAMPARO CONTEMPORÂNEO</b> ....	15
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O DESAMPARO DA RALÉ</b> .....	28
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>QUAL FUNÇÃO FRATERNA?</b> .....	40
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>METODOLOGIA</b> .....	55
4.1 População e local .....	55
4.2 Considerações éticas .....	57
4.3 Instrumentos e técnicas da pesquisa .....	57
4.3.1 Observação participante .....	58
4.3.2 Entrevista semiestruturada .....	56
4.4 Método para análise dos dados .....	59
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	64
5.1 Análise das Observações .....	64
5.2. Análise das Entrevistas .....	72
5.2.1 Primeira Entrevista .....	73
5.2.2 Segunda Entrevista .....	75
5.2.3 Terceira Entrevista .....	75
5.2.4 Quarta Entrevista .....	78
5.3 Discussão dos Resultados .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>ANEXO</b>	
Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa .....	105
<b>APÊNDICES</b>	
<b>APÊNDICE A - Guia de Entrevista</b> .....	108

APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para os adolescentes .....	109
APÊNDICE C - Termo de Acordo para Observação de Atividade (monitores) .....	111
APÊNDICE D - Termo de acordo para Observação de Atividade (adolescentes) .....	112

*“Para sobreviver como um homem, não como um cadáver ambulante, como um ser humano humilhado e massacrado, mas ainda um ser humano, era preciso antes de mais nada manter-se informado e ciente de qual era seu ponto sem retorno, o ponto além do qual nunca, sob circunstância alguma, se cederia ao opressor, mesmo que isso significasse arriscar-se ou perder-se a vida.”*  
(Giorgio Agamben, O que resta de Auschwitz)

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca aprofundar questionamentos suscitados a partir de inquietações presentes no trabalho como Psicólogo do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde acompanho e avalio o atendimento socioeducativo prestado a adolescentes e jovens, entre 12 e 21 anos incompletos, que cumprem Medidas Socioeducativas.

A temática da violência juvenil tem suscitado inúmeros debates e posturas, em especial entre os operadores do direito, os quais tentam responder às inquietações de parte significativa da sociedade que pressiona por medidas que freiem o suposto agravamento do fenômeno<sup>1</sup>. Uma das respostas recorrentes aplicadas pelo Sistema de Justiça tem sido o recurso à medida socioeducativa de privação de liberdade, considerada a mais gravosa e excepcional dentre elas, e certamente a que melhor atende ao apelo “violento e insensato” da reposição da lei ante o declínio da imagem paterna, como afirmado por Dunker.

Na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) retorna-se ao “projeto de civilização” que sempre moveu o positivismo à brasileira, em suas duas faces: “1. muros e fronteiras para produzir uma espécie de determinação particular gerida por regras de exceção; 2. Exagero paródico de um síndico [o Sistema Socioeducativo] às voltas com a recusa da indeterminação social representada pela loucura [no caso, pelo ato infracional]” (DUNKER, 2015, p. 122).

Consideramos que a perda da liberdade e a separação do adolescente de um contexto sociocomunitário e familiar conhecido para um ambiente estranho e muitas vezes hostil, pode suscitar o sentimento de impotência e inadequação ante a grandeza da circunstância de perigo encontrada, caracterizando uma situação de desamparo. Como pontua Pereira (2008), “experiências cruciais [...] inscreverão de modo mais definitivo as situações de perda e separação como formas do perigo, enquanto este remete à possibilidade de instauração efetiva de uma situação de desamparo” (p.196). Uma das formas de responder a essa mudança abrupta é inserir-se em um grupo que lhe pareça mais acolhedor e capaz de amenizar seu desabamento.

Portanto, propus como **objetivo geral** da presente dissertação pensar as formas de associação forjadas por adolescentes, em meio à situação de desamparo vivenciada por ocasião de sua privação de liberdade. Como **objetivos específicos**, busquei investigar se o desamparo

---

<sup>1</sup> Dado fácil de refutar, como na pesquisa que apontou que menos de 1% dos adolescentes envolvem-se em prática infracional (Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social. Educar ou Punir? A realidade da internação de adolescentes em unidades Socioeducativas no Estado de Pernambuco. Recife, 2017, p. 11).

discursivo e social comum a suas histórias de vida é agravado pela internação e quais as perspectivas abertas pelas fratrias tecidas nesse contexto.

Fundamento minha reflexão em quatro momentos distintos. No primeiro capítulo, trato do desamparo na contemporaneidade, situando em especial a problemática dos que estão sujeitos a traumas decorrentes de situações de grave violência e exclusão social, os quais expressam de modo emblemático as formas de sofrimento produzidas sob o modelo de sociedade e economia neoliberal hegemônico na fase atual do capitalismo. Utilizo os textos freudianos pertinentes em diálogo com autores contemporâneos. Com Pereira trato da distinção entre situação e condição de desamparo, fundamental para compreender as formas traumáticas que podem assumir e na definição da melhor abordagem terapêutica ao problema. Rosa e Safatle permitem formular ponderações ético-políticas sobre os posicionamentos possíveis para sujeitos desestabilizados ante o poder soberano representado pela biopolítica avassaladora do capitalismo. Propõem, diante deste cenário, retirar os sujeitos do desamparo do aprisionamento às formas tutelares, para que transformem o laço social. Discuto, a partir de Safatle, a perspectiva de uma subjetivação antipredicativa, por ele designada de política do desamparo. E com Rosa, reflito as possibilidades de resiliência em sujeitos traumatizados por experiências-limite, no sentido da superação do seu desamparo discursivo e social.

O capítulo seguinte trata dos sujeitos do desamparo radical representados pelo “muçulmano” e pela “ralé”, figuras com que a filosofia de Agamben e a sociologia de Souza se aproximam para falar da brutal desigualdade que caracteriza as sociedades capitalistas, notadamente a brasileira. O filósofo usa a expressão “muçulmano” para descrever aqueles que, tal qual os prisioneiros dos campos de concentração, renunciam a qualquer esperança de sobreviver, o que considera a imagem do mal na contemporaneidade, como é o caso de refugiados, migrantes, sem-terra e sem-teto em diáspora permanente e alvos de toda sorte de hostilidade. O sociólogo nomeia como “ralé” a classe de indivíduos despojados de capital cultural e econômico, mas sobretudo das condições para superar sua desvantagem, cujo abandono constitui o maior flagelo social e político da sociedade brasileira. A evidente proximidade entre a “ralé” e o “muçulmano” se expressa de modo mais eloquente quando pensamos o quanto ambos estão reduzidos aos seus corpos, vinculados à espécie humana pela mera pertença biológica, em sentido estrito e descolado de qualquer perspectiva de solidariedade ou política. Os autores nos convocam a perder as ilusões com a retórica igualitária e democrática com que o liberalismo vigente esconde e justifica a dominação das classes que detêm o capital econômico (classe alta) e cultural (classe média). No entanto, Rosa aposta que uma psicanálise implicada pode restituir o desejo de emancipação para estes sujeitos e enxerga

que sua subjetivação na dessubjetivação é uma estratégia de espera, que aguarda a escuta do desejo que não se apagou.

No capítulo sobre a função fraterna proponho-me a responder a indagação sobre a possibilidade de o adolescente privado de liberdade, predominantemente oriundo da “ralé”, produzir laços e constituir narrativas necessárias à sua transformação subjetiva e do seu contexto. A partir de Kães explicito a importância do fraterno para a constituição do sujeito do inconsciente e da cadeia intersubjetiva, destacando as alianças inconscientes como presentes nas formações e nos processos dos laços fraternos, abordagem que me forneceu elementos para pensar as diversas associações grupais encontradas no campo de pesquisa. Khel põe em cena a orfandade dos filhos da “ralé” como caminho aberto para experimentos estético-políticos a partir da função fraterna, como suplência à função paterna, uma vez que são os irmãos que barram os abusos do pai despótico e erigem em seu lugar o pai simbólico. Isso não se faz sem recurso ao significante Divino, que garante uma recompensa à cota imensa de renúncia ao gozo exigida da “ralé”, um sentido ao interdito da Lei simbólica e uma valorização à vida contra a resignação da banalidade da morte. Assim chegamos aos “bênçãos” e “comandos” como possíveis fratrias presentes no território da privação de liberdade. Rosa pensará a necessidade de implicar estes sujeitos com seu ato transgressivo, através do apoio em figuras que o coloquem em contato com a lei e o desejo, fundamentos para seu reposicionamento subjetivo e no laço social.

Dedico o último capítulo à metodologia, quando trato dos procedimentos da coleta de dados, sua análise e discussão sob o enfoque interpretativo da psicanálise.

## CAPÍTULO 1

### A PSICANÁLISE ANTE OS SUJEITOS DO DESAMPARO CONTEMPORÂNEO

*Retomar a vida como bios supõe o deslocamento do gozo monitorado politicamente e mortífero para o desejo, para uma práxis caracterizada pelo resgate da experiência compartilhada [...] laços de amor e amizade que fazem ruir alegremente as grades opressoras do poder soberano e propiciam o livre pensar (ROSA, 2016, p. 143).*

Freud situa, em *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926), a origem do desamparo humano nas situações de perigo caracterizadas como aquelas decorrentes de uma não satisfação das necessidades e das pulsões que levam a uma crescente tensão à qual a criança não consegue responder, nomeando três fatores que submeteriam o ego a uma interminável batalha contra as forças do id, do superego e da natureza, e cuja consequência é a neurose. O fator biológico é o que nos tornaria a espécie mais desamparada e dependente, em face de nascermos prematuramente e sofrermos enorme influência do meio exterior, de cujas ameaças somos protegidos pelo cuidado de um outro, o que tornará esta vivência inicial o protótipo da necessidade de ser amado que nos marcará por toda a vida. A angústia se instala e se mantém como resposta ao desamparo biológico a que a criança esteve exposta. O fator filogenético fundamenta-se na peculiaridade do nosso desenvolvimento libidinal, caracterizado pela interrupção após o quinto ano de vida, quando o ego identifica as moções pulsionais como perigosas, desviando seu curso natural. A pressão da sexualidade infantil ressurgirá com grande força durante a puberdade e seu necessário recalque resultará em manifestações patológicas. As moções pulsionais exercerão, desde suas primeiras manifestações, o mesmo efeito que os estímulos externos exerceram inicialmente sobre o ego, aproximando os fatores biológico e filogenético em termos do perigo que representam para a criança. O fator psicológico, por sua vez, obriga o ego a considerar o id e sua incessante pressão, levando a uma solução de compromisso “restringindo sua própria organização e aquiescendo na formação de sintomas em troca de ter prejudicado o instinto” (p. 180). Uma vez que o id insista em pressionar, as defesas erguidas mostram-se insuficientes para resistir-lhe e o ego é obrigado a recorrer a formações neuróticas que atendam parcialmente às novas exigências pulsionais.

No *Mal-estar na civilização* (1930), dará ênfase aos dissabores resultantes das relações humanas como fator de desestabilização psicológica. Lidamos de modo diferente com as três

fontes de sofrimento – a superioridade da natureza sobre nós, a nossa fragilidade corpórea e a inadequação das instituições sociais (família, estado e sociedade) às nossas necessidades e desejos –, adotando uma atitude de mitigação dos efeitos das duas primeiras, a partir do acúmulo de experiência ao longo da história; enquanto que permanecemos francamente descontentes com o resultado de nossos esforços em torno do que estabelecemos como regras para a convivência social, pois não nos proporcionam os benefícios e proteção esperados. Isso se deve ao fato de que, apesar das evidentes conquistas que os avanços civilizacionais nos ofereceram, uma cota considerável de renúncia pulsional nos é cobrada, seja em relação aos impulsos sexuais seja em relação à agressividade, o que torna “difícil ser feliz nessa civilização” (p. 137).

Após constatar o quanto as pulsões autodestrutivas nos movem tanto quanto as eróticas, Freud interroga-se pelos dispositivos que a civilização utiliza para exercer o controle das moções agressivas, encontrando no sentimento de culpa a explicação para o seu desvio e redirecionamento de fora para dentro do próprio ego, de onde se originou sob a égide do narcisismo.

[...] Se a civilização constitui o caminho necessário de desenvolvimento, da família à humanidade como um todo, então, em resultado do conflito inato surgido da ambivalência, da eterna luta entre as tendências de amor e de morte, acha-se a ele inextricavelmente ligado um aumento do sentimento de culpa, que talvez atinja alturas que o indivíduo considere difíceis de tolerar [...] (p. 157).

O superego cultural passa a constituir uma potente força promotora do desamparo ante exigências inalcançáveis e intransigentes, a submeter o ego a um trabalho de Sísifo para sustentar uma ética das relações humanas como

[...] uma tentativa terapêutica – como um esforço por alcançar, através de uma ordem do superego, algo até agora não conseguido por meio de quaisquer outras atividades culturais [...] o problema que temos pela frente é saber como livrar-se do maior estorvo à civilização – isto é, a inclinação, constitutiva dos seres humanos, para a agressividade mútua [...] (p. 167).

Ante o quadro desolador produzido pela exacerbação do sentimento de culpa imposto pelo superego cultural como um poder soberano<sup>2</sup>, Freud propõe a seguinte saída ética, compartilhada por Agamben e Safatle, como os autênticos desafios da destituição da tirania superegoica e da superação do sujeito predicativo calcado na possessividade individualista:

---

<sup>2</sup> Utilizamos aqui a expressão no sentido em que é empregado por Agamben (2010), qual seja, “o poder de proclamar o estado de exceção e de suspender, deste modo, a validade do ordenamento” (p. 22), que se corporifica na soberania estatal não “propriamente definida como monopólio da sanção ou do poder, mas como monopólio da decisão” (p. 23). Podemos transpor “estatal” para cultural, no sentido das instâncias que impõem dispositivos incorporados pelos sujeitos como normatividades incoercíveis, que dirigem sua conduta e definem seu modo de se relacionar e viver socialmente.

[...] somos frequentemente obrigados, por propósitos terapêuticos, a nos opormos ao superego e a nos esforçarmos por diminuir suas exigências [...] Ele também não se preocupa de modo suficiente com o fato da constituição mental dos seres humanos. Emite uma ordem e não se preocupa se é possível às pessoas obedecê-las [...] o id não pode ser controlado além de certos limites [...] A civilização [...] meramente nos adverte que quanto mais difícil é obedecer ao preceito, mais meritório é proceder assim [...] Que poderoso obstáculo à civilização a agressividade deve ser, se a defesa contra ela pode causar tanta infelicidade quanto a própria agressividade [...] Enquanto, porém, a virtude não for recompensada aqui na Terra, a ética, imagino eu, pregará em vão. Acho também bastante certo que, nesse sentido, uma mudança real nas relações dos seres humanos com a propriedade seria de muito mais ajuda do que quaisquer ordens éticas; mas o reconhecimento desse fato entre os socialistas foi obscurecido, e tornado inútil para fins práticos, por uma nova e idealista concepção equivocada da natureza humana (FREUD, 1930, p. 167-168).

Mas, de imediato, Freud nos adverte quanto aos riscos de transpor para o cultural os conceitos que foram desenvolvidos no âmbito clínico, em especial no que se refere à ausência de um fundo de comparação de normalidade ante um contexto tomado por patológico, como se tem no caso dos indivíduos em relação à suposta normalidade do seu meio social. E, em termos práticos, indaga como a psicanálise poderia se impor como tratamento a um grupo social mais amplo. Apesar das ressalvas, não hesita em convocar a psicanálise a considerar os processos de sofrimento enfrentados pelo sujeito no contexto da cultura em que está inserido.

[...] a despeito de todas essas dificuldades, podemos esperar que, um dia, alguém se aventure a se empenhar na elaboração de uma patologia das comunidades culturais (p. 169).

Ante as proposições acima, o que o sujeito e a cultura podem fazer para lidar melhor com o desamparo, em especial o que decorre de sua agressividade e destrutividade? Neste sentido, quais os limites e possibilidades da intervenção psicanalítica no âmbito clínico e cultural?

A psicanálise, enquanto processo terapêutico e como crítica do social, constitui uma via privilegiada para lidar com o desamparo psicológico. Neste sentido, disponibiliza ao sujeito oportunidades de reposicionar-se ante as situações de desamparo, à medida que lhe propicia o suporte necessário à convivência com esta condição fundamental ao próprio funcionamento psíquico. Pereira (2008) defende a necessidade de manejo do angustiante nas situações de desamparo, quando alcançam um nível de desmesura, demandando sua mitigação a um ponto ótimo, desejável para desdobrar um processo de elaboração e transformação do silêncio em palavra, para transformar o inominável em uma “obra de linguagem” (p. 171). Sob estas balizas, a elaboração analítica emancipa o sujeito da submissão às injunções mortíferas do superego, ao mesmo tempo que lhe retira o recurso a uma instância onipotente e benévola que lhe garanta

quanto aos seus desejos, aos perigos da vida e à própria morte. Liberto do medo de existir sem garantias o sujeito pode experimentar uma vida criativa, mesmo que se sabendo exposto a situações imprevisíveis de desabamento.

Todavia, os sujeitos que experimentam situações-limite ou traumáticas, as quais não puderam esquecer ou recalcar, a exemplo de refugiados forçados ou daqueles submetidos à grave violência, não conseguem encarar o desamparo em sua dimensão ontológica, posto que este contato pressupõe o recalque e o manejo do angustiante:

[...] O traumático faz-se quando o sujeito, diante do desamparo que lhe é constitutivo [...] recua nesse embate com a violência obscena do Outro – lança o sujeito no impedimento do esquecimento ou do recalque necessário para tomar seu lugar no acontecimento e para a tramitação do trauma [...] no lugar da representação da experiência [...] apresentam-se imagens, manifestações ao modo da loucura individual ou coletiva [...] característica dessa dor, diferente das psicoses e expressa pelo estranhamento (ROSA, 2016, p.67).

Interessa-me particularmente esta perspectiva, por instigar a escuta daqueles para quem esteve endereçada minha prática profissional há certo tempo, a saber, adolescentes em conflito com a lei, em sua imensa maioria oriundos da periferia da Região Metropolitana do Recife, com histórias marcadas pela violência em todas as suas faces. No entanto, considerando uma outra abordagem sobre o desamparo que guiou minhas primeiras reflexões sobre o tema, a de Safatle, pareceu-me oportuno estabelecer uma dialetização entre ambas.

Os autores partem de Freud para denunciar o poder soberano e sua expressão contemporânea na biopolítica avassaladora promovida pelo capitalismo. Todavia, enquanto o filósofo localiza a resistência privilegiada a esse processo numa subjetivação antipredicativa por ele designada de política do desamparo, a psicanalista encontra possibilidades de resiliência em sujeitos desestabilizados por experiências-limite, na superação do desamparo discursivo e social em que foram lançados.

Começamos por Rosa, para quem a psicanálise, desde o seu nascimento, dialogou com a política, como atestam os diversos textos de Freud sobre temáticas como a guerra, o poder, o pacto social, os laços libidinais que constituem as comunidades humanas, nos quais ele interroga sobre o que e como se produz dominação e submissão.

Diversos autores das ciências sociais, posteriormente a Freud, preocuparam-se também com o que ocorre no interstício das relações de poder, ou seja, como se forja um espaço comum compartilhado e disputado pelos diferentes atores, os escultores da política. Arendt resgatará o sentido atual da *pólis* grega, para pensar a sociedade moderna como um campo aberto a forças distintas, umas voltadas à construção da pluralidade e sua expressão comunal, o

compartilhamento da experiência; outras, buscando a hegemonia e o apagamento das diferenças, tendência dominante no estado atual do capitalismo monopolizado pela ideologia liberal cuja “consistência e a-historicidade [...] obscurecem seus interesses na manutenção sociopolítica” (ROSA, 2016, p. 23).

Para Rosa a psicanálise e a política comparecem neste cenário para implicar a singularidade do desejo, da verdade e do gozo com o laço social, desnaturalizando formas de dominação mascaradas de inevitáveis ao confundir “o impossível (relação com a morte e com o desejo como falta) com o proibido (relação com as leis sociais)” (p. 24).

As posições ocupadas pelos sujeitos no social têm origem em processos operados pela linguagem enquanto produção de discursos de validação/invalidação dos atores e impasses políticos. Assim, os conflitos são invisibilizados quando se patologizam ou criminalizam os indivíduos que os encarnam. Por outro lado, infla-se o narcisismo daqueles que usufruem da “distribuição perversa dos bens e do gozo” (p. 24), ao custo da “submissão do outro à posição escravizada” (p. 24).

O laço social em que está imerso considerável contingente de sujeitos compõe-se de forças políticas que exercem sobre eles poder e violência desmedidos, cuja reiteração acaba por naturalizar seu *desamparo social* enquanto “submissão sistemática aos parâmetros dominantes” (p. 25). Sob tal impacto produz-se o *desamparo discursivo*, levando-os ao silenciamento, processo que orienta a compreensão de fenômenos sociais e seus efeitos subjetivos, atravessados pela “lógica dos discursos no capitalismo e na globalização e seus efeitos de alienação e seu *phatos*” (p. 25).

A autora adota uma abordagem rigorosamente freudiana, ao defender que não importa a natureza do acontecimento – catástrofes naturais, crueldades humanas, abusos sexuais, etc – que produz o trauma, mas sim a impossibilidade de sua elaboração por parte do sujeito. Preocupa-a reintroduzir o sujeito na cena traumática, despotencializando o caráter avassalador do acontecimento, numa escuta e transformação do drama em narrativa ressignificada e compartilhada. Todavia, permite-se atualizar e contextualizar o percurso freudiano, a fim de substituir sua hipótese a respeito do acontecimento traumático como gerador da neurose pelo “trabalho com a realidade psíquica ou a fantasia libidinalmente investida” (p. 64), modo de situar a especificidade da clínica em situações-limite como uma intervenção ético-política. Recusa-se a enquadrar os sujeitos que vivenciaram catástrofes ou tragédias em categorias tutelares como a do “*stress* pós-traumático”, em que há uma clara estratégia de controle biopolítico, ao reduzir os envolvidos a vítimas do acontecimento.

Visando identificar a verdadeira trama política que enreda sujeitos invisibilizados na cena contemporânea, demarca sua condição de desamparo discursivo como uma produção do

[...] discurso social e político, carregado de interesses e visando manter ou expandir o seu poder, [e com isto] mascara-se de discurso do Outro (campo de linguagem) para capturar o sujeito em suas malhas, seja na constituição subjetiva, seja na destituição subjetiva [...] para governar o sujeito e sua trajetória na cena familiar, social e política [...] (p. 24).

O *desamparo discursivo* decorre do *desamparo social*, uma discrepante relação de forças entre os atores sociais, que submete segmentos consideráveis da população ao grupo hegemônico. A naturalização da disparidade apaga “a força discursiva dos que estão submetidos” (p. 24-25), culpabilizando-os por sua condição social plurideterminada. Sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia.

[...] Essa condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete à angústia ante o desamparo que perpetua a condição traumática [...] a desorganização subjetiva decorrente da emergência daquilo que está fora do sentido e da significação (p. 47-48).

Uma das formas de ocultar as razões do mal-estar é a utilização da violência descontextualizada de sua tessitura sócio-política, para capturar os sujeitos pelo excesso da paixão que suas imagens veiculam, impedindo o olhar crítico sobre os processos de transmissão de valores e de submetimento da maioria para sustentar o funcionamento do sistema vigente.

Portanto, em tal contexto, é necessário desmascarar a lógica imperativa da ideologia neoliberal, que relega seus excluídos ao lugar de resto social, alertando para os seus efeitos alienantes e de sofrimento psíquico. O trabalho analítico é o de manter o sujeito enraizado no seu tempo, o que envolve a identificação da violência dos discursos no capitalismo como apelo ao gozo mortífero (para o desejo) sob a forma de consumo e lucro, bem como de sofrimento. Os fenômenos sociais devem ser analisados como continuidade discursiva: a verdade do sujeito pode ser elucidada em âmbitos diversos do enquadramento que a ideologia dominante tenta impor.

[...] os discursos jurídicos, médicos, políticos, policiais compõem uma montagem e produzem uma série de figuras e se atualizam na cena social – o delinquente, o louco, o pobre -, modo utilizado para impor uma verdade sobre eles (p. 26).

Desse modo, para alcançar o sujeito para além da sua produção discursiva alienante, a psicanálise precisa estabelecer interlocução com outros saberes, para apreender criticamente os fenômenos sociais e políticos, e ocupar o seu lugar específico na dimensão inconsciente das práticas sociais.

Concebe, então, uma psicanálise implicada como “aquela em que as teorizações sobre desejo e gozo incluem o modo como os sujeitos são capturados e enredados na máquina do

poder, de modo que algumas vezes tenha suspenso seu lugar discursivo” (ROSA, 2016, p. 29). Introduzir no discurso dominante o equívoco de tentar recobrir toda a realidade é convocar o sujeito a resgatar a sua história e inscrevê-la como memória compartilhada. As intervenções clínicas prestam-se a fornecer elementos para transformação no campo simbólico/imaginário, municiando os sujeitos para resistirem à manipulação e instrumentalização do seu gozo e sofrimento.

Rosa define a metodologia de trabalho clínico adotada como intervenções psicanalíticas clínico-políticas, um “campo epistemológico, ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência” (p. 31). Reconhece que a proposta abre inúmeras questões, como a demanda dos sujeitos a quem se destina, uma vez que as condições em que se encontram impedem que formulem seu desejo de análise nos termos comuns de quem a procura. Por isso, o analista partirá do laço clínico possível em tais contextos, apresentando-se no espaço em que circulam os sujeitos como uma possibilidade de escuta de sua fala silenciada. Fundamental que o analista conheça e se entrose com as diversas formas de circulação da palavra que são articuladas pelas instâncias de acolhimento ofertadas a esses sujeitos. É assim que constitui sua intervenção como uma especificidade própria e reconhecível como um recurso a mais disponível na rede de atenção.

E como se dará o tratamento em tal contexto? Sugere a necessidade de fundamentá-lo nos seguintes eixos ético-políticos:

[...] restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro; trabalhar na direção de articular o singular do sujeito no laço social; romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico e marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo (p. 31).

No trabalho com refugiados e migrantes a autora retirou algumas das estratégias para a escuta analítica em contextos adversos, as quais levaram em conta a precarização da “função pacificadora e estabilizadora do eu” (p. 57), decorrente dos sucessivos deslocamentos dessas pessoas. Se isso favorece um movimento desejante, pelo abrandamento de leis e valores, por outro dificulta que tenham laços de pertencimento com os outros no seu percurso errante. Os “abalos identitificatórios” desestabilizam o eu, seja no imaginário (eu ideal), seja no simbólico (ideal de eu), provocando efeitos de desorientação, que reduzem seu raio de interação social ao mínimo necessário à sobrevivência e, desse modo, descartam os artifícios narcísicos e resignam-se à tutela que encontram.

Portanto, como sujeitos em diáspora de si e dos acontecimentos (que não conseguem não lembrar), avessos à interação com o outro (visto com desconfiança por quem acostumou-

se à brutalidade alheia), o refugiado e o migrante metaforizam outros tantos exilados da cidadania, efeitos de uma globalização desigual, a quem a autora propõe a circulação da palavra.

Safatle (2016), por sua vez, privilegia uma análise da circulação dos afetos na sociedade como forma de entender os verdadeiros alicerces que a sustentam. Para ele não basta a uma crítica social descerrar a cortina da normatividade para descobrir os fatos que a contestam, mas intervir sobre a própria continuidade do *socius* hegemônico materializado pelas formas de vida guiadas pela centralidade de determinados afetos. Mesmo que a racionalidade dominante seja contestada por diferentes lógicas em funcionamento na sociedade, os sujeitos e seus corpos reproduzem modos de afetar-se que só se alteram sob um desabamento que decreta a obsolescência das formas de vida existentes, anunciando horizontes para os quais as referências conhecidas não servem como cartografia.

[...] Se não é a adesão tácita a sistemas de norma que produz a coesão social, então devemos nos voltar a circuitos de afetos que desempenham concretamente esse papel. Eles nos permitirão compreender tanto a natureza de comportamentos sociais quanto a incidência de regressões políticas, desvelando também como normatividades sociais fundamentam-se em fantasias capazes de reatualizar continuamente os mesmos afetos em situações materialmente distintas umas das outras (p. 16).

Ele toma como uma das linhas de força para sua reflexão a “articulação entre afetos e corpo político”, problematizando por que o olhar hobbesiano tornou-se a lente principal utilizada pelo Ocidente para erigir o medo como afeto primaz da governança. O que essa perspectiva fez circular não foi somente o medo como afeto inquestionável, mas a produção do sujeito liberal, tornando a integridade e a privacidade do indivíduo os fatores mais determinantes na coesão social. Portanto, o indivíduo liberal passa a constituir o fundamento do pacto contratualista necessário à conservação do medo como política, como defesa das fronteiras da propriedade e dos interesses de cada um contra as ameaças do invasor. A conquista da liberdade como bem supremo se deu às custas de uma cultura igualmente marcada pela necessidade de proteger-se do outro e de sua ameaça de despossessão, pela criação de dispositivos securitários para resguardar uns dos outros.

Para o autor, no entanto - e isso constitui a segunda linha de força de sua crítica - o indivíduo tende a desaparecer enquanto categoria, desde que o medo deixe de ser o afeto central na gestão da sociedade. É aqui que dá ao conceito freudiano de desamparo a potência de destituição do poder soberano, e o contrapõe ao uso de afetos afirmativos que não lograram a produção de uma política consistente que superasse o estado atual de coisas. Freud revestiu o desamparo de uma porta aberta a múltiplas possibilidades: o medo, a angústia social ou o ponto de partida para um gesto emancipatório, de ruptura com o *status quo*. O primeiro desafio para

uma mudança de estado social e subjetiva é retirar o desamparo de seu aprisionamento às saídas neuróticas, isto é, ao cuidado e dependência de um poder que cuida e reintegra o sujeito à boa convivência com a ordem instituída. Parece-nos, num primeiro plano, uma convergência com Rosa, no sentido de recusar a permanência do sujeito desamparado numa posição de vitimizado, embora ela não veja em Freud senão a saída neurótica como possibilidade, o que escapa a Safatle, por não considerar a necessidade do recalque para que o sujeito suporte o desamparo ontológico.

Uma terceira linha de força ergue-se contra a recuperação da teoria do reconhecimento contemporâneo e sua tentativa de normatizar as demandas sociais através de uma “antropologia psicanaliticamente orientada e remodelada a partir de certas interpretações de dados advindos das psicologias do desenvolvimento” (SAFATLE, 2016, p. 23). A abordagem busca naturalizar o sujeito autônomo e autêntico, em posse de predicativos que constituem a precondição de toda política, como se a luta social se reduzisse à mera garantia da fruição do reconhecimento de “indivíduos proprietários emancipados” (p. 23). O autor contrapõe ao reconhecimento condicionado pela preexistência do sujeito predicativo uma forma produtiva de reconhecimento antipredicativo, baseado na negatividade dialética. Entramos na quarta linha de força da construção do pensamento do autor, que trata a política como resistência a toda institucionalidade e normatividade que ordene os indivíduos e suas diferenças, fundamentando-se na concepção de Marx do proletariado como agente antipredicativo e impessoal por excelência.

Por fim, levanta-se contra o uso político da diferença e da identidade como supostas forças transformadoras, pois as considera uma “oposição radicalmente complementar” (p. 25), portadoras de predicativos que podem estar em posse de indivíduos. A ambas antepõe a indiferença, uma zona de indiscernibilidade capaz de fazer ruir as determinações que categorizam individualidades. O sujeito da indiferença é o sujeito desamparado que se abre a vínculos inconscientes, marcados pela causalidade inconsciente e, portanto, “distinta do princípio de causalidade próprio à consciência como modalidade de presença” (p. 25). Trata-se da quinta linha de força que o orienta, para a qual considera o conceito de amor, como desenvolvido pela psicanálise, a melhor expressão dos laços que o desamparo pode produzir, por não se reger pelas “figuras do contrato das trocas recíprocas, do consentimento consciente ou da afirmação identitária de si” (p. 26). Pelo contrário

[...] O amor é, segundo Lacan, uma relação que nos desampara, mas que nos recria [...] abre a compreensão para a relação entre sujeitos que, ao menos por um momento, deixam de querer ser determinados como pessoas individualizadas (p. 26).

Para o nosso propósito, consideraremos a quarta e a quinta linhas de força, a fim de estabelecer uma interlocução da tese de Safatle com o pensamento de Rosa.

Entendemos que a recuperação que o autor faz do conceito marxista de proletariado pode iluminar e animar politicamente estratégias de resistência ante a lógica de silenciamento de sujeitos desamparados. Afinal, o autor recoloca o proletariado na cena política atual sobretudo para questionar seu apagamento pelo multiculturalismo e redução que este operou das lutas sociais à mera pauta reivindicatória por reconhecimento. O que importa do conceito marxista é a sua força des-identitária como pressuposto à “toda emergência de sujeitos políticos” (SAFATLE, 2016, p. 231). A posição antipredicativa do proletariado é o porvir de um novo sujeito, liberto de qualquer grilhão identitário, permitindo que frequente diferentes lugares sem fixar-se a nenhum, como na alegoria marxista do homem livre, que pesca de dia, pastoreia à tarde e escreve literatura à noite, sem pertencer a nenhuma dessas categorias. Portanto, ao encarnar a dissolução de todas as classes, o proletariado anuncia a “perda total da humanidade” (p. 236), por não encontrar referências de si no quadro das representações atuais e por constituir-se enquanto “sujeito como vazio” (p. 237), ou seja, fora de qualquer “tentativa de reinstaurar identidades imediatas entre sujeito e seus predicados” (p. 237). A mudança estrutural advinda do solapamento da propriedade privada não se dá apenas no campo econômico, mas também na economia psíquica centrada no sujeito enquanto personalidade autônoma, uma vez que o que desaparece é o próprio como regime identitário. Por isso, Safatle arrisca definir o “proletariado” como um horizonte pós-identitário que constitui

[...] a nomeação política da força social da desdiferenciação identitária cujo reconhecimento pode desarticular por completo sociedades organizadas a partir da hipóstase das relações gerais de propriedade (p. 238).

Enxergamos nessa condição muito do que Rosa encontra presente em sujeitos expostos a situações de violência na forma de suspensão de qualquer laço social, de destituição de identidade e pertencimento com sua comunidade de origem ou àquela que o acolhe, sujeitos da errância por excelência. Todavia, ela não aposta que esse desamparo é uma porta aberta à transformação, e sim sua elaboração, que requer, num primeiro momento, a mitigação do traumático em forma de rede de acolhimento. De qualquer modo, ambos recusam o lugar de vítimas e de uma política compensatória para estes sujeitos, por saberem que escancaram as fissuras no edifício social e, portanto, como ninguém, nos convocam a pensar se vale a pena mantê-lo de pé e não arriscar uma outra forma de vida societária.

Nas palavras de Safatle, referindo-se a uma autonomia da política para desativar a paralisia de uma perspectiva culturalista ou economicista, preocupada em contemplar interesses comezinhos de segmentos identitários ou em compensar materialmente grupos empobrecidos:

[...] a política des-identifica os sujeitos de suas diferenças culturais, ela os des-localiza de sua nacionalidades e identidades geográficas, da mesma forma que ela os des-individualiza de seus atributos psicológicos [...] a política desconhece indivíduos, e essa talvez seja uma das lições mais atuais de Marx [...] sujeitos só se transformam em sujeitos políticos quando suas demandas individuais se des-individualizam, podendo assim aparecer como condição maior para a ampliação genérica de direitos (SAFATLE, 2016, p. 244).

Ou seja, sujeitos só podem emancipar-se coletivamente e, portanto, no compartilhamento da experiência que os torne mais que suas pertenças segmentadas. Essa é a convicção de Rosa quando intervém em situações de alta vulnerabilidade social, de que o silenciamento só pode ser superado com a circulação da palavra, o que se dá em meio a uma realidade preñe de diferenças e desigualdades de gênero, de etnia, de idioma e de classe. Fazer a escuta de cada um desses sujeitos em lugares identitários apartados, ao invés de considerar a confrontação das des-identidades circulantes, seria fazê-los regredir a uma narrativa alienante e centrada no trauma que os aprisiona.

Na sua quinta linha de fuga Safatle propõe fechar sua argumentação em torno do amor como expressão de um “acontecimento por desposseção cuja necessidade devemos defender e cuja anatomia devemos compreender” (p. 255). Mas deixa claro que não está se referindo ao amor romântico, nem ao Ágape e nem mesmo a Eros, mas a uma “poesia dos espaços sem simbiose e sem individualização” (p. 256). O que significa afirmar que, no lugar das “expectativas românticas de fusão sacrificial” (p. 259),

[...] o que nos impulsiona e sustenta as relações amorosas não tem a figura de atributos individuais conscientemente dispostos [...] caracteriza-se por ter a força de desestabilizar o que se deixa narrar sob a forma da atribuição e da predicação [...] (p. 259).

Afinal, o amor desampara e põe em circulação afetos bem distintos daqueles que compõem o lastro social vigente como relação de troca, pois baseado na circulação de dons e não na reciprocidade e, por isso, caracterizado como disjuntivo, dissolutivo do próprio, do que não se tem, mas que é ofertado como gesto suntuário do que se perde para o amante. Ou seja, os amantes não estabelecem entre si um contrato regido pela vontades e interesses mútuos, mas pelo desejo que lhes escapa em direção ao outro, destituindo-lhes de si.

[...] Há uma circulação, no interior das relações afetivas, que me destitui do estatuto de proprietário. Por isso, essa ação de dom, ao mesmo tempo que é demanda de engajamento mútuo, não pode funcionar nos parâmetros da reciprocidade ou da oblatividade (p. 265).

O caráter de desperdício envolvido na oferta amorosa é dissonante do contratualismo utilitário e proprietário que rege o sujeito na sociedade mercantil; portanto, colide com o cálculo de perdas e ganhos, vantagens e desvantagens, e relança os amantes na desmesura que os transtorna e transforma em completamente distintos do que julgavam ser:

[...] Amantes desencontrados gozam da repetição insistente do tempo desperdiçado, desse tempo preñado de movimentos que não queremos mais saber se provocam prazer ou desprazer, dor ou alegria [...] Um tempo de repetição liberada, que nos causa sob as formas do inconsciente. Tempo que se conquista gradualmente das mãos da angústia, que se conquista das mãos opacas dos deuses que apostam (SAFATLE, 2016, p. 282).

A epígrafe deste tópico remete a um motor comum que mobiliza ambos os autores: as possibilidades abertas pelo compartilhamento da experiência que se liberta das formas opressivas atuais. E Rosa inclui entre os esforços nessa direção a escuta do desejo silenciado e suspenso do outro tornado resto, excedente e sobra da sociedade neoliberal. Aqui encontramos o que Safatle pensa como a potência proletária da des-identidade, em sua forma politicamente indesejável porque opressiva, mas simultaneamente indicativa de que a desigualdade atroz não será superada com medidas compensatórias e localizadas em termos econômicos e culturais, mas sobretudo por uma política capaz de radicalizar o igualitarismo. Modo de dizer que uma política emancipatória não busca a integração de sujeitos despossuídos à normatividade dominante, mas se faz em ruptura com esta, cria um outro direito e forma de vida impensados nos cânones estabelecidos, desenhando horizontes onde as relações entre os sujeitos não reproduzam a obscena desigualdade.

[...] podemos afirmar que a autonomia do político pode funcionar como a garantia de um espaço de igualdade radical na vida social que, inclusive, pode ter grande força indutora para demandas de igualdade na esfera econômica (p. 245).

Mas há pontos de distanciamento entre eles, sobretudo quanto ao que fazer com o desamparo quando ele paralisa o sujeito em situações traumáticas não processadas pelo recalque e o esquecimento necessários à sua elaboração. Por um lado, Rosa defende a constituição de espaços de acolhimento e de circulação da palavra, a fim de resgatar o desejo em sujeitos sob forte impacto de acontecimentos traumáticos, de modo a superar o seu desamparo discursivo e social à medida que o elabore em narrativas compartilhadas. Por outro lado, Safatle supõe uma potência inerente ao desamparo ontológico, que se atualiza como negatividade produtiva a ser radicalizada por uma política de des-diferenciação encarnada no proletariado. Falta-lhe a experiência clínica como campo ético-político para testar sua hipótese, sobretudo quanto ao sujeito capaz de suportá-la quando submetido a um acontecimento traumático. O que ele propõe talvez se aplique melhor à luta social em que o sujeito da des-diferenciação ganhe corpo, onde a pluralidade de vozes e posições desfaçam as fronteiras que marcam esses sujeitos quando falam do lugar de sua diferença, onde a circulação de novos afetos se fortaleça e projete horizontes de formas políticas ainda impensáveis. De todo modo, ambos defendem uma perspectiva ético-política, a partir da psicanálise em diálogo com as ciências sociais, que

concebe o sujeito do desamparo como ponto de ruptura com o laço social aprisionante e, portanto, em vias de reposicionar-se perante ele para transformá-lo.

Mas, quem são e como se constituem estes agentes políticos no atual cenário social? Como desativar as estratégias políticas que os paralisam? Como intervir clinicamente para relançá-los como sujeitos da mudança?

## CAPÍTULO 2

### O DESAMPARO DA RALÉ

*[...] só pode perceber com clareza a própria miséria social e existencial quem possui, ao menos potencialmente, os meios de superá-la (SOUZA, 2009, p. 418).*

*[...] Se existe, porém, uma região do humano em que tais conceitos não têm sentido [dignidade e respeito], não se trata de conceitos éticos genuínos, porque nenhuma ética pode ter a pretensão de excluir do seu âmbito uma parte do humano, por mais desagradável, por mais difícil que seja de ser contemplada (AGAMBEN, 2008, p. 71).*

Trazendo as questões com que encerramos o capítulo anterior para o contexto da pesquisa de campo que empreendi, de quem falamos quando abordamos o desamparo no contexto da privação de liberdade? De um sujeito ontologicamente desamparado ou daquele a quem Rosa se refere para falar de um desamparo discursivo e social como sua marca indelével? Em que termos podemos conceber uma política emancipatória a partir destes sujeitos? Para auxiliar-nos a responder a estas questões recorreremos a dois autores cujas reflexões na filosofia e na sociologia ajudou-nos a ampliar o campo de visão para aspectos sócio-políticos do problema, pois não podemos prescindir de uma incursão nas ciências sociais e afins para entender fenômenos que extrapolam o âmbito estritamente clínico. Com Souza (2009) acessamos as coordenadas sociológicas para percorrer o território da “ralé”, termo com o qual se propõe a nomear uma invisibilizada

*[...] classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida [...] das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas [...] mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (p. 21).*

É deste modo provocativo que nos adverte contra a atitude mistificadora do “politicamente correto”, que, ao adotar eufemismos para referir-se aos sujeitos do descaso geral da sociedade, reproduz o mesmo ocultamento da gênese e da perpetuação da desigualdade perpetrado pelos que os odeiam e oprimem.

A análise de Agamben em torno do muçulmano como figura emblemática de Auschwitz e, por extensão, da modernidade enquanto *continuum* da experiência gestada pelo fascismo, nos permitiu traçar aproximações entre estes dois sujeitos, retirá-los da opacidade em que são colocados por teorias guiadas pelos preconceitos racial e de classe, para contemplá-los em sua nudez, da qual tentamos desviar o olhar, mas que não é possível deixar de ver. Para Agamben (2008) o muçulmano é a melhor imagem do mal na contemporaneidade: “[...] um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento” (p. 52). A expressão, usada pelos demais prisioneiros nos campos de concentração, referia-se àqueles que renunciavam a qualquer esperança de sobreviver. O uso adveio da fatalidade islâmica que se difundiu como lenda na cultura europeia, desde a Idade Média, ocupando um lugar depreciativo desde então. Todavia, o autor contesta a associação no seu ponto mais crucial, pois não vê proximidade entre a resignação muçulmana movida pela crença em Alá – e, portanto, impulsionada pela vontade da fé – com a total perda da esperança do “muçulmano”:

[...] Sobre as origens do termo *Muselmann* [...] remete ao significado literal do termo árabe *muslim*, que significa quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus [...] Contudo, enquanto a resignação do *muslim* se enraíza na convicção de que a vontade de Alá está presente em cada instante [...] o muçulmano de Auschwitz parece ter, pelo contrário, perdido qualquer vontade e qualquer consciência [...] (p. 52-53).

É sobre esse sub-homem que interessa debruçar-se na contemporaneidade, pois a partir de Auschwitz inaugurou-se um novo lugar da ética, não mais restrito à dignidade, mas igualmente voltado à falta da dignidade vivenciada pelo muçulmano enquanto ultrapassagem da fronteira entre homem e não-homem, entre vida e morte, conforme anunciado na epígrafe tirada do autor.

Para Rosa (2016) o capitalismo em sua face mais brutal, o neoliberalismo, atualiza a produção em escala do muçulmano ao condenar um contingente considerável de sujeitos ao desterro permanente:

Esse modo de existência, subtraída de qualquer possibilidade de laço com o outro, pode expressar certo destino dos sujeitos da contemporaneidade, exilados que estão de sua identidade em um não lugar em relação ao semelhante [...] se movimentam e vivem de acordo com os interesses do capital, nos espaços pauperizados das periferias [...] estão mais próximos de serem os estranhos, aqueles que, pelas considerações de Freud (1919), carregam a possibilidade de trazer à tona o que deveria permanecer oculto [...] circunscritos num espaço de visibilidade/invisibilidade, para que não denunciem – com sua presença, já que lhes é negado a possibilidade de narrativa – o furo, a lacuna, que reside em todo ato de governar e de regular as civilizações (p. 134-135).

Para a autora, há uma incidência desigual dos efeitos de subjetivação e de destituição subjetiva da lógica imposta pelo capitalismo aos diferentes grupos, o que torna os sujeitos mais afetados por ela os que melhor traduzem seus efeitos mortíferos, dando-nos pistas valiosas sobre os desafios e perspectivas abertas para as próximas gerações, bem assim, para a própria atualização da clínica psicanalítica. Esses processos de banimento se concretizam como um vaticínio que se cumpre inescapavelmente, produzindo uma subgente oriunda do desemprego estrutural, da falta de assistência mínima em saúde, desprovida de habitação e exilados de sua terra, para não falar de outras condições que definem um mínimo de cidadania. Tentar enquadrá-los em categorias de dignidade inexistentes apenas reforça sua invisibilização.

Para Souza (2009) não é possível desmascarar a sordidez da desigualdade que penaliza a ralé se insistirmos em atitudes de má-fé travestidas de teorias sofisticadas, as quais legitimam o fosso social. Refuta com veemência teses como a de um suposto jeitinho brasileiro, consideradas como ardil de classe, pois tentam confundir estratégias de sobrevivência e autolegitimação, fenômeno comum a qualquer cultura no ocidente, com um caráter nacional. Revela o sentido ideológico dessas ideias como dispositivos de ocultação das diferenças abissais entre a ralé e as classes média e alta, possuidoras, estas sim, de relações privilegiadas e capital simbólico para fazer valer seus interesses nas disputas pelos bens escassos e o poder político na sociedade. Mais que isso: demonstra como essas produções teóricas, ao se disseminarem como senso comum, forjam a resignação fatalista da ralé, que passa a se acreditar portadora do fracasso e do conseqüente alijamento socioeconômico. É o que ocorre com a propalada meritocracia como valor supremo decantado pela classe média em detrimento dos desclassificados na arena social.

[...] Para os esmagados por uma ordem incompreensível cujo sofrimento não pode deixar de ser vivido não só como natural, mas acima de tudo como “merecido”, pelo efeito da “culpa individualizada” da ideologia meritocrática percebida como verdade absoluta, resta o devaneio das “saídas mágicas” ou o ressentimento individualizado contra “pessoas” (p. 417).

Os defensores da meritocracia partem de uma suposta igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos para competirem pelos bens e serviços escassos da sociedade, o que legitimaria as disparidades reais entre as classes sociais. Com isso escamoteia-se a extrema desigualdade do jogo, pois os filhos da ralé estarão fora dele desde o início do certame, uma vez que desprovidos dos estímulos afetivos e cognitivos que predisõem a criança para o ambiente escolar, ao contrário dos filhos das classes média e alta.

[...] como nos ensina o filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth, o reconhecimento da criança como um “fim em si”, ou seja, a percepção da criança de que ela é amada pelo simples fato de existir como ela é, e não como possível “instrumento” para as mais diversas necessidades dos adultos, é uma

precondição fundamental para a construção de um adulto maduro e produtivo [...] Existem, portanto, “pré-condições” não só materiais, mas, também, emocionais e simbólicas que explicam como classes sociais inteiras são construídas e reproduzidas como bem-sucedidas ou como fracassadas desde o berço (SOUZA, 2009, p. 412).

Há aqui uma inevitável aproximação da ralé com o muçulmano, na total submissão e renúncia de si em favor do vencedor (ou carrasco, no caso do muçulmano), o que materializa no mercado um poder absoluto para estabelecer os limites entre a dignidade e a infâmia, o humano e o não-humano, a vida e a morte. Daí que Souza denuncie o caráter deletério dessas teses e o quanto produzem concretamente uma subcidadania e uma subvida para parcelas imensas da população. E conclua que não há outra forma de reverter a disparidade social, se não pelo acesso mínimo a capital cultural e material, que permita às classes subalternas estabelecer novas formas de relação com as classes privilegiadas e construir meios de superação de sua “miséria social e existencial” (p. 410).

Portanto, inferi a partir dessas leituras, em diálogo com a minha prática enquanto psicólogo do Tribunal de Justiça e com a pesquisa empreendida, sobre a necessidade de pensar o verdadeiro estatuto do sujeito adolescente em conflito com a lei, constituído majoritariamente por filhos da ralé. Tratava-se de tarefa anterior a qualquer procedimento analítico acerca dos dados encontrados na incursão investigativa, pois há claramente o perigo de categorizá-los em entidades familiares à clínica psicanalítica, quando o que temos são sujeitos às voltas com situações extremas. Pudemos, assim, traçar coordenadas que nos permitiram vê-los em seu contexto, antes de apressadamente interpretar sua fala ou seu silêncio. Afinal, como analisou Agamben (2008) a respeito da tentativa de Bettelheim de resgatar a fala do muçulmano em sua clínica do autismo, como uma espécie de esforço para ressignificar sua própria experiência nos campos de concentração, não se tratava de diagnosticar o que se experienciou.

[...] o conceito de “situação extrema” nunca deixou de ter para Bettelheim uma conotação ética e política, assim como o muçulmano nunca se reduziu para ele a uma dimensão clínica [...] na situação extrema, estava em jogo “continuar sendo ou não um ser humano”, o muçulmano marcava de algum modo o instável umbral em que o homem passava a ser não-homem, e o diagnóstico clínico passava a ser análise antropológica (p. 55).

Uma vez que o sujeito de nossa pesquisa estava inserido no sistema socioeducativo, entendemos necessário pensar a relação que ele mantinha com a estrutura de justiça, a fim de melhor situá-lo neste campo. Nesse sentido, Coutinho (2009) avalia que em nenhum outro lugar a face da desigualdade se mostra tão radical quanto no sistema de justiça, onde ela se manifesta enquanto opressão de classe na interação entre o aplicador da lei e o jurisdicionado penal (constituído predominantemente pela ralé) e também através da configuração institucional que historicamente desconsiderou a própria existência social da ralé, relegando-a a objeto de

criminalização. A pesquisadora, que entrevistou operadores do direito a respeito de sua postura com relação a réus oriundos da ralé, além de analisar as audiências registradas nos filmes *Justiça* e *Juízo*, concluiu que há uma (im)postura vinculada à posição de classe assumida por eles, que aplicam aos casos concretos o contrário do que aprenderam nos manuais jurídicos e nas legislações correlatas, onde se prevê como objetivo da justiça penal possibilitar a ressocialização dos apenados, em especial através das penas alternativas ou de medidas socioeducativas mais leves (quando se tratar de adolescentes). No entanto, mesmo que reconheçam o peso da desigualdade socioeconômica no envolvimento e permanência de boa parte dos sujeitos em práticas delitivas, decidem em nome de valores que só fazem sentido no seu contexto, desprezando completamente a realidade de quem é julgado por eles. O efeito da imposição jurídica, nestes casos, é nulo quanto à ressocialização, efetivando-se a máxima agambeniana da mera pretensão julgadora, em oposição ao senso comum, que define como finalidade do direito a garantia da justiça e a busca da verdade. O que objetiva, na realidade, é o julgamento e o seu ritual burocrático, o processo, que assume uma força coercitiva pela sentença, proferida em detrimento da justiça e da verdade.

[...] o direito não tende, em última análise, ao estabelecimento da justiça. Nem sequer ao da verdade. Busca unicamente o julgamento. Isso fica provado [...] pela *força da coisa julgada*, que diz respeito também a uma sentença injusta [...] a sentença substitui o verdadeiro e justo, vale como verdadeira no que pese sua falsidade e injustiça – é o fim do direito (AGAMBEN, 2008, p. 28).

Por isso as decisões judiciais soam inócuas e estranhas a quem as recebe, argumenta Coutinho (2009), não logrando adequar a ralé aos princípios valorativos estranhos que as fundamenta:

[...] A precariedade da socialização dessas pessoas impede a internalização de princípios normativos como dever e responsabilidade, sejam eles derivados de normas estatais (leis, sentenças) ou sociais. *Um sujeito de direito não é criado pela lei, mas socialmente construído. A internalização de valores socialmente compartilhados depende de uma série de experiências, de um aprendizado no qual o interesse afetivo por reconhecimento incentive o respeito às normas* [grifo nosso] (p. 341).

Na pesquisa escutamos de um entrevistado que havia uma insatisfação de alguns dos internos daquela unidade, com a qual se identificava, pois não entendiam como adolescentes que cometeram atos mais graves que os seus haviam “pegado liberdade assistida” (progressão para uma medida em meio aberto) e eles permaneciam internados. Portanto, o “esclarecimento” jurídico prestado pelos diversos operadores do direito (juiz, promotor, defensor ou advogados da entidade) não eram reconhecidos como legítimos ou satisfatórios. Pelo contrário, os deixavam desconfiados e revoltados por algo que entendiam como um tratamento desigual a situações equivalentes. A atitude de indiferença de parcela conservadora da magistratura em

relação à ralé, segundo Coutinho, é justificada como defesa da sociedade, isto é, como forma de atender ao clamor social por medidas mais duras contra quem encarna a ameaça. Não é dada nenhuma relevância à precariedade do arranjo familiar que antecedeu a prática infracional, no caso dos adolescentes, e às consequências traumáticas dessa socialização. A disposição em ouvir o anseio “popular” dirige o sentimento do operador do direito em fazer justiça, o que, na prática, amplia a iniquidade contra os miseráveis na forma de populismo jurídico. Por outro lado, mesmo quando o aplicador da lei é sensível às condições desfavoráveis que precederam a atividade ilícita do apenado, depara-se com impedimentos institucionais, como os requisitos legais necessários ao estabelecimento de medidas mais brandas, além do contexto social adverso que continuará empurrando a ralé para a sobrevivência através da delinquência. Fechar-se, assim, o círculo de perpetuação da desigualdade, transformando questões socioeconômicas em casos de justiça juvenil e penal. Pudemos observar esta realidade em vários jovens que passaram pelo sistema socioeducativo, os quais reencontramos ou soubemos estar cumprindo pena como adultos, todos filhos da ralé, e que não conseguiram sair do sistema de justiça, seu destino final irrecorrível.

Para Souza (2009), o avatar da criminalização da ralé está dado desde cedo, pela incorporação de valores e perspectivas que os colocam à margem social e, portanto, abaixo da lei. Este processo se dá pela

[...] construção “afetiva” e pré-reflexiva montada por uma “segunda natureza” comum que tende a fazer com que toda uma percepção do mundo seja quase que “magicamente” compartilhada sem qualquer intervenção de “intenções” e “escolhas conscientes” (p. 407).

Portanto, para efeito de pensar esses sujeitos em sua dimensão ético-política, estabelecemos a seguir um paralelo entre as figuras do muçulmano e da ralé, que nos informará dos limites da precariedade a que são submetidos e o quanto isto faz deles a expressão mais radical dos processos de desumanização e dessubjetivação contemporâneos.

A descrição feita por Coutinho (2009) da condição de um apenado apresentado ao juiz corresponde em muito aos “atributos” do muçulmano, denunciando sua reprodução e consolidação como experimento ético desumanizante.

Alan pesa 38 quilos. Tem o corpo de um menino de 10 anos, mas tem 18. Seu semblante pode causar pena, rejeição, estranheza, mas impede qualquer tentativa de lhe ser indiferente. É como se um dia alguma situação o tivesse deixado estupefato e sua face nunca se redimisse do assombro. Alan senta, levanta, caminha, olha, fala, responde às perguntas do juiz, vai para a carceragem da Polinter, sai da Polinter com os pés tão inchados que parece ter elefantíase, entra no ônibus [...] Nenhuma ação é capaz de modificar seu semblante. Sua face ficou congelada pelo susto e só comunica a naturalização de um mundo torpe (p. 338).

Encontrei muitos Alans ao longo do meu exercício profissional, inclusive no campo de pesquisa. Quantos cruzam conosco quando andamos na rua ou quando paramos nos sinais? Já nem parecem adolescentes ou crianças, desfigurados que estão pela vida miserável. Tornaram-se zumbis que vagam errantes e (quase) invisíveis, pois não podemos não vê-los em sua nudez de tudo. Rosa (2016) traduz bem o impacto que sua presença constrangedora nos causa quando os descreve como “aquele que é impossível de olhar, mas que não se pode não ver, que perfaz uma imagem absoluta, ‘imagem tabu’ [...] alegoria da condição de exclusão” (p.125).

Luna (2009), analisando a má-fé do sistema de saúde em relação a este segmento da população, aponta que ele se torna visível apenas quando padece de doença que pode alastrar-se para as demais camadas da sociedade, a exemplo da dengue, enquanto que as afecções imunopreveníveis, como a hanseníase, a doença de Chagas e a febre tifoide, causam a morte ou atormentam milhões de pessoas, mas não recebem a mesma atenção. Assim como deixava-se morrer sobretudo os muçulmanos, também se negligencia a vida dos miseráveis ao privá-los de saúde.

A aproximação entre a ralé e o muçulmano fica mais evidenciada quando pensamos o quanto ambos estão reduzidos aos seus corpos, desprovidos da “autodisciplina e conhecimento útil passível de ser utilizado no mercado de trabalho competitivo” (Souza, 2009, p. 416) e, portanto, vinculados à espécie humana pela mera pertença biológica, em sentido estrito e descolado de qualquer perspectiva de solidariedade ou política. Essa condição torna-os invisibilizados e alijados das lutas emancipatórias, calcadas que estão num sujeito histórico autônomo e vinculado às forças econômicas produtivas, apesar de constituir uma massa populacional crescente. A tarefa ético-política que nos fazem encarar é a de nos destituir das ilusões que alimentam a indiferença nossa de cada dia com estes sujeitos, pois desmascaram a hipocrisia do discurso igualitário e democrático vendido pelo liberalismo vigente e consumido pelas classes que detêm o capital econômico (classe alta) e cultural (classe média).

Por fim, Souza constata que o reducionismo econômico com que é tratada a ralé por diferentes perspectivas teóricas omite sua miséria “existencial e moral”, relacionada à ausência dos dois pilares constitutivos do sujeito da autonomia e da racionalidade ocidental: a dignidade resultante do trabalho útil e produtivo e a vivência da própria vida como dotada de expressividade e significado. Ambas as fontes morais são adquiridas pelo processo de transmissão familiar de habilidades, sentimentos, valores e comportamentos que são pré-requisitos à formação escolar, a qual prepara para a luta pela distinção e prestígio social. Ora, os filhos da ralé não contam com nenhuma dessas instituições (a família e a escola) enquanto

alicerces de dignidade e segurança existencial<sup>3</sup>, o que os ata ao sentimento de fracasso e humilhação, como pude constatar durante a pesquisa, em uma das observações em sala de aula, quando um dos alunos tentava disfarçar o analfabetismo que o impedia de realizar a tarefa escolar, alegando dor de dente. A opacidade que naturaliza essas aquisições próprias das classes privilegiadas, através da meritocracia que premiaria os “melhores”, esconde o processo de aprendizagem desigual que dota uns de dignidade e outros, de subcidadania. Agamben (2008) tomou a perda da dignidade como um dos efeitos impostos pelos campos de concentração e também condição de sobrevivência a eles: “[...] O sobrevivente conhece, portanto, a necessidade comum da degradação, sabe que humanidade e responsabilidade são algo que o deportado teve que abandonar fora dos portões do campo” (p. 66).

Chegamos, assim, ao terreno próprio à psicanálise neste contexto. Se o esmagamento histórico da ralé a condenou à passividade ante sua opressão, o que, assim como acontece com o muçulmano, reservou-lhe como horizonte apenas sobreviver à sua degradação, o que a ética e a política têm a dizer sobre isto? Que subjetivação se pode tecer sob tamanha precariedade?

Agamben convoca-nos a um exercício penoso: pensar na hipótese de um pregador que teve sua entrada a um campo permitida e, uma vez aí, conclama os infelizes prisioneiros a conservarem a dignidade e o respeito de si naquele inferno. O autor chama de odiosa uma atitude dessas para quem “se encontra não só para além de qualquer persuasão, mas também de qualquer socorro humano (‘já estavam quase sempre perdidos’)” (p.70). Pude assistir algo parecido durante pregações que observei na pesquisa: os religiosos conclamando os adolescentes a se arrependem do que fizeram e aceitarem resignados sua condenação, reforçando-lhes o sentimento de fracasso e sua autojustificação. A reação dos ouvintes: o silêncio e a postura cabisbaixa. O que dizer, afinal, diante de tamanha afronta?

Rosa (2016) propõe a aposta na psicanálise implicada em tal contexto, uma via possível para encontrar a fala e o silêncio dos perdidos/perdedores não como impronunciáveis, mas como atos de resistência. Transforma em dispositivo clínico a compreensão da estratégia em jogo nas situações-limite, servindo-se de uma concepção da filosofia agambeniana: a subjetivação na dessubjetivação.

Entende a autora que estes sujeitos vivem um desamparo discursivo, produzido por acontecimentos traumáticos, que não foram elaborados, em contextos marcados pela violência

---

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Souza para referir-se à transmissão de afetos à criança, capazes de propiciar o sentimento de ser amada e não instrumentalizada pelos adultos, o que implicará posteriormente num sujeito autônomo e produtivo socialmente.

e pela exclusão. O conseqüente silenciamento e desinteresse em constituir laço social implicam numa dessubjetivação produzida pela pobreza afetiva e intelectual, que serve para ocultar

[...] a possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático [...] Observa-se nessa suspensão temporária [...] um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social. Uma posição necessária para a sobrevivência psíquica, uma espera, uma esperança [...] algumas situações de escuta fazem surgir ali o sujeito desejante, vivo, onde parecia haver apenas vidas secas (p. 43).

A identificação deste processo como uma forma de subjetivação na dessubjetivação fundamentou-se na análise feita por Agamben (2008) dos campos de concentração como o experimento político pelo qual o impossível foi “introduzido à força no real” (p. 149) e produziu o muçulmano como sua figura absoluta.

[...] O muçulmano, produzido por Auschwitz, é a catástrofe do sujeito que daí resulta, sua anulação como lugar da contingência e sua manutenção como existência do impossível. A definição de Goebbels a respeito da política - “a arte de tornar possível o que parece impossível” [...] um experimento biopolítico sobre os operadores do ser, que transforma e desarticula o sujeito até um ponto-limite no qual o nexos entre subjetivação e dessubjetivação parece romper-se (p. 149).

O empréstimo da filosofia guiará o que Rosa considera uma posição polêmica em termos clínicos, mas que sustenta por acreditar que esta “forma de se subjetivar em absoluta dessubjetivação” (p. 126) compõe uma sutil “estratégia de resistência a certa modalidade de vida e de morte que lhe é imposta” (p. 126). E explica o que significa tal intervenção: uma escuta que espera o momento para o sujeito enunciar-se, que é precedido pelo necessário “distanciamento da experiência” traumática, pelo seu “esquecimento” para que possa “ser lembrada e significada”. Só então o analista poderá compreender que o silenciamento do sujeito foi a maneira que encontrou para, como “morto-vivo”, poder testemunhar o que viu e sentiu e, assim, recompor sua história e da sua comunidade. O traumático associa-se, então, a situações de ruptura do laço social capazes de desestruturar a subjetividade ante a irrupção do que está “fora de uma trama de saber” (p. 44). A escuta analítica tem a tarefa de resgatar a memória do sujeito, rompendo barreiras que impediam o compartilhamento da sua experiência e conferindo-lhe sentido.

A resistência do analista pode servir para demarcar limites à sua escuta e a uma eventual busca de gozo do analisando através de narrativas insuportáveis para o analista. Por outro lado, pode também levar a equívocos baseados no preconceito de classe do analista que interpreta a forma de interação ou o silêncio como falta de demanda ou de recursos necessários ao processo analítico. A escuta numa perspectiva ético-política não se limitará a localizar resistências individuais à degradação, pois estas são insuficientes para transformar o laço social. Necessário

também evidenciar o preço pago por todos, em especial os excluídos, pela vigência de um modelo neoliberal de sociedade. Por fim, pensar metodologias capazes de transformar os laços discursivos onde se encontram enredados os sujeitos.

A autora, retomando a tradição freudiana, enfatiza a potência da escuta analítica como caminho para elaborar o trauma e emancipar o sujeito da ameaça de apagamento subjetivo. Todavia, o espaço de fala individual só faz sentido se articulado a dispositivos de transformação do laço social, lugar do compartilhamento e validação da experiência. Para isso, busca na interlocução entre a psicanálise, a filosofia e as ciências sociais uma abertura a fontes de uma socialização inclusiva e receptiva aos sujeitos da rale e ao muçulmano, a fim de dotar estes sujeitos de um estatuto político que lhes foi negado e interditado. E se vale de Agamben para refletir sobre o que significa resgatar a experiência do seu empobrecimento e aprisionamento, reencontrando-a na infância do homem:

[...] a psicanálise mostra-nos precisamente que as experiências mais importantes são aquelas que não pertencem ao sujeito, mas a ‘aquilo’ (*Es*). ‘Aquilo’ não é, como na queda de Montaigne, a morte, pois agora o limite da experiência se inverteu: não se encontra mais em direção à morte, mas retrocede à infância. Nessa reviravolta do limite [...] devemos decifrar os caracteres de uma nova experiência (AGAMBEN, 2005, p. 51).

E traça uma perspectiva de intervenção psicanalítica que contemple a escuta do traumático, sem descuidar de articulá-la a dispositivos da rede socioassistencial e da saúde, os quais possibilitam o acolhimento e a expressão coletiva do sofrimento, sobretudo de sujeitos submetidos a situações de violência, o que demanda ações específicas que atenuem seu drama fora do âmbito clínico. Ela ilustra a proposta com o trabalho desenvolvido na Casa do Migrante, em São Paulo. As demandas políticas urgentes de sujeitos radicalmente desterritorializados de suas referências identitárias empurra-os para uma posição reativa à condição de “perdidos” (sem documento, sem lugar, sem emprego, sem laços de parentesco). O apego ao perdido fixa-os muitas vezes à busca de recuperar essas referências como se fossem a reconquista definitiva da posição perdida, capaz de protegê-los de forma permanente, o que pode revelar-se uma ilusão, pois a precariedade persiste sob a forma de desemprego ou subempregos que se seguem à legalização de sua cidadania. Diria que o mesmo acontece com os jovens que passam pelo sistema socioeducativo, a quem a restituição de sua liberdade não é acompanhada de oportunidades concretas de cidadania e de novos laços com o social. Ela propõe para o contexto dos migrantes e refugiados, em face da diversidade de culturas, línguas e origens, a circulação da palavra, de modo a ressignificarem sua experiência de deslocamento forçado. O contato destes sujeitos com a obscenidade da violência os expõe a uma situação traumática sem contornos pelo simbólico, sem narrativa que a ancore no sintoma, produzindo um desamparo

insuportável e o recolhimento no silêncio por não haver uma interlocução possível ante a vivência do outro como pura ameaça. A autora entrelaça psicanálise e política para defender que nenhum trauma, nenhuma tragédia elimina o desejo, que precisa expressar-se em atos que reinventem a história, que elaborem o drama como trama de sentidos. No caso específico do migrante forçado, ela supõe uma intervenção que encare o processo político que envolveu uma escolha pela fuga ao insuportável, a *escolha em partir*, deixando para trás sua história e relações que podem ser retomadas sob a forma de relatos, ao invés de silenciarem ante o peso da urgência de se adaptarem à terra estrangeira. Mas a escuta e reconstrução das trajetórias, ao deparar com o limite da culpa e da angústia de ter sobrevivido a uma tragédia que ceifou os que deixou para trás, precisa manejar a angústia para que se transforme em desejo de viver como testemunha, como quem não pode não dizer o que vivenciou. O que nem sempre se operará, pois há os sujeitos que se afogaram no traumático sob o impacto da violência desmedida do outro, que sucumbiram ao acontecimento como a uma verdade absoluta contra a qual não há nada mais o que dizer:

[...] O traumático faz-se quando o sujeito, diante do desamparo que lhe é constitutivo, ou do “trou”, vazio que o habita, recua nesse embate com a violência obscena do Outro – lança o sujeito no impedimento do esquecimento ou do recalçamento necessário para tomar seu lugar no acontecimento e para a tramitação do trauma [...] no lugar da representação da experiência [...] apresentam-se imagens, manifestações ao modo da loucura individual ou coletiva [...] característica dessa dor, diferente das psicoses e expressa pelo estranhamento (ROSA, 2016, p. 67).

O manejo do angustiante se faz como um trabalho de luto da partida, sustentando o caráter de uma escolha forçada e necessária para que o sujeito continuasse vivendo, apesar da culpa e da vergonha que isso implicou para ele. Várias estratégias são necessárias ao trabalho para processar o luto e a reconstrução da trajetória pessoal e coletiva. Rosa concebe como primeiro passo a constituição de um lugar e um tempo que permitam ao sujeito sentir-se cuidado, em um acolhimento “quase maternal”, o que pode ser propiciado por espaços como a Casa do Migrante. Abre-se com isso uma pausa, um intervalo para que o sujeito se reencontre com a fala de si e de algo a ser testemunhado, transmitido, permitindo

[...] a torção da posição de vítimas do Outro, forçados a uma fuga, torturados pela culpa e pela vergonha, para a posição de escolha pela vida em detrimento do sentido [...] O desejo de saber supõe o insabido, o enigma, a incógnita [...] Começar sobre o que se sabe. E ir atrás das inscrições [...] Algo se partiu, pariu-se (p. 70).

É preciso considerar também um *tempo para esquecer*, em que o sujeito está impossibilitado de formular uma demanda, devendo a intervenção clínica se dar no território geográfico e psíquico onde circula, de modo a implicar o laço social. Todo o esforço é para

constituir um testemunho da experiência, que permita ao sujeito transmiti-la e, assim, elaborar o luto pela transformação do trauma em experiência compartilhada. Portanto, diferentes tempos compõem a narrativa que situará o sujeito na sua experiência e na história de sua comunidade: *o momento de partir, o tempo de esquecer e o tempo de contar*, os quais implicarão formas diferentes de abordagem, pela presença, pelo acolhimento e pela escuta. A presença do psicólogo/psicanalista oportuniza um lugar de fala para que os sujeitos organizem suas histórias em narrativas que os relancem no laço social, a despeito da desconfiança que o seu contexto traumático produziu.

[...] A narrativa tem um tempo diferente da dimensão do acontecimento em andamento – contar antecipado pode fixar, enrijecer e estagnar um desenrolar de acontecimentos sem sentido, que só depois terão sua significação. As narrativas inicialmente enfocam a partida – geralmente forçada – e as escolhas que se processaram e só depois, na própria transmissão, serão ressignificadas (p. 71).

Considerando que a escuta analítica em situações de violência e exclusão, para que produza efeitos de transformações subjetivas, deve se articular ao laço social, indagamos sobre quais dispositivos de compartilhamento da experiência poderiam se constituir no caso do adolescente privado de liberdade? Tratando-se de sujeitos assemelhados por sua condição de classe (a maioria pertencente à ralé), histórias de violência sofrida ou praticada e carimbados com o mesmo estigma de “infratores”, como poderiam constituir narrativas e espaços comuns em torno do fraterno? Qual seria a consistência desses laços fraternos?

## CAPÍTULO 3

### QUE FUNÇÃO FRATERNA?

*Apagamento e mortificações sobre a vida, que resulta na sobrevivência, mas que a potência política da vida também reinventa em outras estratégias de resistência: é o caso das rebeliões dos jovens nos internatos que lançam seus corpos nus, esse mínimo que lhes resta, numa estratégia hiper-realista de vida – uma espécie de experiência existencial, direta, concreta, dramática e corpórea da realidade – que evidencia um poder de reinventar-se a si mesmos numa linha de fuga da captura social (ROSA, 2016, p. 135).*

Kaës (2011) situa a emergência da questão do fraterno nas transformações sociais, políticas e religiosas ao longo da história, como aquelas ocorridas nas nações industrializadas, nos séculos XIX e XX, as quais afetaram significativamente a configuração da família nuclear, produzindo o declínio do poder e da função paternos e introduzindo novas configurações do casal, da família e da fratria. As instituições democráticas herdeiras da Revolução Francesa promoveram o livre pensar que até então era constrangido pelo poder monárquico. Todavia, uma forma de conflito estabeleceu-se entre as “exigências da ordem paterna e as exigências da ordem fraterna” (p. 13).

O autor discorda de quem defende a ordem paterna como positiva em contraposição à negatividade do fraterno, pois ambas comportam desvios violentos que a supremacia de uma sobre a outra só aumentaria. No mais, nenhuma delas é imune às ilusões. Por isso, se propõe a considerar a complexidade do fraterno.

A psicanálise reservou, desde seu início, um lugar secundário ao tema, não lhe dando a especificidade de um complexo, apesar do trabalho de Klein sobre a ambição, a inveja e a avidez, e o de Lacan, sobre o complexo de intrusão.

No entanto, o próprio Freud deu certa relevância à questão do fraterno, mas em três perspectivas: uma primeira, que diz respeito aos efeitos das relações entre irmãos para sua organização psíquica posterior; a segunda, no sentido do papel dos laços fraternos para o laço social, do qual o melhor exemplo é *Totem e tabu*; e por fim, a utilização da noção de complexo fraterno, a partir de 1922, para enfatizar a disputa pelo amor parental ou por objetos cobiçados pelos irmãos, sem a força conceitual conferida ao Complexo de Édipo. Na primeira orientação, ele trata o tema da ameaça ao primogênito representada pela chegada de um irmão, e como uma

oportunidade para a criança “destronada” desenvolver suas teorias sexuais, forma de trabalho mental que sustenta a pulsão de saber. O intruso representa um verdadeiro trauma para o narcisismo primário infantil, pois desfaz a sua onipotência. Na segunda acepção, quando articula o complexo fraterno ao laço social, Freud inscreve explicitamente o lugar do fraterno na teoria psicanalítica, de modo articulado ao complexo de Édipo, pela via da “inversão do ódio em aliança dos irmãos contra o pai” (KÄES, 2011, p.28). Em seu terceiro eixo de abordagem, Freud fornece os elementos para desenvolver uma conceituação do fraterno, ao pôr em relevo o espaço que o irmão e a irmã desfrutam no psiquismo, o que dá margem a pensar sobre a função e lugar do fraterno nas escolhas amorosas, nos fantasmas de espancamento e nas figurações inconscientes dos irmãos. Todavia, não transpõe a noção para o *status* de conceito, com uma organização, função e conteúdos peculiares, à semelhança do complexo de Édipo.

Para Kães (2011), contudo, a psicanálise seguiu destinando um lugar irrelevante para o fraterno na prática clínica e em suas teorizações. Apesar dessa resistência, o legado de Freud quanto à “incidência das relações fraternas no destino da sexualidade infantil, do narcisismo e das identificações” (p. 48-49), pôde ser retomado no trabalho psicanalítico com grupos e sua articulação com o atendimento individual, que permitiu “pôr em funcionamento as relações entre complexo e laços fraternos em condições rigorosas e articulá-las com a clínica do complexo de Édipo” (p. 48). Sem questionar a preeminência do Édipo, o autor destaca como o Complexo Fraterno se constitui em associação a ele, em especial para levantar as questões pertinentes ao fraterno, a exemplo de supor se haveria, como no caso do Édipo, uma fase prévia, uma instalação e um declínio do complexo fraterno ou se haveria formas de se apresentar diferenciadas para o menino e para a menina. Portanto, é preciso reinvesti-lo, reelaborá-lo e reintroduzi-lo como conceito na teoria e na prática clínica da psicanálise. Desse modo, para enfrentar e superar as resistências que o mantém em relativo desaparecimento do campo psicanalítico, não basta defender a sua especificidade, mas interrogar se o lugar que lhe foi destinado no pensamento clássico nas figuras da rivalidade, da inveja e da ambição, não ocultaram outras dimensões do fraterno, que resta agora aprofundar.

Ante tal complexidade do tema, o autor constata a necessidade de abordá-lo e articulá-lo em três eixos: o complexo fraterno e o sujeito do inconsciente, o complexo fraterno e o laço fraterno e as expressões culturais do complexo fraterno. No eixo do complexo fraterno remetido ao sujeito do inconsciente, trata-se de investigar o posicionamento do sujeito ante o seu outro-semelhante que constitui um irmão e uma irmã, a partir do que representam para o sujeito do inconsciente. A relação do complexo com o laço fraterno traz à tona sua especificidade e função de organizador, pois mostra como o complexo prescinde da existência concreta de irmãos, uma

vez que o sujeito do inconsciente está indissolúvelmente ligado ao laço social, que marca o complexo fraterno e a própria formação do inconsciente. Trataremos em especial deste componente ao longo do nosso trabalho, considerando estar voltado para investigar fenômenos relacionados à constituição de vínculos grupais e coletivos entre adolescentes. Há, por fim, uma considerável presença do complexo fraterno no discurso coletivo de que se revestem as culturas nos seus mitos, contos, romances e utopias, os quais se constituem em “suportes privilegiados sobre o complexo fraterno, sobre os laços do irmão e da irmã, sobre a consistência da relação fraterna em confronto com a relação dos pais ou com os pais” (KÄES, 2011, p. 54).

Para efeito de evitar a confusão do complexo com a imago fraterna, com o laço fraterno e com a fratria, Käes estabelece as seguintes distinções. Define **complexo** como

[...] um conjunto organizado de representações e de investimentos inconscientes, constituído a partir dos fantasmas e das relações intersubjetivas nas quais a pessoa toma seu lugar de sujeito desejante em relação a outros sujeitos desejantes (p. 15-16).

A conflitualidade característica do complexo será responsável por sua organização e reorganização, o que se processará intrapsiquicamente entre as pulsões, entre desejos e defesas, ou entre representações; e interpsiquicamente, entre os sujeitos de um determinado grupo ou laço, cuja resolução se expressa em formações de compromisso (sintomas partilhados), alianças inconscientes e por cisões e rupturas.

A **imago fraterna**, por sua vez, diz respeito a

[...] esquemas imaginários adquiridos, relativamente estáveis dos quais o sujeito representa objetos (a imago do seio materno) ou personagens internalizados (a imago do irmão ou da irmã) e através dos quais ele estabelece laços com os outros (p. 16-17).

Tem origem nas relações da criança com o ambiente familiar e nos fantasmas que produz nessa interação.

O **laço fraterno**

[...] coloca em jogo as relações entre os diferentes complexos dos irmãos quando estão em relação [...] o complexo fraterno é um dos organizadores psíquicos inconscientes do laço fraterno [...] implica fundamentalmente as diversas modalidades de alianças, conscientes e inconscientes, que fazem manter conjuntamente o espaço da realidade psíquica do laço (p. 17).

Fundamentalmente, quando nos referimos ao complexo estamos tratando de uma estrutura intrapsíquica, enquanto que os laços dizem respeito a organizações intersubjetivas. Há uma inextrincável relação entre ambos, pois embora a constituição do complexo se dê no espaço interno, sofre a influência das vicissitudes das relações fraternas.

Por fim, a **fratria** designa

A estrutura social que contém esses laços [...] se exprimem na noção de fraternidade, que designa primeiramente um laço de parentesco, o dos membros da fratria, e por extensão o laço daqueles que se consideram como tendo este laço de pertença - afetivo, moral, social, cívico ou religioso – aparentado com o laço de fratria (p.18).

Kaës fala das alianças inconscientes como presentes nas formações e nos processos dos laços fraternos, definindo-as como “formações psíquicas comuns e partilhadas que constroem os sujeitos de um conjunto intersubjetivo para criar laços entre eles” (p. 198). Elas se baseiam em dois determinismos: o sujeito dividido em sua subjetividade e na cadeia intersubjetiva, pela qual este sujeito integra um elo no qual é simultaneamente beneficiário, servidor e herdeiro. O autor distingue quatro grupos de alianças: as alianças estruturantes primárias, estruturantes secundárias, defensivas e ofensivas. No primeiro grupo, temos aquelas produzidas sob a relação mãe-bebê, ensejadoras dos processos de recalamento ou de rejeição ou negação que constituirão o inconsciente do bebê. É a ocasião do compartilhamento do prazer e do desprazer, da ilusão criadora, do amor e do ódio que, vividos de um modo afinado, propiciam “à criança, aos pais e a toda família a experiência da confiança na relação, a da realização do desejo por meio da relação” (KAËS, 2014, p. 52). São a base dos contratos narcísicos. O segundo grupo é formado por todas as formas de contratos baseados nos interditos que pactuam as alianças fraternas, alianças com o pai simbolizado e de renúncia à satisfação imediata dos objetivos pulsionais. Encontram-se em gérmen os ideais e o superego, como também as primeiras manifestações patológicas, desafinações das relações primárias e comprometimento do contrato narcísico não consolidados pelas alianças precedentes. No terceiro grupo, os sujeitos envolvidos em qualquer associação “adotam seus próprios mecanismos individuais de defesa (especialmente contra a angústia psicótica e arcaica reativada pela regressão na situação de grupo) diante das organizações metadefensivas criadas pelo grupo” (KAËS, 2014, p. 53). Situam-se nele os pactos denegativos, tecidos em torno do recalque neurótico, da negação ou recusa, da rejeição e desaprovação, ou apresentando-se sob forma mista ou assimétrica, além de assumir uma conformação patológica ou patogênica quando se apresentam como negação em comum, contrato perverso e alianças estritamente denegativas. No último grupo, temos as formações societárias fundadas sobre o propósito de dominar ou destruir um outro, o que está presente no pacto fraterno dirigido contra a onipotência paterna, mas também na violência da aliança psicopática pensada por Pinel como “coalização mais ou menos aberta e consciente entre um agente e um cúmplice [...] mudo contra uma vítima que sofre a ação violenta” (p. 54). Há em todas as alianças componentes positivos e negativos, pois, por um lado, implicam compromissos e acordos que mantêm o grupo coeso, pacificado e integrado em suas diferenças,

e por outro, é sempre posta à prova por desacordos, conflitos, dissensões e recusas ou questionamentos aos seus pressupostos.

Portanto, o fraterno constitui-se sob diferentes pactos ou alianças, como o demonstra o “mito da horda”, pelo qual os irmãos destronaram o pai tirânico e renunciaram à relação de poder, que foi substituída pela relação de autoridade, fundando a sociedade humana no lugar da massa confusa e fratricida. O primeiro pacto estabelecido pelos irmãos contra a tirania paterna foi de tipo ofensivo, pois logo após o parricídio se instalou entre eles a “culpabilidade partilhada pelo crime, em sua impotência para substituir o pai, no medo da repetição de um poder que os destruiria uns aos outros e, finalmente, na negação de seu ato” (KÄES, 2011, p. 201).

A condição persecutória dos fantasmas em torno de seu ato só será superada pela “introjeção do Pai simbólico no corpo grupal dos Irmãos” (p. 202), ou seja, a mudança de regime da culpabilidade persecutória para a culpabilidade depressiva, pela qual o ódio e a ambição suscitados pelo pai são amalgamados a um sentimento de amor que ele também inspirava. Consolida-se, então, uma aliança estruturante, que logrou a instituição do social como

[...] pacto de cumplicidade na obra de morte e um pacto de renúncia ao homicídio em proveito da representação simbólica do homicídio, até então repetitivamente consumado pelos Irmãos para matar o pai (p. 203).

Todavia, a passagem do primeiro para o segundo pacto ultrapassa a mera renúncia à violência como forma de relação entre os irmãos, pois não se sustentaria se não encontrasse saídas ao exercício direto das pulsões, o que constituiu a obra da cultura e da sublimação. Ainda assim, há sempre o risco às instituições do retorno do autoritarismo paterno, quando sob o impacto de catástrofes e traumas, sob a forma da imago do Pai confuso e confusionante, o qual passa a exercer um poder sem autoridade, desqualificando o grupo/instituição e submetendo-os a atos impensáveis, urgentes e desprovidos de reflexão. A saída, conforme pugnado em *Totem e tabu*, é o assassinato do pai confuso por um ato de desconusão dos irmãos que reinstaura a autoridade paterna pelo reconhecimento das diferenças de geração e de sexo. A comunidade dos irmãos resulta, portanto, de uma tripla articulação da “renúncia de possuir todas as mulheres (como o Pai), com o interdito do homicídio e do incesto e com a construção de um superego e de ideais comuns e partilhados” (p. 206).

As primeiras alianças e laços tecidos pelo sujeito serão cruciais no seu desenvolvimento psíquico, sobretudo a partir da ampliação de sua rede de relações para além da família, quando transpõe o contexto parental para o grupal. A filiação antecede esse processo, constituindo a singularidade da criança na família, onde é designada a partir do desejo parental que a precede e que nomeia sua condição de ser sexuado e mortal. Quando passa a integrar um grupo de pares na escola, os adolescentes confrontam o aprendizado e a transmissão familiar, reposicionando-

se enquanto sujeitos em relação à sua família e desse modo inaugurando uma “filiação” reveladora de novos “irmãos” e “irmãs”. Há, portanto, uma influência recíproca dos processos de filiação e afiliação, o que é imprescindível para “compreender que um grupo ou uma instituição não é uma família, mas que neles entram novamente em jogo movimentos psíquicos de filiação e laços fraternos” (KÄES, 2011, p. 258). No contexto dos diversos grupos e personagens encontrados no campo de pesquisa, indaguei-me sobre quem seriam esses outros “pais” e “irmãos” dos adolescentes privados de liberdade. Os mestres de capoeira, por ocuparem um destino desejado? O coordenador geral, como portador de uma palavra confiável? Ou os “comandos”, por proverem necessidades e se imporem contra o perigo da desordem representado pelos intrusos (“cheira cola”)? Neste último caso tratar-se-ia do que os etnopsicanalistas chamam de “ego do grupo”, uma relação recíproca entre protetores e protegidos, estabelecida de um modo que “[...] cada indivíduo está sempre e simultaneamente sob a dependência de um “grande irmão”, que o protege e ao qual se submete, e de um “pequeno irmão”, que ele domina e ao qual ele traz sua proteção” (p. 258). Por outro lado, quanto aos “bênçãos”, restou a indagação se seriam todos pequenos irmãos ante a imago paterna onipotente.

Preocupado em contribuir para relançar a importância e a especificidade do fraterno, o autor estabelece algumas distinções conclusivas para tratar dos horizontes abertos a partir delas.

[...] É pelo complexo fraterno, tanto quanto pelo de Édipo, que o sujeito entra em sociedade e, mais particularmente, em paridade e em solidariedade de categoria, de classe, de pertença [...] Falar de uma função fraterna convoca a formação da comunidade dos irmãos, coorganizadora do simbólico, além da experiência específica do intruso, da rivalidade e da inveja, ou sobretudo incluindo-a sem cessar para tratá-la e contê-la no sistema das alianças simbólicas com o social (p. 286-287).

E adverte para o equívoco político de conceder ao fraterno um uso exclusivo e desarticulado das outras instâncias a que está inextricavelmente associado:

[...] a utopia das relações estritamente horizontais é sustentada por uma evitação das implicações conflituais e das renúncias impostas pelo duplo reconhecimento do triângulo rivalitário fraterno e do triângulo edipiano. A utopia fraterna, quando ela se realiza como esta evitação, contém sempre um acréscimo de alienação, e pode-se ver aparecer regularmente nessas utopias, um Big Brother no lugar e vez do *Urvater* cruel e perseguidor (p. 288).

Uma vez convencido da especificidade e importância do complexo e função fraternos, passo a refletir sobre sua pertinência e força clínica e política no contexto de nossa pesquisa, a saber, de adolescentes privados de liberdade e suas associações grupais, recorrendo à reflexão de Khel e Rosa sobre a temática.

De início, Khel (2000) refuta o estigma que se abateu sobre o fraterno como corolário de sua vinculação ao período de terror instalado após a Revolução Francesa de 1789 e ao suposto apagamento das diferenças individuais em que implicou, segundo a crítica do liberalismo burguês. Afinal, o que, de fato, reduzia os sujeitos a uma massa amorfa era o regime despótico do títere ancestral, que impunha um único e inarredável lugar aos filhos. Foi a sua revolta e cumplicidade no parricídio que instaurou a diferença de posições que cada um teve que ocupar a partir daí, estabelecendo-se divisão de tarefas conforme a ordem de nascimento, as habilidades, etc. Após o cometimento do homicídio comum os irmãos tiveram que se ver com a culpa compartilhada, o que só puderam suportar à custa da reinvenção do evento e do pai morto sob a forma de ideais, com os quais teceram o laço social. A lembrança do episódio transgressivo como ato coletivo foi o que os uniu na elaboração da culpa. Em contrapartida, analisa a autora, em sua leitura de *Psicologia de grupo e análise do ego (1921)*, o poeta mítico se destaca do grupo e esquece do caráter coletivo do crime ancestral, recontando a história sob uma versão solitária e, assim, assumindo-se como autor heroico do feito grandioso e culpado pelo crime. Torna-se o paradigma do neurótico moderno, sujeito do individualismo que recalca a origem coletiva dos seus atos. Portanto, necessário que retome a confiança no laço social para fazer face a sua neurose. A operação simbólica acionada pelos irmãos se perpetua na história da constituição subjetiva de cada um, à medida que o pai real e, por extensão, as autoridades em geral, apenas transmitem a Lei ante a qual também estão assujeitados, cabendo a participação do semelhante para garantir o legado da coletividade. Portanto, se a função fraterna não substitui a função paterna, sua ausência pode colocar em questão a possibilidade de instauração desta. É graças à função fraterna que ocorre a “socialização do narcisismo”, pois a partir da parceria com o irmão de um laço simbólico singular o sujeito se desprende da fixação identitária que mantinha precariamente contra a ameaça de invasão representada pelo outro. Neste sentido, cada um pode se apropriar à sua maneira do legado paterno e transformá-lo em lei simbólica, desvinculando-o da figura biológica do pai, promovendo, assim, a suplência da função paterna pela função fraterna.

A adolescência se constituirá como momento por excelência dos experimentos fraternos, pois os grupos de afinidade se constituem como garantias para que seus membros exercitem a liberdade transgressiva em relação ao instituído pelas figuras de autoridade, relativizando a força de verdade absoluta de suas narrativas. Desse modo, reescrevem o pacto civilizatório, forçando-o a reconhecer a validade de experiências que ocorrem à margem do discurso hegemônico. A solidariedade coletiva em que se dão os atos transgressivos das fratrias adolescentes implicam na redução da ameaça e da culpa que os abateria isoladamente e, por

outro lado, na invenção de um campo simbólico capaz de se contrapor à hegemonia do instituído, relativizando-o. Mesmo o ato solitário do “poeta mítico” foi possibilitado pela margem de liberdade produzida pela ruptura operada pela coletividade. Khel entra num terreno bastante fértil e caro à conjuntura política nacional e até internacional: as possibilidades da desobediência civil como insubordinação à arbitrariedade institucional, como legítima resposta coletiva capaz, inclusive, de produzir uma nova ordem civilizacional, o que a aproxima da defesa de Agamben de um poder destituente<sup>4</sup>, e da reflexão de Safatle sobre mudança de estado desencadeada pelos acontecimentos disruptivos.

[...] A desobediência civil coletiva, organizada e atuada em nome de ideais alternativos aos vigentes (sustentados pelo pai/pela tradição), pode ser transformadora da cultura e se tornar legítima se for capaz de renovar os termos do pacto civilizatório (p. 44).

O que está em jogo, então, são os termos do pacto, que devem ser alterados em favor da diversidade dos irmãos e não para beneficiar o pai real ou, por extensão, a autoridade arbitrária, exigindo de todos a renúncia a qualquer privilégio. A autora defende que os pressupostos da circulação horizontal estão presentes na concepção das democracias modernas, nas quais os embates propiciados pela diversidade de posições entre os interlocutores destronam a pretensão de verdade absoluta conferida a qualquer versão autoritária. A desobediência civil serviria para reatualizar e revigorar o experimento democrático ante a ameaça despótica e regressiva representada pelas forças políticas autoritárias e conservadoras.

A autora sintetiza a função do semelhante em três perspectivas: primeiro, como pressão sobre o campo narcísico, obrigando a uma “reelaboração da relação especular com o eu ideal” (p. 44) e incluindo-o como “objeto de ciúme, interesse, ódio e identificação” (p. 44); a ampliação para um âmbito extrafamiliar e a relativização da verdade paterna que, na adolescência, o outro representa; e, finalmente, como “campo anômico de circulação e transmissão de saberes” (p. 44), pelo qual o sujeito se reconhece desamparado de qualquer garantia de verdade sobre suas escolhas, ao mesmo tempo que aliado ao semelhante que viabiliza que sua palavra circule e crie sentidos na comunidade dos iguais na diferença. Sobre este último destino das fratrias, a autora reflete o caráter provisório necessário ao lugar de amparo que elas assumem para seus integrantes, na ausência de garantias sobre a verdade que

---

<sup>4</sup> “A despeito da indeterminação da arena onde se travará os próximos duelos contra a biopolítica, Agamben se vale de Benjamin para nominar o que considera uma ruptura total com o paradigma revolucionário inaugurado pela Revolução Francesa, que consistia em depor uma lei para reinstituí-la sob nova constitucionalidade. Trata-se agora de romper completamente com o instituído e tudo que o sustenta para, então, ingressar numa nova época histórica via poder destituente. A tarefa exige localizar a anarquia e a anomia apropriadas como dispositivos governamentais, para devolvê-las à sua vocação e potência destituintes, revigorando-as como lugares que o poder instituído tenta soterrar pela mitificação da lei depurada das contingências históricas” (CARVALHO, 2014, n.p).

a modernidade instaurou. As experiências criativas e de tensionamento de limites engendradas pelas fratrias tendem a dissolver-se espontaneamente no tempo ou a esgarçar-se, e a tentativa de perpetuá-las produz a intolerância presente em toda formação narcísica das pequenas diferenças. O que originalmente constituiu uma comunidade de “semelhantes que se agrupam livremente para autorizar-se em seu desamparo e em sua diferença” (p. 45-46) transforma-se em seitas e gangues baseadas na segregação, na intolerância e na endogamia. Por isso, a experiência das fratrias na adolescência são para ela o melhor exemplo de como podem representar um lugar de pertinência extrafamiliar à orfandade simbólica de quem rompeu com o arbítrio das verdades paternas, abrindo possibilidades que se estenderão para além da própria fratria.

Interessada em pensar os destinos desta orfandade, Khel analisa a fratria tecida pelo movimento *hip-hop* como uma valiosa tentativa de subverter a desigualdade a que são submetidos os jovens da periferia brasileira e, nesta direção, romper a narrativa opressiva que os mantém à margem do laço social. Observa como os integrantes do grupo Racionais MC’s se posicionam como iguais aos que se identificam com eles, os quais têm sua origem e aos quais permanecem ligados por uma solidariedade de classe e étnica, e por isso dirigindo-se a eles como manos e minas, o que, de entrada, diferencia-os do *pop-star* distanciado de sua origem e que alimenta entre seus fãs o sonho da excepcionalidade. O esforço civilizatório dos Racionais é o de enfrentar as condições de subcidadania e o gozo mortífero em que os jovens estão jogados na periferia. Almejam unir e ampliar a fratria dos excluídos para opor-se a sua marginalização, através da “consciência” e da mudança de atitude que os retire da humilhação e faça circular entre eles outros sentimentos em lugar do medo. Para a autora o fenômeno representado pela produção do grupo está diretamente relacionado à própria fundação da sociedade brasileira a partir de heróis extraídos dentre talentosos representantes dos irmãos, no lugar de mitos representantes da função paterna. No entanto, isso não nos tornou carentes da figura paterna, mas pródigos em pais despóticos, autoritários, à semelhança do pai da horda, justamente pela falta de irmãos fortes o suficiente para barrar-lhe o abuso e erigir em seu lugar a consistência simbólica da função paterna. Afinal, o que nos falta é “[...] uma fratria forte [...] capaz de suplantar o pai da horda e erigir em seu lugar um pai simbólico, na forma de uma lei justa, que contemple a necessidade de todos e não a voracidade de alguns” (p. 217). Esse traço de orfandade abriu caminho para experimentos estético-políticos a partir da função fraterna, como suplência à função paterna, uma vez que “são os irmãos que fazem a função paterna, renunciando voluntariamente ao mais gozar que um dia foi privilégio do pai às custas da servidão dos filhos” (p. 217). Bem delimitado o campo de luta para estes “terroristas” da

palavra, como os define Mano Brown, eles caíam em uma das recorrentes armadilhas de toda fratria, a segregação em torno dos próprios semelhantes e o soerguimento de muros para impedir a entrada dos diferentes. Apesar disso, sua música ultrapassa os guetos das favelas para onde se dirigem e alcança a juventude e até a faixa da maturidade da classe média, o que testemunha a potência extravasante do fenômeno. Faço aqui um comentário crítico à advertência da autora: o fato de não enxergar na atitude francamente discriminatória em relação à classe média uma demarcação de classe politicamente válida, vez que constitui uma forma de resistir à opressão muitas vezes travestida de “diálogo” entre as classes, quando na verdade não passa de exercício de má-fé contra quem está em desvantagem discursiva e material. Assim como o muçulmano e a ralé em geral, sua atitude hostil é mais que ressentimento e inveja, é a explicitação de que sabem o quanto e por quem são oprimidos, não podendo confiar numa conciliação entre desiguais, numa aproximação entre classes tão distanciadas pelo descaso sociopolítico para com uma delas. O posicionamento tomado pelos Racionais é a tentativa de sustentar a horizontalidade que implique a todos e a cada um com a renúncia ao gozo em benefício do laço social, o que os leva a posturas ambivalentes sob a forma de diferentes falas, ora ecoando a voz coletiva dos manos, ora adotando uma narrativa solitária e exemplar do poeta/herói, ora resvalando para o discurso autoritário do pai que aconselha seus filhos. De todo modo, jamais confundindo “sua autonomia pensante e crítica com uma arbitrariedade de referências, como o delírio de autossuficiência típico da alienação subjetiva das sociedades de consumo” (KHEL, 2000, p. 218). O que resulta da empreitada é uma clara defesa da resistência através da valorização de sua origem e do engajamento político na mudança da realidade que os esmaga. Um segundo modo de resistir é não ceder ao gozo mortífero da publicidade que vende o estilo burguês contra a cultura e a forma de vida da periferia. Por fim, ante o terror da pena de morte que paira sobre a juventude marginalizada, não se pode facilitar que se consuma através da dependência química, pela qual os jovens periféricos são submetidos a uma das formas mais selvagens de capitalismo, o tráfico de drogas.

E o que pode sustentar o laço social para a ralé se a cota imensa de renúncia ao gozo exigido dela tem como contrapartida apenas a sobrevivência como *vida nua*<sup>5</sup>? Afinal, o

---

<sup>5</sup> Agamben definirá a vida nua como “[...] a vida matável e insacrificável do *homo sacer* [...] figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade) [...] lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, bíos e zoé, direito e fato entram em zona de absoluta indistinção [...]” (2010, p. 16-17). Nesse sentido, a autora comparará as observações de Hanna Arendt sobre os campos de concentração com a periferia, onde não há lugar para o sublime, uma vez que sua população

iluminismo que há dois séculos erigiu a sociedade como a instância maior de regulação e distribuição equitativa do gozo nunca incluiu a ralé em seus cálculos, no caso brasileiro. Por isso, os Racionais vão buscar em Deus o garante de uma recompensa justa ao esforço civilizatório dos excluídos das “luzes” da modernidade. Não se trata da entidade religiosa que produz conformismo e sectarismo, mas sim da que está fincada no solo árido da realidade deste mundo, capaz de conferir-lhes um lugar de dignidade, um sentido ao interdito da Lei simbólica e uma valorização à vida contra a resignação da banalidade da morte. Portanto, o Deus dos Racionais não corresponde àquele da promessa de uma saída mágica para o desamparo humano e sua renúncia à vida terrena, condição comum aos grupos religiosos formados predominantemente pela classe média, chamados por Torres e Rocha (2009) de religiões de salvação<sup>6</sup>. Logo, como observa Khel (2000), o gozo que esperam receber por sua fé é o gostar de si mesmos, que nada tem do individualismo narcísico dos que acessam os bens capazes de “obturar as ‘fortalezas narcísicas’ do eu” (p. 225), mas é uma resposta concreta ao desamparo permanente a que estão expostos. Uma manifestação da importância atribuída ao significativo divino é expressada pelos adolescentes reconhecidos como “bênçãos”, os quais gozam de prestigiosa reputação entre os demais, sobretudo entre os “comandos”, que compartilham com eles da reverência ao sagrado como um forte apelo narcísico em meio ao inferno da privação de liberdade. A interseção colocada pelo elemento religioso entre esses dois lugares indica uma possível proximidade entre eles ou, pelo menos, uma fácil transição de um para o outro, o que diz da ambivalência como traço marcante de sua orfandade discursiva e social, e também da adolescência como *locus* privilegiado de passagem entre posições sociais para além da infância e aquém da plena autonomia adulta (como discorrerei mais adiante, na discussão dos resultados). De qualquer modo, a pertença a uma ou outra articulação não estaria dada *a priori* e definitivamente; pelo contrário:

Fica por responder o que é que marca a diferença entre os dois modos de operar a referência fraterna: um, que fortalece o sujeito em sua diferença em relação ao desejo do Outro; o segundo, que produz a ilusão compartilhada de um “Outro do Outro” cujo desejo se dá a conhecer, e ao qual o sujeito obedece cegamente, gozando com a possibilidade de fazer o Outro gozar. A possibilidade sempre presente da passagem de um modo de funcionamento ao outro atesta a fragilidade das formações fraternas, mas não nos autoriza a

---

está aprisionada à necessidade e à convivência rotineira e banalizada com a morte, e como tal, excluída da condição humana.

<sup>6</sup> Assim define o autor o desapego destas crenças ao mundo: “[...] A prática desta ‘ética de desvalorização do mundo’ só é possível quando as condições de vida dos adeptos permitem um distanciamento das ‘urgências da vida’ e logo da relação imediata com o tempo. Por isso, a busca da salvação pressupõe uma perspectiva de futuro da qual a maioria dos adeptos da ‘cura mágica’ do neopentecostalismo são despossuídos” (p. 235).

desconsiderar sua importância na produção e renovação do laço social (KHEL, 2000, p. 223).

Foi com essas coordenadas em mãos que busquei explorar a constituição de grupos entre adolescentes privados de liberdade em interface com a situação de desamparo/orfandade, a fim de localizar nas formações fraternas a presença ou não de uma transformação dos afetos opressivos em emancipadores. As fratrias tecidas por estes arranjos as aproximaria da resistência, a partir da periferia, da política da des-diferenciação de Safatle? O que teria de uma produtividade do indeterminado, do insabido e constitucionalmente precário e, por isso mesmo, potencialmente disruptivo na estratégia destas alianças? Para Khel são os semelhantes que ratificam a produção simbólica que permite escapar à “sedução do circuito crime-consumismo-extermínio” (p. 226), reconhecendo e valorizando os traços que os ligam enquanto fratria. Mais: é a entrada do semelhante que rompe o triângulo edípico em torno da sedução materna e da interdição paterna e, sobretudo, abre o sujeito para as possibilidades da semelhança na diferença. Portanto,

[...] são os semelhantes que legitimam, no campo social, não só o que o pai inaugura para o sujeito como também o que este sujeito faz para se diferenciar do pai [...] a lei se mantém cumprindo sua função *mínima* de interditar o gozo (aos irmãos, mas também ao pai!), mas a aliança fraterna possibilita que os sujeitos explorem e ampliem suas margens, relativizando o discurso da autoridade encarnado pela figura do pai real (p. 227).

São os experimentos colocados em ação pela fratria que mudam o estado da culpa neurótica solitariamente vivenciada pela produção simbólica pactuada coletivamente e, em consequência, retiram a conflitividade com a autoridade paterna e sua representação superegoica da esfera subjetiva para a intersubjetiva. Chegamos à possibilidade de respostas às questões acima quanto à consistência política do que propõem os Racionais. Não se trata, para a autora, meramente de um apelo à “afirmação da raça – este significante tão duvidoso, que produz discriminação ao mesmo tempo que indica a diferença” (p. 231). Não se trata exatamente disto, mesmo que a negritude como marca própria para distingui-los da elite branca seja importante na demarcação de um campo legítimo de luta, mas o que melhor produzem é a própria indeterminação do alcance e sentido de sua invenção política, pois a

[...] identificação que começou pela cor da pele, ampliou-se para abrigar outros sentidos: exclusão, indignação, repúdio à violência e às injustiças [...] Pelos efeitos que a criação estética produz no campo social. Não somos “todos” pretos pobres da periferia, mas somos muito mais do que eles supunham quando começaram a falar (p. 231-232).

Portanto, a extensão do significado e cumplicidade num tal invento é impossível de mensurar, pois forjado fora da autoria e endereçamento calcados no individualismo e sua ancoragem na propriedade, como no caso do *pop star* e sua apropriação de um lugar excepcional

e solipsista. A fratria pode abrir trilhas para a emancipação, mesmo quando deparada com a precariedade socioeconômica. É o que reforça Safatle (2016) quando nos adverte sobre o imprevisível da relacionalidade própria à condição humana, que permite a produtividade do indeterminado:

[...] Que a despossessão possa aparecer como uma expressão máxima de uma vulnerabilidade produzida pela insegurança social e civil a ser politicamente combatida com todas as forças, já que produção de um não ser social, isso não elimina a necessidade de uma política capaz de quebrar a substancialização do “individualismo possessivo” através da afirmação da produtividade de situações de insegurança ontológica. As formas de despossessão ligadas à insegurança social e civil são modos de sujeição. Já aquelas vinculadas à insegurança ontológica são modos de liberação (p. 56).

O cenário desolador da periferia é a matéria bruta da produção estética do *rap*, de onde nasce uma linguagem coletiva como tentativa de simbolizar a aridez da miséria e da morte cotidianas. Portanto, os *rappers* constituem-se como “caixas de ressonância, para o mundo, de uma língua que se reinventa diariamente para enfrentar o real da morte e da miséria; por isso eles não deixam a favela, não negam a origem” (KHEL, 2000, p. 235). Por essa razão, há a consciência de pertencimento e de dívida simbólica com sua comunidade de origem, o que os coloca mais na condição de sujeitos que de indivíduos, ou seja, emancipados do autoritarismo paterno e capazes de recriar o laço social como proteção de todos contra o desamparo, ao invés de centrados em si mesmos e cultores do narcisismo e da sonegação de qualquer dívida com o outro. E como antídoto à discriminação e segregação que ameaçam o experimento sob a forma de um imaginário de igualdade às custas da eliminação da diferença, Khel aposta que o *rap* conta com a força de sua poesia que ultrapassa os muros da periferia e atinge um público insuspeitado pelos seus criadores e, simultaneamente a essa abertura, o seu ato sublimatório se faz com o concurso da fratria, pois não há como produzir uma fala de exceção (poética) sem recorrer aos outros como interlocutores fraternos. Fora disso, é o delírio de uma produção não compartilhada e reconhecida coletivamente ou a capitulação à estética excludente do mercado.

Rosa (2016), abordando a responsabilização do adolescente em conflito com a lei, dirá que, além da rivalidade, o outro é desde o princípio suporte para lidar com o desamparo, pois é o cuidado propiciado por ele que permite a sobrevivência e desenvolvimento da criança. Todavia, enquanto adultos, estabelecemos com o outro relações que tanto podem viabilizar como obliterar o que constituímos como bem comum. Tomando por referência as reflexões lacanianas sobre o reconhecimento de si mesmo através do outro especular, a autora apresenta os dispositivos presentes nas intervenções que realiza como vias de acesso ao desejo do sujeito como

[...] a construção do outro fictício, construído pelo sujeito em suas contingências com os demais personagens de sua história, uma construção necessária para que se encontre a via do desejo [...] (p. 176).

A invenção de um espaço comum é o que possibilita aos semelhantes a experiência do paradoxo da aproximação que acontece graças ao estabelecimento da distância necessária entre eles, condição para se tecer vínculos alteritários. Ela o ilustra com o caso trazido por um adolescente por ocasião de seu acompanhamento na medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, quando demonstrou preocupação por um amigo que foi ajudar por encontrá-lo sob forte efeito de droga.

[...] surge outra possibilidade de laço entre eles: pensar, abrir um espaço de não saber como agir quando o outro – amigo, irmão, mãe – está errado ou em risco. É nesse intervalo entre mim e o outro que pode ocorrer a inscrição de uma distância que torna possível a experiência com o *próximo* na qual não vê nem abandono, nem invasão [...] rudimento de constituição de um ideal do eu – ajudar/proteger o amigo – que tem uma função apaziguadora, capaz de inscrever a distância necessária a uma assunção afetiva do próximo (ROSA, 2016, p. 179).

Foi a narrativa compartilhada por este adolescente com seus colegas e a psicóloga que coordenava o grupo que desencadeou uma nova postura ante o consumo mortífero de droga que compunha a história de vários personagens significativos em suas vidas, acordando-os da letargia resultante da relação identificatória que mantinham com este objeto de gozo. Assim, a partir da atitude de cuidado de um deles para com um amigo dependente, os demais puderam fazer o luto de suas perdas (mãe, amigo) e formular uma demanda. No entanto, pela ausência de suporte identificatório e discursivo representado pelo descaso institucional da entidade onde cumpriam a medida, sua elaboração se circunscreveu ao campo do imaginário, ou seja, ao primeiro tempo identificatório do sujeito, pelo “registro imaginário entre o *eu* e o *eu ideal*” (ROSA, 2016, p. 181), que o identifica ao falo por uma exigência narcísica.

Uma segunda cena de intervenção representa para a autora a passagem ao segundo tempo do processo identificatório, pelo qual se processa o “luto de uma imagem, de um corpo, de um tipo de laço” (p. 182), na passagem do eu ideal para o ideal do eu. Trata-se de um ciclo restaurativo, pelo qual um adolescente, o outro de sua transgressão e sua mãe são implicados como partícipes no processo de reparação pelo seu ato infracional. A presença do ofendido através de carta e a confissão do adolescente de sentir-se um monstro quando olhado por uma das vítimas do assalto que o encontrou posteriormente ao acontecido, além da reação de choro da mãe pela desidealização da imagem que cultivava do filho, leva-o a se reposicionar e desidentificar-se com o lugar de assaltante. Condição para o processo de luto é a passagem pelos dois tempos referidos, primeiro pelo confronto especular e rivalitário com o outro, de

forma dual e corporal (o amigo e a mãe dependentes químicos), para que, então, possa se inscrever, como ser de fala, num novo laço social (desidentificação com a posição de assaltante). No caso em comento, oportunizou-se pela cena restaurativa que

[...] no processo especular entre o adolescente, seu pai e o dono da loja e entre ele, sua mãe e a moça assustada com o assaltante [...] que o objeto negligenciado (o eu) tenha reencontrado o seu valor (filho amado, presente na fala de sua mãe e do joalheiro-pai) para reconstituir o caminho de seu desejo (não quero ser visto assim) (p. 182).

O determinante para que o processo de luto da imagem fálica não descambe para uma insuportável angústia e desamparo é o apoio de figuras que possam representar “o falo e a castração no campo social” (p. 183), propiciando a oportunidade de vínculos identificatórios consistentes. Interessa implicar o sujeito com seu ato transgressivo através do apoio em figuras que o coloquem em contato com a lei e o desejo, fundamentos para seu reposicionamento subjetivo e no laço social.

## CAPÍTULO 4

### METODOLOGIA

*Ao dedicar-se ao estudo de fenômenos sociais e políticos, cabe ao pesquisador psicanalítico munir-se dos conhecimentos necessários e compartilhar minimamente dos conhecimentos produzidos sobre as condições que determinaram tais fenômenos. Nesse sentido, a referência à história, à sociologia e à antropologia torna-se fundamental (ROSA; DOMINGUES, 2016, p. 187).*

#### 4.1 População e local

Realizei a pesquisa num Centro de Atendimento Socioeducativo, destinado a adolescentes do sexo masculino entre 12 e 15 anos e 6 meses de idade, que cumprem a medida socioeducativa de privação de liberdade.

Selecionei seis adolescentes, que concordaram em participar da pesquisa após o convite feito ao grupo de forma coletiva, à exceção de um deles, que se encontrava em sala de aula. No entanto, ao final entrevistei apenas quatro adolescentes, pois um foi transferido da unidade e dois tiveram sua medida de internação extinta, o que me levou a incluir mais um, o qual foi indicado por um dos entrevistados.

Como critérios gerais de seleção empreguei a *amostragem proposital*, por permitir explorar diretamente aspectos singulares do comportamento dos indivíduos a partir da escolha deliberada dos sujeitos e do ambiente da pesquisa, considerando a natureza da investigação. O fato de poder deliberar quem seriam os sujeitos de estudo, segundo os pressupostos de trabalho e não por critérios estatístico-matemáticos, propiciou maior liberdade para escolher entre aqueles cujas características pessoais poderiam trazer informações substanciais sobre o tema em questão, conforme defendido por Turato (2008, p. 357).

Ademais, pude definir a composição da amostra pelo critério de potencial de sujeitos, o que manteve em aberto a possibilidade de inclusão de novos indivíduos, conforme se tornou necessário ao aprofundamento da investigação. Portanto, o tamanho da amostra foi alterado após familiarização com o ambiente em que sucedeu a pesquisa e a escolha dos sujeitos que a compuseram. Isso ocorreu porque, mesmo após estabelecer um quantitativo, este alterou-se em razão de três adolescentes não se encontrarem “no campo durante a fase de coleta dos dados

[entrevista]” (p. 367), o que se somou à inclusão de outros “de acordo com eventuais achados chamativos nos contatos de *setting* da pesquisa” (p. 367), e sempre considerando a “tensão entre os objetivos propostos e os ditames do campo” (p. 367). O dimensionamento preliminar de seis indivíduos fundamentou-se na preocupação de alcançar o máximo de profundidade e abrangência na compreensão dos casos individualmente, mas constatamos, a partir das três primeiras entrevistas, que precisaríamos de apenas um quarto participante para confirmar ou não os achados das demais entrevistas, em especial quanto a um suposto consenso dos entrevistados em torno dos “comandos” e à escassez de dados ou silenciamento dos “bênçãos” naquele contexto.

Como técnica de seleção dos entrevistados me orientei pelo método da amostragem por *variedade de tipos*, considerando a homogeneidade fundamental de adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Todavia, subdividi a amostra em dois tipos, conforme sua vinculação às lideranças (“comandos”) ou às manifestações de caráter religioso (“bênçãos”), com o propósito de verificar “eventuais semelhanças e diferenças entre os sujeitos da amostra” (p. 367) quanto às suas estratégias e alianças ante situações de desamparo.

Para selecionar os candidatos de ambos os grupos, baseei-me nas observações que realizei no campo e em informações colhidas junto a interlocutores entre os funcionários da instituição. O contato com os servidores se deu de diversas formas, consistindo em reuniões com as coordenações e a equipe técnica, observações de atividades dos adolescentes em companhia desses profissionais, conversas informais com socioeducadores antes, durante e após as observações.

Para fins de formular questões com clareza para os entrevistados, considerei sua linguagem e interesses, de modo a fazer-lhes indagações contextualizadas a sua realidade institucional, sua origem socioeconômica e seu nível de escolaridade, fatores que não balizaram a seleção dos sujeitos, mas que foram tomados em sua relevância para a análise dos dados coletados.

Não incluí na amostra adolescentes que se encontravam nas seguintes situações:

- que não se situavam entre os dois subtipos estabelecidos como critérios de inclusão, a saber, aqueles vinculados aos “comandos” ou que apresentavam manifestações de caráter religioso;
- que estivessem em situação de ameaça a sua integridade dentro da respectiva Unidade;

- que apresentassem comprometimento emocional e psíquico, segundo informado pela equipe interprofissional que os acompanhava;
- que eu tivesse atendido anteriormente à pesquisa, na condição de psicólogo do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

## **4.2 Considerações Éticas**

Considerando os riscos inerentes à pesquisa, busquei atender aos necessários pré-requisitos e adotar os cuidados pertinentes, a fim de evitar qualquer forma de exposição ou danos aos participantes.

Neste sentido, o Projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Católica de Pernambuco, para fins de ser avaliado quanto a sua adequação aos parâmetros acadêmicos exigidos para a realização dos procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados, bem como da publicização dos resultados da investigação. O parecer consubstanciado favorável foi emitido em 24/11/2017 e consta em anexo à presente dissertação.

Uma outra preocupação foi a minha vinculação profissional à Vara que avalia o programa da entidade executora onde ocorreu a pesquisa, motivo pelo qual excluí da seleção da amostra adolescentes que já houvesse atendido anteriormente, bem como declinei de atender aqueles que participaram da pesquisa enquanto não fosse finalizada e publicizada a dissertação. Também me absteve, durante o mesmo período, de visitar a aludida Unidade na condição de Psicólogo do TJPE.

## **4.3 Instrumentos e Técnicas da Pesquisa**

Como adotei o referencial psicanalítico como lastro teórico, epistemológico e clínico, privilegiei a aplicação de técnicas que me facilitassem a compreensão dos laços transferenciais envolvidos no contexto pesquisado, de modo a acessar as diversas formas dos sujeitos pactuarem sua convivência e quais os efeitos de (de)subjetivação produzidos por elas. Logo, no processo de observação, importou mais a dinâmica operante entre os sujeitos encontrados no campo, inclusive na relação comigo, do que a localização objetiva de dados, uma vez que

O campo observacional é definido na relação entre o pesquisador e o seu interlocutor, num processo de realimentação mútua (transferência). Está em jogo a posição em relação ao interlocutor, os laços discursivos que se estabelecem de modo que as dimensões diante dos ideais e da imagem de si compareçam ao lado da implicação nas ações, nos excessos não reconhecidos

[...] o dado se constrói na relação, relação transferencial (ROSA e DOMINGUES, 2010, p. 185).

Segundo as mesmas autoras, é o campo relacional em que ocorre a pesquisa o que permite o acesso ao “insabido” inconsciente, o que faz da observação, e em especial das entrevistas, o momento privilegiado para a presentificação desse saber insuspeitado tanto pelo pesquisador quanto pelo colaborador. Nos termos de Iribarry (2003), trata-se de colocar em operação a transferência instrumentalizada sobre o texto produzido a partir da fala dos participantes, dotando-o de significados na articulação com a teoria, bem como com as próprias reverberações do investigador em interlocução com as impressões dos entrevistados. O desafio, nas entrevistas, é buscar o suposto saber do entrevistado, garantindo-lhe espaço para que ele próprio produza suas formulações, a partir do campo transferencial entre ele e o pesquisador, em contraponto a qualquer sentimento de injunção ante um protocolo a ser seguido. Quando se trata de sujeitos excluídos socialmente, como foi o caso dos adolescentes que entrevistei, cabe ao pesquisador, assim como ao analista, atentar para as suas resistências de classe, pelas quais tende a vitimizar esses sujeitos como completamente determinados pelo drama social, o que apaga sua condição desejante, ou, por outro lado, enxerga-os como responsáveis pela sua própria miséria, desconhecendo sua produção social. O risco decorrente dessas resistências é que o pesquisador recorra à teoria como instrumento procustiano, que o protege de contatar-se com a singularidade dos sujeitos abordados, o que dificultará a própria coleta de dados e levará à sua interpretação distorcida.

Com base nestes pressupostos da pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos é que recorri à observação e às entrevistas como instrumentos de coleta de dados, que se transformaram em texto sobre o qual construí as reflexões que constituem o corpo da presente dissertação.

#### **4.3.1 Observação Participante**

Realizei reunião com as diversas coordenações da unidade socioeducativa, em um primeiro momento, e a seguir, de forma individualizada, com os socioeducadores responsáveis pelas atividades pedagógicas de Pintura, Robótica, Informática e Capoeira, as quais pretendia observar. Na ocasião apresentei a proposta de pesquisa e defini com os interlocutores os horários e dias para as observações e as entrevistas com os adolescentes. Escolhi as atividades pedagógicas levando em conta o que a experiência anterior como psicólogo do Poder Judiciário me permitiu detectar como aquelas que revelavam maior interesse e interação entre os

adolescentes, como foi o caso da pintura, da capoeira e do futebol. Em relação à sala de aula, considerei relevante como espaço de interatividade e onde poderia encontrar uma das principais marcas da sua exclusão, expressa pelo sentimento de fracasso escolar. Dediquei dois meses a esta fase da investigação. Considerei esta primeira etapa do trabalho de campo como fundamental para aproximar-me dos potenciais participantes da pesquisa em uma situação interativa o mais espontânea possível, o que propiciou a superação ou atenuação de resistências quanto à participação de alguns nas entrevistas que fiz num segundo momento. Utilizei a modalidade de participante como observador, na qual “o pesquisador estabelece com o grupo uma relação que se limita ao trabalho de campo [...] através da observação informal das rotinas cotidianas e da vivência de situações consideradas importantes” (LIMA *et al*, 2009, p. 132). Desta forma, pude acompanhar e registrar comportamentos, discursos e movimentos dos adolescentes entre si e com os servidores, o que me deu acesso a preciosas informações sobre a dinâmica institucional e seus atores, além de localizar os potenciais candidatos às entrevistas. Portanto, esta etapa da investigação me colocou em contato com a lógica interna presente nas relações recíprocas dos adolescentes, o que me forneceu indícios sobre a constituição de vínculos e formação de grupos. Para o registro das observações utilizei o diário de campo, recorrendo a duas formas de transcrições, a descritiva e a reflexiva. Na descrição, informei minuciosamente acerca de fatos e atividades relacionados aos sujeitos observados, as falas dos adolescentes, os diálogos que estabeleceram comigo, bem como meu comportamento e ações durante o processo. Nas anotações reflexivas tratei das impressões, sentimentos e posturas metodológicas que adotei ao longo do procedimento.

#### **4.3.2 Entrevistas Semiestruturadas**

A partir dos dados obtidos ao longo das observações, como o envolvimento dos sujeitos em tarefas grupais e em manifestações de caráter religioso, selecionei os adolescentes potencialmente disponíveis para o *setting* de entrevista.

No caso dos escolhidos pelo histórico de liderança sob a rubrica de “comandos”, antes de formular o convite consultei a equipe interprofissional que os acompanhava para, então, dirigir-me a eles sem a necessidade de indagá-los a respeito, o que poderia resultar em resistência e desconfiança quanto ao meu propósito em relação aos candidatos. Quanto àqueles referidos como “bênçãos”, após assistir a algumas manifestações religiosas (oração ou culto), consultei a equipe interprofissional sobre a eventual pertença de adolescentes à citada categoria e obtive a indicação de um sujeito assim perfilado. A utilização das entrevistas semiestruturadas

aplicadas a cada indivíduo facilitou o acesso à expressão de “pontos de vista dos sujeitos entrevistados em uma situação de entrevista com planejamento relativamente aberto” (FLICK, 2004, p. 90), para entender como os entrevistados se implicavam com as situações de desamparo suscitadas no espaço compartilhado de uma Unidade de Internação. A condução das entrevistas a partir de um guia permitiu-me formular questões abertas que podiam ser livremente respondidas, o que suscitou manifestações mais espontâneas dos adolescentes. Para evitar a possibilidade do enrijecimento, utilizei o foco temático de forma oportuna e compatível com o contexto e o processo da entrevista, valendo-me, inclusive, das informações disponibilizadas pelo estágio de observação e dos registros institucionais sobre o entrevistado.

#### 4.4 Método para a Análise dos Dados

Situo a investigação empreendida na perspectiva da pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais, como defendido por Rosa (2016) na psicanálise implicada com a dimensão política do sofrimento humano. Daí que a autora advogue um método interpretativo em extensão, não restrito ao modelo clínico do *setting* clássico, capaz de

[...] abordar clínica e crítica social articuladas à constituição subjetiva e às contingências do sofrimento, em movimento de utilizar e também desenvolver dispositivos e metodologia para tal tarefa (p. 94).

Ainda segundo a mesma autora, em publicação conjunta com Domingues (2010), a escolha metodológica deve estar submetida à “perspectiva epistemológica e teórica que lhe dá sustentação, uma vez que é a teoria, o objeto e o objetivo da pesquisa que devem definir qual o método mais adequado” (p. 180).

Freud dedicou-se a uma escrita sobre o campo social da mesma forma como fez para os textos clínicos, pois ambos tratavam dos laços sociais, importando para ele o que envolvia o sujeito em determinados vínculos coletivos, os processos identificatórios correlatos, as pulsões em jogo, enquanto deixava para a sociologia investigar “os aspectos objetivos das interações sociais” (p. 181). A incursão sobre os fenômenos sociais é parte da própria construção do seu pensamento, tanto quanto a metapsicologia. Portanto, para Rosa e Domingues, a pesquisa em psicanálise, ao tratar do inconsciente tanto quanto a clínica, legitima-se metodológica e epistemologicamente ao sustentar-se nos dispositivos da psicanálise. Ilustrando a especificidade da psicanálise na interlocução com as ciências sociais no debate sobre a guerra, as autoras concluem que Freud expôs a Einstein o que o saber pautado por uma clínica, uma teoria e uma epistemologia psicanalítica pôde dizer do sujeito envolvido nos processos

belicistas acompanhados de perto pelos interlocutores. Trata-se da radicalidade metapsicológica, que não privilegia a interpretação como um fim em si, mas busca antes o refinamento conceitual instigado pela prática colocada em questão sob a tríade teoria, prática e pesquisa.

O método psicanalítico de pesquisa buscará, desde a observação, a dinâmica psíquica subjacente ao observado, o que só poderá ser encontrado a partir das manifestações dessa dinâmica. Todavia, o que se acessa é o produto do processo de recalçamento que constitui a história do sujeito, e não uma plena e desimpedida evocação de si. Afora que, ao estabelecer uma interação com os sujeitos que encontro no campo, minha observação será marcada transferencialmente pela forma de interlocução estabelecida e não pelo descortinamento do fenômeno em sua pureza. Presente em toda relação humana, a transferência também assume especial importância no processo de entrevista. Rosa e Domingues (2010), comentando o pensamento de Caon, consideram a transferência o ponto comum entre clínica e pesquisa, sendo que, no primeiro caso, ela é diluída, enquanto no segundo é instrumentalizada para transformar os dados brutos da observação e da entrevista em um texto metapsicológico (p.185). É graças à transferência que o inconsciente se manifesta enquanto laço discursivo que enreda o próprio pesquisador, que só encontra o sujeito da pesquisa numa relação singular em que o inconsciente é o campo. Portanto, na pesquisa inverte-se a relação de demanda peculiar à clínica, onde o paciente é quem a formula ao analista, enquanto aqui o pesquisador é que busca no colaborador um suposto saber objeto de sua investigação.

Mas há os perigos no caminho, representados pelas diversas formas de resistência do pesquisador psicanalítico, como o recurso exacerbado à teoria, impedindo-o de escutar o sujeito em sua singularidade. Uma barreira de classe costuma se colocar entre o pesquisador e o sujeito excluído interpelado por ele, distorcendo as lentes ao vê-lo exclusivamente em sua situação social desfavorável, ou, na mesma linha, vitimizándolo ou responsabilizándolo por sua exclusão, desconhecendo-lhe como sujeito desejante, por um lado, e apartándolo do seu contexto, por outro. Para superar estas limitações à escuta analítica do excluído socialmente, é necessário desrecalcar o que nos mantém presos ao pacto de silenciamento ante a miséria social, reposicionando-nos ética e politicamente. Em termos da pesquisa, isso foi fundamental para acessar os sujeitos e considerar a realidade político-institucional e social em que se encontravam. Assim constituí a matéria-prima que transformei em texto através da análise dos dados, como indicado por Iribarry (2003). Trata-se de uma leitura dirigida pela escuta e pela transferência instrumentalizada do pesquisador sobre o texto produzido, tal qual na experiência

clínica em relação à fala do analisando. Na leitura dirigida pela escuta, o pesquisador, tal qual o psicanalista em sua escuta clínica, dedica sua atenção ao discurso dos participantes como a um texto, pois é na leitura que dá suporte ao falar na relação implicada na clínica e na pesquisa que o pesquisador encontra as “falhas e tropeços de um discurso realizado na escrita” (p. 127).

Mas também é sacudido

[...] por suas impressões transferenciais sobre o texto examinado e fica atento ao desfile dos significantes que o compõem, procurando estabelecer uma teoria em gérmen, uma construção de natureza ficcional [...] (p.127).

Afinal, o pesquisador psicanalítico não se esquivava de sua implicação subjetiva com o que encontra na investigação, uma vez que isso é parte crucial do percurso que levou à criação da psicanálise por Freud, que se utilizou de suas próprias inclinações subjetivas para traçar os seus fundamentos na tríade teoria, método e tratamento clínico. A leitura dirigida pela escuta e a transferência instrumentalizada do pesquisador sobre o texto proveniente dos registros das observações e da transcrição das entrevistas permitiu-me, por um lado, explorar a singularidade desse material em relação à literatura consultada, e por outro, localizar nas minhas impressões e naquelas dos interlocutores as vias de acesso a sentidos abertos pela experiência compartilhada entre nós. Assim transformei a experiência do campo em aprendizagem, traduzindo-a para uma comunicação a ser submetida às instâncias da alteridade representadas pela banca examinadora e, finalmente, pelo público a quem se destinará uma vez concluída. O texto que resulta do esforço para imprimir uma autoria à vivência compartilhada no campo inicia como uma escrita ficcional, tal qual o ensaio literário, e em franca oposição ao dogmatismo cientificista da neutralidade. Mas, diferente da ficção literária, submete-se ao rigor do exame de quem o ler com lentes criteriosas para avaliar a consistência de seus achados e contribuições para a área do conhecimento a que está voltada.

Para transpor o óbvio do que vi nas observações e escutei nas entrevistas, pautei-me pelos eixos epistemológicos constituintes da pesquisa de campo: a pesquisa etnológica ou a etnografia, a observação participante e o diário clínico. A pesquisa etnológica consistiu no levantamento do vocabulário próprio aos adolescentes naquele contexto e na apreensão do seu *modus vivendi* a partir da observação de diversos momentos constituintes de sua rotina institucional. A observação participante traduziu-se no contato com a comunidade socioeducativa (adolescentes e funcionários do Centro), à maneira de um estrangeiro que colhe impressões sobre o que encontra de relevante para guiá-lo em um território desconhecido, registrando simultaneamente seus próprios sentimentos. O diário clínico emergiu das primeiras associações que fiz a partir da experiência e seu registro, um estado larvar do texto dissertativo.

As primeiras notas realizadas *in loco* eram reescritas em maior detalhe e legibilidade, imediatamente após cada incursão ao campo, o que me permitiu transformá-las em texto para o propósito da análise de dados.

Rosa e Domingues (2010) defendem que o procedimento de elaboração do texto a partir da análise de dados transforma os registros em um “relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo” (p. 186). A pesquisa permite revelar mecanismos operantes no laço social a partir da singularidade dos casos particulares, o que amplia a compreensão dos fenômenos analisados. No entanto, as autoras advertem-nos de que o lugar da psicanálise no estudo dos fenômenos sociais e políticos é o de situar questões inconscientes “presentes nas práticas sociais” (p. 186), constituindo-se em auxiliar fundamental das ciências sociais. E mais, o uso da psicanálise não pode esvaziar o sentido histórico e político dos fenômenos sociais, em citação a Henriquez, ou prestar-se a um uso ilustrativo do que a teoria já revelou, referindo-se a Mezan, o qual recomenda que quanto mais complexa se mostrar uma realidade maior rigor conceitual se aplique em sua investigação. Orientado pela preocupação em localizar formas de sociabilidade do adolescente privado de liberdade, tomei a análise de Rosa (2016) sobre o desamparo discursivo a que são lançados todos aqueles que deixam de habitar os “ideais dominantes” no laço social, para fins de encontrar sua fala na “escuta do não dito dos sujeitos e a força da determinação dos não ditos dos enunciados sociais” (p. 96). Com isso podemos não só descrever o que encontramos no campo, mas sobretudo explorar a trama latente das alianças e desacordos que sustentam os diversos modos de inserção em um contexto adverso.

## CAPÍTULO 5

### ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 5.1 Análise das Observações

Conforme mencionado anteriormente (tópico 4.3), fiz o primeiro contato com o campo de pesquisa através de reunião com as coordenações e socioeducadores responsáveis pelas atividades pedagógicas da unidade, quando apresentei a proposta da investigação e consensuei sobre os dias e horários para iniciar as observações. Na oportunidade, todos se mostraram disponíveis em colaborar, inclusive no sentido de indicar potenciais sujeitos para as entrevistas. Apesar da boa receptividade e de uma indisfarçada curiosidade dos funcionários pela temática objeto da investigação, ficou evidenciado também como os diferentes lugares de fala e de posição anunciavam distintas posturas, as quais deveria considerar para facilitar o acesso e o trânsito no espaço e junto aos seus ocupantes, servidores e adolescentes. O fato de ser conhecido da entidade como psicólogo do Tribunal de Justiça revestiu esse encontro de importante oportunidade de demarcar o outro lugar que ocuparia a partir de então. Todavia, como ficou patente desde a primeira observação, alguns dos servidores contactados me fixaram ao lugar institucional anterior, o que representou um recorrente desafio do trabalho de campo.

Os contatos com os diversos atores que compuseram o campo de pesquisa me propiciaram uma gradual imersão na linguagem e no *modus vivendi* da comunidade socioeducativa, a chamada pesquisa etnológica, que constitui a primeira etapa do diário metapsicológico para Iribarry. A cada incursão no ambiente da pesquisa fazia um registro das impressões que ocorreram durante e após a observação (o diário clínico). Pude assim conhecer diversas expressões essenciais para quem se propõe adentrar naquele universo, inclusive no sentido de evitar surpresas ao usar termos considerados afrontosos pelos adolescentes, alguns dos quais comento a seguir. No encontro com as coordenações da unidade, quando falei do propósito de investigar os “comandos”, indicaram que estava em curso sua progressiva substituição pelo termo “gestor”, que já era mais usado, em outras interações, por adolescentes mais velhos. A mudança em marcha parecia se articular com a própria linguagem neoliberal, vinculada ao individualismo exacerbado e à consequente administração e controle de si como imperativo de competitividade e valorização social. Embora os adolescentes entrevistados não tenham usado a expressão, o seu sentido mostrou-se bastante presente como atributo indispensável para os “comandos”. Porém, enquanto noção administrativa bastante disseminada

e vulgarizada, sua apropriação pode traduzir um fenômeno presente em maior ou menor grau nos diversos contextos das unidades restritivas ou privativas de liberdade, onde os “comandos” exercem relativo poder gerencial sobre a unidade, o que começava a configurar a realidade da instituição onde desenvolvi a pesquisa. Uma das professoras que contatei me falou que a palavra “cabeça” é associada ao órgão sexual masculino e não deve ser pronunciada senão em tom maledicente, o que descobriu justamente quando ensinava sobre anatomia humana. Um episódio elucidativo da força que certas expressões adquirem e da necessidade de omiti-las (ou mesmo recalá-las) foi quando me apresentei à coordenação técnica com a saudação “passei só pra dar um alô!”, o que causou uma reação imediata dos presentes, que me advertiram de que “alô” é o termo usado pelos internos quando promovem agitações com batidas de grades nos alojamentos, as quais podem descambar para rebeliões. Outro interlocutor citou a expressão “fulano é óleo” para dizer que não pode se misturar a eles, o que condena o desafeto ao banimento do grupo, sujeito a expulsão ou mesmo eliminação em caso de permanecer inadvertidamente no território onde é proscrita sua presença ou passagem.

Quando me reuni com a equipe interprofissional para apresentar a proposta da pesquisa e ouvir suas indicações sobre sujeitos potenciais para entrevistas, deparei-me com a nomenclatura dos diversos *status* usufruídos pelos adolescentes, conforme o grau de liderança que exercem no Centro, os quais resumo a seguir:

- *À vontade*: adolescentes que podem circular livremente entre os alojamentos de uma casa, condição conferida àqueles que exercem poder de liderança entre eles.
- *Primeira Voz*: O líder maior de uma ou várias casas.
- *Segunda Voz*: Segundo na hierarquia, que transmite as ordens do “Primeira Voz”.
- *Comunidade*: Adolescente recém-chegado e que está em processo de adaptação à convivência e por isso sujeito a várias práticas (como lavar banheiro) e ritos iniciáticos baseados em “provas” físicas (choques e agressões corporais).

Por outro lado, também encontrei um repertório de termos usados pelos entrevistados cuja compreensão era imprescindível para entender o contexto em que eram utilizados e como eram empregados pelos diferentes atores.

- *Cheira-cola* – aplicado aos adolescentes descuidados com o seu alojamento ou, de forma mais grave, com os espaços comuns dentro das casas e fora delas. O comportamento derivado desta atitude negligente é chamado de “cheiracolice”. Tornam-se o alvo preferencial dos “cobrados”.

- *Cobrado* – sanção aplicada a adolescente que se recusa a seguir as regras de convivência estabelecidas pelos “comandos”, a quem cabe definir a gravidade da prática e o correspondente castigo a ser aplicado.
- *Ideias-xeque* – ideias capazes de convencer e de produzir coesão em um grupo.
- *Dar ideia* – exercer influência sobre os demais por pensar mais rápido para responder às situações adversas. Considerado o principal atributo para exercer o comando.
- *Tirar ideia* – tentativa de obter informações privilegiadas de alguém para prejudicá-lo ou chantageá-lo.

Relato e analiso a seguir o que assomou como mais significativo ao longo das observações efetuadas no campo, tendo em vista os propósitos que me guiaram na sua exploração. Iniciei pela Oficina de pintura, quando logo deparei com o que se afigurou o principal obstáculo à pesquisa, a minha identificação como psicólogo do Poder Judiciário, função a que o instrutor da atividade me associou de imediato. Para além da apresentação da proposta de investigação que fizera a ele e aos demais profissionais da Unidade, foi necessário que ressaltasse diversas vezes o lugar de pesquisador que ocupava desde então. Um episódio ilustra como fui capturado pelo *locus* judicial por ocasião da primeira observação, quando me envolvi em um jogo inesperado, durante uma breve ausência do monitor. Um dos alunos queixou-se de estar faminto, o que me levou a indagar se eles não haviam lanchado, ao que respondeu que não e, como tomado pelo impulso de protegê-los contra um arbítrio institucional (o de privá-los do lanche), questionei surpreso: “Como não, se a outra turma lanchou?” Quando o instrutor voltou, todos o questionaram sobre o lanche servido na primeira turma, o que negou, e me vi obrigado a confessar que fui eu que havia comentado o fato, levando a uma chacota dos alunos de que eu “entregara o instrutor”. O aluno pivô do episódio não só aceitou o convite que lhe fiz posteriormente, como indicou outro interessado por ser entrevistado, o que demonstrou um claro laço transferencial comigo, que não manejei adequadamente no primeiro encontro com ele. Ficou evidenciado um dos impulsos que esteve me orientando até então, o da minha própria impotência ante o descaso institucional com os adolescentes privados de liberdade, constituindo este um desamparo pertencente à minha experiência pessoal. Foi esse desamparo que me impulsionou na direção de fazer algo ante a situação de suposto desamparo (fome não saciada) do outro. O processo de aproximação gradativa do ambiente e da rotina dos adolescentes, por outro lado, é que me permitiu ser visto em outra posição por eles, o que se evidenciou pela mudança no modo como me abordaram ao longo da pesquisa. Nos primeiros

encontros acreditavam que estava ali para registrar o que via para a juíza responsável pela fiscalização da Unidade ou que eu era o próprio juiz. À medida que ampliei meu raio de circulação das salas de pintura e aula para a quadra de futebol e capoeira, deixaram de me notar como intruso e informante da autoridade que os julgava, e passaram a me ver como integrante da comunidade socioeducativa. Um claro indicativo dessa transição foi o fato de não perguntarem mais sobre o que fazia de minhas anotações e a quem se destinariam. Nesse momento, pude convidar alguns deles para as entrevistas individuais sem o receio de interpretarem o convite como uma demanda judicial.

A atmosfera hostil entre os adolescentes perdurou ao largo de todo o período da observação, o que pude constatar em vários comportamentos e falas dos interlocutores, como entre as professoras. Uma delas reconheceu seu equívoco para lidar com a situação: tentou apagar rugas entre dois alunos solicitando-lhes que se abraçassem, quando um deles chamou-lhe a atenção sobre o absurdo do que estava pedindo, pois tinha mesmo era uma grande vontade de agredir e não de fazer as pazes com o outro. Ela reavaliou como precipitada e ingênua sua iniciativa. Uma outra educadora, de cuja aula participei para observar a interação entre os alunos, explicou que mudou a disposição das bancas, de modo a que os estudantes ficassem de lado ou de frente um para o outro, pois não queriam ficar de costas para seus desafetos. O conflito teria iniciado durante uma partida de futebol. Talvez em razão disso a aula transcorreu praticamente sem interação entre os adolescentes, embora também não tenham demonstrado qualquer antipatia entre si. Encontrei uma outra atmosfera diametralmente oposta na roda de capoeira, que pude observar logo em seguida. Todos demonstravam envolvimento e vivo interesse pelo que faziam, em especial quando cantavam (a atividade envolvia cantos puxados pelo instrutor e entoados por todos ao longo dos exercícios). Havia clara sintonia dos adolescentes com as orientações do instrutor. Em certo momento da atividade formou-se uma roda constituída por seis alunos abraçados, enquanto um outro ficava no meio e um outro, fora. Quando o grupo gritava “quilombo” o “de dentro” saía em disparada e o “de fora”, corria em sua perseguição, até o grupo gritar “senzala”, quando o fugitivo tinha que tentar retornar à roda sem ser tocado pelo perseguidor. Todos os participantes passaram por ambos os papéis (fugitivo e perseguidor). A brincadeira envolveu-os num excitante jogo em que seus corpos expressaram o máximo de ginga, rapidez e força (para fugir e para perseguir), além de uma alegre efusão. A cena contradizia o tensionamento que pairava sobre a Unidade, o que me apontou para uma forma privilegiada de entrosamento que a capoeira produzia. Ao fim, o professor falou do sentido do jogo, que era refletir sobre a escravidão que submeteu os negros por tanto tempo a uma feroz caçada e opressão no Brasil. Um dos alunos perguntou se ainda havia escravidão no

Brasil e o instrutor me pediu para falar a respeito. Falei então que nosso país foi o que mais demorou a libertar-se da escravidão nas Américas e que, até bem pouco tempo, algumas categorias de trabalhadores, como as domésticas, viviam em situação análoga a de escravos, pois não possuíam nenhum direito formal. Portanto, sempre vivemos a ameaça da volta da escravidão. Nenhum dos ouvintes parecia interessado no que falei. Pude avaliar posteriormente como ainda estava fisgado pelo desejo de responder ao suposto desamparo do outro (escravizado) e me deparei com uma espécie de recusa em saber ou tocar nessa condição humilhante em que muitos encontram-se colocados, como refleti no capítulo 2 em relação à ralé, cuja epígrafe associa este comportamento alienante com o sentimento de impotência para transformar a situação opressiva. E como forma de se defender dessa realidade ignominiosa, operava entre eles o que Kães (2014) chama de negação (ou desaprovação), pela qual a “percepção insustentável e a realidade inadmissível são assim por sua vez negadas (ou desaprovadas) e afirmadas” (p. 46) pelo silêncio. A atitude indiferente também parecia parte do processo de subjetivação na dessubjetivação, como abordei no capítulo 2. No mais, ao ocupar um lugar de “saber”, posso ter suscitado uma desconfiança entre eles quanto à distância necessária que me cabia como observador.

Diante da notícia de que a animosidade entre os adolescentes foi desencadeada numa partida de futebol, considerei relevante observá-los de volta ao espaço do qual foram afastados após o incidente. Vivi então uma experiência eloquente do quanto fui envolvido pelo clima de iminente conflito noticiado pelos diversos atores. Assomou a seguinte expectativa durante a observação: caso eclodisse uma rebelião naquele momento, o que aconteceria comigo e com os socioeducadores que acompanhavam a atividade, uma vez que estávamos na parte de baixo do Centro, ligada por duas extensas e íngremes escadas com todo o resto do Centro, o que dificultaria nos safarmos de um ataque daqueles adolescentes? Assim, estaríamos mais vulneráveis à ação dos rebelados, que facilmente poderiam nos fazer de reféns. A relevância desse “contágio” é destacada por Bodgan e Biklen (1994):

[...] as reações emocionais do observador são uma fonte de intuições da investigação. Se cuidadosamente separadas, seletivamente apresentadas e apropriadamente expressas, podem ser uma maravilhosa via para desenvolver uma relação [...] Afinal, passar a fazer parte de um grupo significa partilhar as reações de seus membros (p. 133).

No entanto, o que vi novamente foi a interatividade lúdica estabelecida pelos adolescentes distensionar o ambiente, inclusive a ponto de dispensarem um árbitro para apitar a partida, pois foram capazes de incorporar as regras do jogo sem a necessidade de um terceiro que as impusesse de fora do campo. As disputas físicas travadas durante o futebol ganhavam

outra conotação, bem diferente da expectativa de uma rivalidade destrutiva que alimentava receios entre os que estavam “fora do jogo”. No meu caso, o medo dissipou-se pelo testemunho de que o futebol fora retomado como arena legítima de disputas e ludicidade, permitindo-lhes rivalizarem dentro dos marcos definidos pelas “regras do jogo”, o que, por extensão, incluía a própria relação com os de “fora do jogo”, que operavam as regras institucionais, como a delimitação do tempo daquela atividade.

As observações dos cultos não me revelaram o que procurava, a localização de adolescentes que se identificassem como “bênçãos”, mas mostraram-me aspectos importantes que a religiosidade assume para os adolescentes naquele contexto. Os cultos aconteciam dentro das casas onde os adolescentes ficavam e não no espaço ecumênico, desde as ameaças de conflagração de conflitos entre eles. Por força da sistemática presença de grupos religiosos na Unidade ou de contato anterior dos internos com igrejas neopentecostais há uma certa familiaridade com o rito assumido pelos cultos. Apesar disso, também encontrei demonstrações de resistência a participar da atividade nos termos em que os pregadores propunham, sobretudo através do silêncio. Os adolescentes aderiam com maior facilidade aos cantos, os quais apelavam para uma conduta de arrependimento e culpabilização, o que era a tônica das pregações. A postura cabisbaixa que assumiam retratava a humilhação e o sentimento de fracasso que marcam suas histórias e sua relação com a religiosidade como a esperança de uma saída mágica do aviltamento social. E foram justamente os mais envolvidos em tumultos que participaram mais ativamente da atividade, o que indicaria um recurso ao simbólico mais presente entre eles como capacidade de direcionar sua agressividade para algo que faça sentido. Daí que sua violência não deveria ser vista como mera impulsividade. Teriam os “comandos” uma espécie de cumplicidade com os bênçãos, inclusive por possuir, como estes, em grau mais elevado, a capacidade de simbolizar? Teriam entre si uma maior facilidade de se compreenderem quanto a suas vantagens simbólicas sobre os demais, inclusive para organizar o grupo?

Um episódio que vivi durante a observação dos cultos indicou para mim o quanto podem ser opressivos, apesar de sua promessa de libertação mágica da precariedade extrema. Fui instado a me integrar a um cordão de oração, a convite do pregador e de dois adolescentes que me estenderam as mãos para que tomasse lugar entre eles. Quando me encontrava abraçado aos dois adolescentes senti forte sensação de asfixia, como num ataque de pânico, o que foi difícil conter e tornou os instantes que se seguiram de uma ansiedade incontornável. Suponho que a minha recusa interna em me juntar àquele abraço forçado ecoava a reação ansiogênica dos próprios adolescentes, neófitos na Unidade e, por isso mesmo, mais vulneráveis à sua dinâmica

de uma crescente tensão, sem margem para pacificações forçadas como aquela. Lembrei-me da cena relatada por uma das professoras contatadas, quando tentou forçar uma conciliação entre adolescentes pedindo que se abraçassem, recebendo como resposta: “A senhora ficou louca. Eu quero é bater nesse (...).” Impossível não lembrar Freud, no *Mal-estar na civilização*, quando considera o projeto cristão de amor ao próximo como fadado ao fracasso, pois baseado no narcisismo primário de amor a si mesmo e exclusão do outro como alteridade. É o que aquela atitude transmitiu na vivência que acabo de relatar, a negação da peculiaridade da condição de quem está imerso em caldo de imprevisível hostilidade mútua e não aberto à fraternidade incondicional.

O período de observação dos adolescentes em suas diversas atividades diárias, dentro do espaço do Centro de Atendimento Socioeducativo onde desenvolvemos a pesquisa, constituiu nossa forma de aproximação do contexto de um modo a tornar nossa presença menos intrusiva e a encontrar candidatos disponíveis às entrevistas. Pudemos, desse modo, também associar várias situações observadas com a própria fala dos entrevistados e comentar com eles fatos que testemunhamos na observação, o que ampliou nossa compreensão do que disseram e facilitou a sua confiança na interlocução que estabelecemos.

Formulei o convite aos seis candidatos que, inicialmente, pretendia entrevistar. Havia bastante movimentação na unidade, em razão de tumulto ocorrido em uma das Casas, conforme fiquei sabendo por um servidor. Decidi convidar os candidatos em grupo, pois convidá-los reservadamente daria margem a serem localizados como potenciais “X-nove” (delatores) pelos “comandos”. A estratégia revelou-se justificável, como veremos.

Os quatro primeiros candidatos a chegar ocuparam cadeiras reservadas a eles nessa ordem, da direita para a esquerda: o “primeira voz”, o “segunda voz”, o “bênção” e um quarto adolescente que participou com destaque na capoeira e no futebol. Ressalto este fato pelo significado concreto que tinha tal disposição, pois fui informado pela equipe interprofissional das diferentes posições ocupadas pelos candidatos na unidade, e não havia entendido exatamente o que era e qual a necessidade de um “segunda voz”. O quinto adolescente que se juntou ao grupo fora indicado por sua ligação com os “comandos”. O sexto convidado, escolhido por sua boa participação nas atividades de capoeira, pintura e na sala de aula, foi apresentado posteriormente, pois estava em sala de aula. Expliquei-lhes a razão do convite e indaguei se havia dúvida, quando o “segunda voz” perguntou quais os seis adolescentes que pretendia entrevistar, e então expliquei que o único ausente era porque estava em sala de aula. Mais uma vez o “segunda voz” pronunciou-se para saber quando seriam realizadas as entrevistas. Esclareci que deveria começar a realizá-las na semana seguinte e que pretendia

realizar até duas entrevistas por dia, mas que isso dependeria da própria dinâmica da primeira entrevista. Sobre as entrevistas, detalhei que eles teriam que assinar um documento autorizando-me o procedimento, e que a juíza responsável pela Unidade havia previamente chancelado o meu acesso a eles, e que poderiam informar-lhe qualquer constrangimento ou prejuízo que sofressem decorrente da entrevista, além da própria UNICAP. Novamente se manifestou o “segunda voz”, dessa vez com um sorriso em minha direção e comentando, com o assentimento gestual do “primeira voz”, quanto à desnecessidade de reclamarem à autoridade judiciária. Então ocorreu a mais aberta demonstração dos lugares ocupados pelos “primeira e segunda voz”. Ao perguntar-lhes se me autorizavam a entrevistá-los, o “segunda voz” olhou para o “primeira voz” e dirigiu-lhe a seguinte pergunta: “E aí, podemos?”, recebendo um seco e monossilábico “sim.” A resposta pareceu uma senha aos outros, que só então se pronunciaram positivamente. Ao longo de todo o encontro o “primeira voz” manteve-se cabisbaixo, como se delegasse ao segundo falar por ele e para o grupo. No entanto, ao ficar do lado do “segunda voz”, dirigia sua fala desde gestos trocados entre os dois. A própria postura de não me olhar dizia muito, sobretudo que eu estava diante de quem desconfiava de mim pelo lugar que ele ocupava e que tinha que resguardar de uma ameaça intrusa como a minha, no sentido da “concepção do intruso como representante do outro, obstáculo à realização dos desejos do sujeito” (KAËS, 2008, p. 130). Afinal, ele não sabia o que, de fato, eu trataria com cada um de forma reservada, e não dispunha de elementos para se assegurar de que eu não colocaria em questão sua liderança. Mais ainda: se eu fui autorizado a observá-los e entrevistá-los, certamente eu tinha bom trânsito com as instituições que os avaliavam e julgavam. Como ratificação da palavra empenhada e, de certo modo, autorização para que os demais o seguissem, o “primeira voz” perguntou onde deveria assinar. Lembrei que eles só assinariam no ato da entrevista, o que seria feito individualmente. Por fim, garanti que todos seriam avisados previamente do dia e hora de sua entrevista, e que o procedimento ocorreria de modo a atrapalhar minimamente sua rotina, em especial as suas atividades pedagógicas. A tensão presente no grupo ao longo do encontro pareceu reduzir-se após a concordância expressada pela liderança.

Importa esclarecer que ampliei o critério de inclusão dos sujeitos por dois motivos: todos os informantes só localizaram um “bênção” entre os adolescentes e a etapa de observação dos cultos não me permitiu identificar outros sujeitos com este perfil. Além do mais, o evidente envolvimento com a capoeira, o futebol e a pintura chamou-me a atenção para formas de integração entre eles não cogitadas antes de ingressar no campo, o que me levou aos dois novos candidatos, que se mostravam entusiasmados com as práticas e tinham um bom entrosamento

em todas atividades em que os observei. Os diálogos com o instrutor de capoeira complementaram a impressão que tive *in loco*.

Os interlocutores aventaram várias hipóteses para a raridade da presença dos “bênçãos” entre adolescentes daquela faixa-etária, o que me fez pensar que a sua imaturidade fosse o fator que melhor respondesse por isso, dificultando-lhes assumir o ônus de uma posição cujas vantagens e injunções parecem acima de sua capacidade moral e simbólica.

A fim de evitar qualquer desconfiança quanto ao critério de escolha que utilizei para definir a ordem das entrevistas, sobretudo em razão da rivalidade crescente entre eles e de um clima de elevada insatisfação com a institucionalidade e seus representantes ou credenciados, decidi sortear a disposição das entrevistas na presença e com a participação dos próprios candidatos. Realizei o sorteio com quatro dos seis adolescentes contatados, pois dois haviam deixado a Unidade por progressão e extinção de suas Medidas. Avaliei que a amostra de quatro sujeitos atendia aos propósitos de uma pesquisa qualitativa naquele contexto.

Reunido com os três primeiros adolescentes, esclareci que esperaríamos o quarto candidato para iniciarmos o procedimento. Neste momento, o “segunda voz” referiu-se ao ausente como “bênção”. Quando todos estavam reunidos, esclareci que faria o sorteio entre eles, para definir a ordem em que iria entrevistá-los. Após mostrar-lhes seus nomes escritos em papéis destacados, dobrei-os e misturei-os, entregando-lhes para que retirassem um nome, seguindo a ordem em que estavam sentados, da direita para a esquerda: o “bênção” tirou o nome do primeiro, que foi o “segunda voz”; o próximo, antes de pegar o papel, disse com certo riso que o nome seria o do “primeiro comando”, o que se confirmou. Quando eu ia entregar os papéis restantes para o “segundo comando”, o “primeiro comando” tomou-lhe a vez e sorteou o “bênção”. A sua iniciativa era para demonstrar que lhe cabia “escolher” e não “ser escolhido”. No entanto, ao contrário da outra ocasião, esta foi marcada pela descontração entre eles, pois pareciam encará-la como uma brincadeira, rindo e mostrando-se curiosos pela “revelação” de cada sorteio, o que certamente decorria da própria adesão da sua maior liderança, cuja postura mudara completamente da sisudez para um sorriso aberto.

## **5.2 Análise das Entrevistas**

Analisarei as entrevistas separadamente, a fim de conservar a singularidade de cada uma, e ao final discutirei os encontros e distanciamentos em relação aos objetivos que propus investigar, bem como novos elementos que eventualmente me levaram a repensar meus propósitos iniciais.

Mantere para a análise a seguir a mesma ordem que adotei para a realização das entrevistas, bem como os pseudônimos que os sujeitos se atribuíram.

Com relação a trechos das entrevistas transcritos a seguir, quando suprimimos parte da frase original utilizamos reticência entre colchetes, e quando se trata de pausas feitas pelo entrevistado, usamos reticências sem colchetes. Optamos por transcrever literalmente as falas, para não perder a singularidade e a forma de expressão própria dos sujeitos.

### 5.2.1 Primeira entrevista

O primeiro abordado, que escolheu o nome fictício de *Menor*, indicado pela equipe interprofissional como “segunda voz”, mostrou-se bastante à vontade ao longo do procedimento, sobretudo considerando a ocorrência de uma tentativa de fuga na madrugada do dia em que o entrevistei. Parecia sonolento, mas em nenhuma ocasião foi desatento ou desinteressado com os temas que tratamos.

Quando lhe pedi para falar sobre sua relação com seus pais, ficou visivelmente emocionado ao falar que conheceu o pai apenas por foto, pois foi assassinado quando tinha seis meses de idade. No entanto, pareceu restabelecer-se rapidamente, como se não conseguisse ou não pudesse ceder ao trauma. Rosa (2016) dirá sobre sujeitos atingidos por traumas, como a violência obscena do outro, que seu silenciamento ou apatia são formas de resistência ante a impossibilidade do esquecimento e do recalque de algo que não pôde ser elaborado. Portanto, a atitude de “indiferença” assumida pelo adolescente logo após um rápido abalo ao lembrar-se do pai, aponta para um modo de “suspensão temporária [...] um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social. Uma posição necessária para a sobrevivência psíquica, uma espera, uma esperança [...]” (p. 43).

Certamente a forte ligação com a mãe foi indispensável para ele desde o início, inclusive para sobreviver ao trauma da perda precoce e violenta do pai. Por isso, passou a cultivar verdadeira reverência à imago materna, chamada de “rainha” e a cuja menção antepunha a expressão “com todo respeito”, quando se referia à genitora de outro adolescente.

Mas também reencontrou seu próprio desejo onde pôde sentir-se em uma filiação ampliada, como se desencadeou na capoeira, capaz de fazer “[...] surgir ali o sujeito desejante, vivo, onde parecia haver apenas vidas secas” (p. 43).

O futebol e a capoeira foram tratados com entusiasmo por ele, como momentos em que as desavenças entre as Casas eram momentaneamente suspensas e davam lugar a um encontro com o lúdico presente em suas histórias anteriores à internação. A capoeira, em especial, foi descrita como uma espécie de família ampliada, “todo mundo ajuda um outro [...] capoeira a pessoa tá entre família, mesmo que num conheça, mas é família. A capoeira é muito grande, é uma família muito grande.”

A capoeira importa também como referencial de um lugar social a ser conquistado nas figuras do mestre e contramestre, uma promessa passível de se concretizar como desvio do caminho na direção infracional, o que o ajudará a sustentar um outro percurso e designação social. A identificação com referências capazes de representar a castração e o falo no campo social é fundamental para fazer o luto necessário à desidentificação com o *locus* de infrator, como defende Rosa. Na ausência dessas referências seria insuportável reconhecer-se como inevitavelmente condenado à condição de resto socialmente conferida ao transgressor, ainda mais sob a ilusão do gozo narcísico que o exercício de liderança lhe concedia na internação.

Pra eu num cair aqui dentro de novo ou cair em lugar pior, né? Aí a capoeira tá aí, já pra ajudar a pessoa pra tirar coisa rim da mente, botar a capoeira na cabeça e ... quem sabe um dia o cara ser um professor, um mestre, um contramestre de capoeira.

Quando chegou à internação foi advertido pelos adolescentes da Casa Diagnóstico para não passar ao “quadrado”, onde seria agredido pelos demais como forma de iniciação, o que não veio a ocorrer por ter sabido “levar” a convivência sem cometer “vacilos”. Tirou dessa experiência a lição que o habilitaria como “segunda voz”.

Aprendeu que os “comandos” são exercidos por aqueles cujas ideias “valem”, ou seja, são valorizadas como ideias que organizam as casas e, assim, evitam que virem espaços de “cheira-colas”, aqueles que bagunçam o ambiente e tornam-se malvistas pelas visitas. Portanto, quando alguém vacila, deve ser “cobrado” pelo comando, como exemplo a ser combatido através da instituição de diversos castigos físicos: barrotadas, paletadas nas costas, choques. Através dessas ações expiatórias o comando restitui à vítima sua condição de convívio anterior, zerando sua dívida com o grupo.

A ideia da partilha como condição para exercer a liderança entre os adolescentes também foi destacada por ele:

[...] aqui dentro o relacionamento é de boa com os pirraia. Dia a dia é fácil de boa ... eu sou um cara ... de boa. Partilho as coisa que tem, né, sempre ... as ideias, sossegado. E os pirraia que tem aqui é de boa. Só é o cara saber levar de boa.

### 5.2.2 Segunda entrevista

Mike foi apontado pela equipe interprofissional e pelos adolescentes como pertencente ao segmento que eles designam por “bênção”, qualificativo que ele próprio recusou, embora reconhecendo uma forte presença do elemento religioso em sua história.

O pertencimento mostrou-se por uma forma de rejeição dirigida àqueles com quem se envolveu no ato infracional, os quais teriam sido a influência que o levou à “vida errada”, em contraposição às relações no meio religioso, reconhecidamente benéficas por trazer-lhe paz, sentimento de respeito mútuo e de gratidão ao Outro (imago divina). Diferentemente dos demais, não identificou “comandos” ou quaisquer outros grupos organizados na Unidade. Por outro lado, atribuiu aos evangélicos e aos católicos que os visitavam a função de apoio para lidar melhor com o dia a dia da internação.

Ele também localizou a capoeira entre as atividades mais agradáveis de que participava. Definiu o grupo como “todo mundo unido”, o que pareceu bastante impregnado da experiência religiosa, como evidenciou ao referir-se às orientações dos religiosos no sentido de “amar o próximo como Deus nos amou, diz pra gente ficar calmo, que isso é só uma passagem, e saber respeitar o próximo também.”

### 5.2.3 Terceira entrevista

O terceiro entrevistado, Bruno, mostrou-se desde a observação interessado em ser escutado, pois falou diversas vezes comigo durante a Oficina de Pintura. E antes de iniciar a entrevista noticiou a transferência do “primeira voz”, mostrando uma preocupação com o ocorrido. A atitude sinalizou uma abertura para tratar das relações de fratria na internação, em especial em sua expressão através dos “comandos”. Um outro fato aponta para um possível laço transferencial comigo, que foi sua indicação de outro candidato à entrevista, sem sequer ter-lhe solicitado, como se captasse a necessidade de suprir a lacuna deixada pelos três selecionados que saíram da Unidade. Todavia, sua colaboração não se deu sem resistência, conforme ouvi de uma advogada do Centro, que foi procurada por ele logo após o sorteio da ordem das entrevistas, quando lhe disse que não queria participar e ouviu da mesma sobre a importância de sua fala para mim. Ressalve-se que a atitude foi posterior à observação da Oficina de Pintura, onde interagiu bastante comigo, sobretudo a partir de um diálogo estabelecido em torno da falta de lanche para a sua turma. O fato de consultar uma profissional quanto a conceder-me

entrevista evidencia a influência determinante que a figura feminina tem para ele, conforme trataremos a seguir.

A história familiar foi marcada pelo trauma da perda precoce da mãe, em plena adolescência, o que o desnorteou por completo, vivência traduzida nas seguintes palavras:

[...] eu entrei nessa vida, assim, porque quando eu perdi a minha mãe eu disse assim: “Eu não tenho o que perder mai não, menino”. Aí fui começando se ajuntando com amizade, com amizade, já fui fazendo o que não presta. Quando fui vendo já tava perdido, já.

Portanto, o ingresso na prática infracional teve relação direta com esta situação de desamparo. Para Rosa (2016) a violência, assim como a apatia ou o silenciamento, são formas “encobridoras da possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático” (p.43), o que ficou evidente no caso de Bruno.

Para lidar com o desamparo advindo da perda materna ele contou com a irmã mais velha, que passou a ser a sua referência e apoio em meio às adversidades que teve que enfrentar, em especial quando de sua privação de liberdade. Aguardava sua visita com grande ansiedade e quase fugiu da Unidade depois que ela se ausentou por dois meses, por acreditar que ela o esquecera. Desistiu de fazê-lo ao pensar em aguardar mais um pouco que a irmã voltasse a visitá-lo, quando soube que ela tivera um filho e por isso passou tanto tempo sem vê-lo.

Fora da família constituiu diferentes fratrias, entre as quais predominaram aquelas que considerou responsáveis pelo desvio da escola e do lazer preferido, o futebol, uma vez que passou a ser estigmatizado por andar “com quem não presta”. Este exílio do familiar, do mundo antes habitado, é caracterizado por Rosa (2016) como uma “não insígnia” que afeta os miseráveis e detentos, conferindo-lhes

[...] uma condição também negativa: não humano, ou um humano não qualificado [...] O sujeito está aí na lógica do gozo Outro – do sentimento oceânico, indicado por Freud (1929) -, na qual não há fronteiras, não há “não eu”; todo índice de diferença é recusado, retornando como índice do mal (p. 125).

Todavia, na internação reencontrou uma amizade “das antigas”, o “primeira voz”, que tornou-se uma espécie de protetor para ele, o que aponta para uma certa ambiguidade com que avalia as vinculações cultivadas em torno de práticas infracionais. Tece duas formas de laço que o colocam numa condição de desresponsabilização: por um lado, por ser vítima da manipulação alheia e, por outro, por demandar a proteção de alguém ante o ambiente inóspito em que se encontrava.

Sua concepção dos “comandos” afina-se com a de Menor, considerando-os necessários para impor ordem ao ambiente, e que a sua falta tem instalado a bagunça e os reiterados “alôs”

(barulho orquestrado entre as diferentes Casas para anunciar insatisfação e possibilidade de rebelião).

Todavia, a agitação na Unidade tem um outro componente para ele: a assimetria de tratamento dispensada a eles pelo Sistema de Justiça, uma vez que haveria novatos beneficiados com progressão para Liberdade Assistida, enquanto os antigos permanecem privados de liberdade. Semelhante quadro depõe contra a manutenção do jogo de hierarquia entre “antigos” e “novatos”, mantida à base de enfrentamento, sobretudo a firmeza da palavra contra as tentativas de inversão das regras pelos neófitos rebeldes. Sem incluir-se entre os manifestantes dos “alôs”, não deixou de afirmar, num tom de porta-voz, que estavam muito indignados com a suposta injustiça.

O ambiente da internação, ao contrário da expectativa que o impingiram, revelou-se um lugar de oportunidades que até então desconhecia: a Oficina de Pintura, o Curso de Robótica, a alimentação na hora certa, a Capoeira e o futebol acompanhados por professores habilitados, além da própria sala de aula. Acostumado com a condição de sujeito sem direito teve uma agradável surpresa ao experimentar uma outra forma de acolhimento. Como pude observar, ele mostrou-se envolvido com a pintura, dedicando-se com gosto à atividade.

As figuras femininas também assumiram papel importante na internação, sobretudo no convencimento para que participasse das diversas atividades. Nesse sentido, importante lembrar o quanto essa vinculação foi determinante também para sua disponibilidade para nossa pesquisa, uma vez que, após o sorteio da ordem das entrevistas que fizemos com os candidatos, procurou uma das advogadas da Unidade para dizer que não queria falar nada, e a profissional instigou-o a colaborar. Isso evidenciou que a imago feminina exerce um poder persuasivo nos momentos de impasse, quando precisa decidir ante uma situação premente ou que lhe suscita algum grau de ansiedade. Num outro episódio, durante o culto celebrado com eles no Dia das Mães, o choro de uma das religiosas o comoveu, quando se referiu a eles como se fossem seus filhos, o que lhe fez lembrar-se de sua mãe, levando-o a chorar pelas várias vezes que a contrariou. O processo de luto manifestou-se aqui enquanto acontecimento coletivo, nascido do compartilhamento da dor comum, que afeta a mãe separada do seu filho e deste, ao perdê-la. Não se trata, todavia, de elaboração, mas é uma porta aberta para ela à medida que destitui a lembrança da perda de seu caráter insuportável, transformando o desabamento em um afeto a ressignificar na relação com o outro.

#### 5.2.4 Quarta entrevista

O quarto entrevistado, que chamarei de Tiago, não havia participado do sorteio inicial, mas foi indicado por Bruno, o que o colocava em suspenso em relação aos tipos que pretendia investigar, pois não tinha obtido informações a seu respeito da parte da equipe com quem manteve contato antes da seleção nem o seu porta-voz conhecia os critérios adotados, apenas me comunicou um suposto interesse do seu interlocutor.

A impressão de estar diante de um *outsider*, em relação aos segmentos que pretendia encontrar, e também em relação aos outros adolescentes, foi o que marcou a fala desse sujeito. Desde sua tenra infância sua mãe levava-o à Assembleia de Deus, de onde desgarrou-se aos 13 anos. No entanto, uma vez na internação, manteve-se distante de qualquer identificação coletiva, preservando-se de qualquer aproximação através de um sistemático recolhimento ao seu quarto, onde passava boa parte do seu tempo lendo a bíblia ou escrevendo. Quando se encontrava com os diversos grupos não tecia cumplicidade, resumindo-se estritamente a conviver com eles durante as atividades programadas. Mas, sobretudo, recusou-se a participar das mobilizações dos internos para fugir ou rebelar-se, como ocorreu várias vezes desde sua chegada ali, a exemplo dos dois companheiros de quarto que serraram as grades das janelas do aposento que dividiam, além de outros que aproveitaram as atividades externas para evadirem-se. Uma das estratégias que adotou para evitar envolver-se nas iniciativas grupais foi circular próximo à portaria da Unidade, literalmente “para fora” do ambiente comum de maior convivência, onde ficava mais próximo dos socioeducadores que vigiavam o acesso e a saída da Unidade. Nas duas rebeliões que presenciou correu para a portaria, demarcando para os funcionários que não compactuava do ardil dos demais. Resistia a formar laços ali para não se submeter a qualquer iniciativa grupal que levasse à sua transferência para uma Unidade mais precária que aquela ou que retardasse o seu tempo na internação.

A figura feminina teve forte pregnância em sua trajetória, pois o pai nunca se mostrou presente, tendo sido acionado pela justiça a partir de sua mãe, para pagar sua pensão alimentícia. Foi educado pela avó materna, uma vez que sua mãe sempre trabalhou o dia todo para manutenção da casa. A irmã aparece também como significativa referência, visitando-o regularmente e frequentando a igreja, espaço valorizado por ele como promessa de lugar onde se ancorar após o exílio infracional e a errância na internação.

O que Rosa chama de desamparo social e Safatle de insegurança social empurrou-o para a prática infracional, após presenciar sucessivas humilhações da família ante a impossibilidade de pagar o aluguel do imóvel onde moravam. Quando foi apreendido foi por uma infração

praticada por outro, quando sofreu o que a mesma autora chama de desamparo discursivo, pelo qual sua fala foi invalidada e silenciada ante o depoimento das vítimas do roubo, que o acusaram por encontrar-se na cena do crime. Numa atitude de resignação e emudecimento de sua narrativa, considerou a palavra dos acusadores como prova contra ele, uma vez que se sentiu sem recursos para contradizê-los, exatamente a condição de não contar com possibilidade de ajuda que define o desamparo na teoria freudiana. Sem desconhecer os atos que realmente cometeu, pelos quais deixou de ser processado, indignou-se em responder pela autoria de outro: “Porque é muito rim a pessoa tá cometendo um erro qui a pessoa num fez.” Aparece aqui um tropeço da fala (“tá cometendo um erro qui a pessoa num fez”), um ponto a considerar na pesquisa, a fim de “[...] identificar, de modo semelhante à clínica, as falhas e tropeços de um discurso realizado, neste caso, através da escrita” (CAON, 1996, *apud* IRIBARRY, 2003, p. 127). O lapso implicado na permuta do verbo responder por cometer diz justamente da substituição da fala pelo ato como meio de comunicação possível, pelo qual aparece na cena social como sujeito falado pelo ato infracional a ele atribuído. O desamparo discursivo aqui traduz o que Souza localiza no sentimento de derrota e até de impossibilidade de uma narrativa da ralé ante a ideia dominante a seu respeito como fracassada e desprovida de competência simbólica. Portanto, o emudecimento decorre da imposição de uma marca, que destitui a fala do sujeito de qualquer efeito interlocutório: “[...] disseram que foi eu, né, aí marcaram comigo [...]”.

No entanto, além do desamparo discursivo presente desde a abordagem da autoridade policial, que considerou como prova contra ele o depoimento da vítima, uma vez privado de liberdade vivencia uma outra situação de desamparo: a perda do convívio com a família, que considera o que há de mais angustiante na experiência da privação da liberdade: “[...] quando eu sair daqui eu num vou fazer isso mais, que eu já passei por um negócio mei rim, ficar longe da família da pessoa é rim.”

Para ele os “comandos” servem para tumultuar e oprimir os seus desafetos, razão porque não se associou a nenhum deles, sem, todavia, afrontá-los, o que fez através de uma distância respeitosa em relação às lideranças, que nunca o incomodaram. Inclusive no grupo com que se envolveu na prática delitiva recusou-se a traficar e a assassinar, pois visava apenas obter o suficiente para atender às necessidades imediatas de sua família, e não fazer uma carreira infracional.

Apesar de arisco não se desresponsabiliza como vítima do outro sedutor, pois reconheceu um moto próprio (a necessidade material de sua família), implicando-se com o que fez e projetando, nas estreitas margens permitidas à ralé, refazer-se através de uma atividade

laboral, dos estudos e do regresso ao grupo religioso que frequentava antes do envolvimento infracional.

### 5.3 Discussão dos Resultados

Considerando o próprio título da presente dissertação e os objetivos a que se propôs, é necessário abordar, aqui, uma questão preliminar aos achados do campo de pesquisa: de que adolescência tratamos quando nos referimos aos personagens entrevistados? Existiriam espaços de moratória para eles, uma vez que submetidos a um brutal processo de exclusão? Consciente de que o aprofundamento dessas reflexões ensejaria um capítulo e quiçá uma dissertação à parte, proponho-me apenas a introduzi-las para situar aspectos que se apresentaram como marcantes na história destes adolescentes, sobretudo para entender o que os diferenciou ou os aproximou da realidade de adolescentes de classes sociais mais abastadas.

Calligaris (2000) define a moratória como uma das formas inventadas pela modernidade tardia para qualificar a adolescência como “um tempo de suspensão entre a chegada à maturação dos corpos e a autorização de realizar os ditos valores [sociais básicos]” (p. 16). A escola se destaca entre as instituições que conferem ao adolescente as credenciais para ingresso no mundo adulto, que o treina na capacidade de postergar seus impulsos de autonomia e liberdade ao projetar seu futuro de forma segura e promissora, o que se constitui no destino comum aos membros das classes privilegiadas, mas não aos que constituem os segmentos desfavorecidos socialmente, cujos adolescentes amargarão o sentimento do “fracasso escolar”. Nesse sentido, a escassa aprendizagem formal obtida pelos adolescentes das classes populares, decorrente de um ambiente familiar e educacional precarizados, retrata bem a distância entre suas moratórias e a dos demais adolescentes. Como pontuado por Freitas, comentando sobre o percurso escolar de um sujeito que entrevistou:

[...] não consegue ver que é a própria escola a responsável pelo seu fracasso, não resta a Anderson outra alternativa senão buscar em si mesmo as causas deste, pois, de acordo com ele, o papel da escola é mesmo o de selecionar e desenvolver os alunos “que têm a mente um pouco melhor”. E ele, é claro, acredita que não se enquadra nesse grupo [...] A insegurança e o medo de Anderson são o resultado concreto e bem-acabado da má-fé institucional das escolas públicas brasileiras (2009, p. 294).

Então, se podemos falar de uma moratória para esses adolescentes é de um modo bastante precário, pois foram destituídos das condições basilares para desenvolverem o comportamento prospectivo implicado no adiamento dos anseios por reconhecimento como adultos. Sua trajetória escolar é emblemática do quanto foram entregues à própria sorte para

lidar com suas necessidades básicas e de reconhecimento social, restando-lhes o imediatismo do tempo presente sem promessa de futuro. Despojados dos aparatos cognitivos forjados pelo ambiente familiar favorável e consolidados através do processo educacional formal, ficam mais propensos ao hedonismo, sem margem para incorporar as vivências lúdico-esportivas e de lazer a um repertório cultural mais amplo. Ou seja, não dotam suas vivências recreativas de um sentido subordinado à transição para a autonomia adulta, mas dão-lhe o caráter de fruição inadiável ante a alta probabilidade de uma vida curta e desprovida de expressividade existencial. A euforia indisfarçada do futebol e da capoeira, em contraste com o desinteresse pela sala de aula, demonstram a cisão entre esses domínios no caso dos adolescentes observados na pesquisa; ao contrário, no caso das classes favorecidas, estas dimensões estão conectadas de forma hierárquica com o ensino formal, que precede e articula as atividades lúdico-desportivas para reforçar a concentração, a disciplina corporal e o extravasamento das tensões necessários a um bom aprendizado. Mas é o lugar ocupado pelos “comandos” que melhor reflete a forma peculiar desses sujeitos se fazerem reconhecer em ruptura com qualquer moratória, pois estabelecem uma normatividade paralela, ao invés de simplesmente reivindicar um reconhecimento nos termos institucionais ou de fazê-lo sob a garantia de continuarem albergados por sua condição singular de pessoa em desenvolvimento, como no caso dos adolescentes de classe média. Assim, subvertem a lógica oficial e instauram a sua própria dinâmica, convencendo seus pares de sua validade e eficácia como organizador da convivência. Daí o tensionamento vivido pelos “comandos” para sustentar a empreitada, que exige deles mais do que a adolescência tutelada e sua efemeridade identitária suportam. Não reivindicam o tratamento como adultos, eles se impõem aos demais como tal, uma espécie de irmãos mais velhos, responsáveis por eles e capazes de representá-los “por procuração” junto às instâncias da lei, ao liderarem suas manifestações de inconformismo ante o instituído. Os “comandos” são o garante de uma moratória possível para os comandados, o que torna difícil para eles se desvencilharem dessa posição paradoxal, que lhes confere poder ao tempo que exige a renúncia à fluidez identitária facultada aos demais. Mobilizam entre eles o sentimento de que só contam consigo mesmos, pois a má-fé institucional com que foram tratados baniu-os do tempo de suspensão conferido aos outros adolescentes pela família, pela escola e pelos órgãos de proteção social e de saúde. Contraditoriamente, às vezes apenas o seu ingresso no sistema socioeducativo lhes conferiu uma margem de moratória, por não remeter suas infrações ao sistema prisional reservado aos adultos, além de inseri-los nos equipamentos sociais que até então lhes foram negados, o que acaba por fixar sua adolescência ao comportamento delitivo, cujo ápice e passagem para o mundo adulto é obra dos “comandos”.

A partir da fala do dito “comando”, Menor, e seu associado, Bruno, identificamos um posicionamento comum de defesa desses lugares como organizadores ou gestores do espaço compartilhado e das necessidades dos que se encontram sob a sua tutela. Considerando, por outro lado, a forte presença da figura feminina constituir uma verdadeira imago materna para ambos, encontramos reunidas aqui expressões de uma aliança denegativa pactuada pelos irmãos

[...] contra toda referência à figura paterna [...] em proveito do grupo fraterno somente [...] a comunidade repousa sobre as valências de uma *imago* materna clivada: idealizada e é o exterior que seria o suporte da valência persecutória ou perseguidora e a valência idealizada desloca-se para alhures [...] fundada na erradicação do Pai, o pacto denegativo e a ilusão grupal fetichizada são aqui bastante frequentes e se vê reconstituir-se uma figura que encarna o Pai arcaico (KAËS, 2014, p. 86).

A atitude de alçar as mães à condição de “rainhas” e a eleição dos “cheira-cola” como perigo à ordem imposta pelos “comandos” são formas de presentificação do paterno não submetido ao trabalho do simbólico, sustentando a fratria no confronto com o caráter vertical e simbolígeno de que poderia se revestir a institucionalidade. O esforço comum se dirige para viabilizar a repressão e contra “o retorno do recalcado ou das percepções negadas”, de modo a manter a organização intrapsíquica e intersubjetiva dos membros da fratria. Ou seja, falta aqui a consistência do pacto fraterno suplementado pela aliança simbólica com o pai e a renúncia à satisfação imediata dos objetivos pulsionais, o que tornou a repressão, a rejeição e a negação os mecanismos de defesa exclusivos destas alianças. O “cheira-cola” retrata “o enigmático, o não significável, o não transformável” (p. 118-119), figura necessária nos pactos denegativos em voga para manter o grupo protegido desse sujeito “estranho à sua própria história e à história do outro” (p. 119).

Ocupar o lugar de “comando” é, além de estar há mais tempo na internação, ser exemplo de agilidade mental, administrar conflitos para manter o espaço organizado e prover a satisfação das necessidades dos comandados que não são supridas institucionalmente, segundo pensam os próprios ocupantes dessas posições. O que se estabelece entre ele e os demais é uma aliança pactuada como “obrigação diante de uma situação podendo comportar riscos de conflitos e de divisões [...] é obtido por transação ou concessão mútuas ou por imposição unilateral. O pacto está ordenado para manter a paz (*pactum*, do verbo latino *paciscor*: concluir um acordo)” (KAËS, 2014, p.25). É preciso lembrar que os adolescentes privados de liberdade são, em sua maioria, sujeitos precarizados por excelência, pois atingidos pelo desamparo social e discursivo de forma radical, o que os torna suscetíveis a arranjos que supram minimamente suas demandas de bens materiais básicos e de fala, o que encontram nos “comandos”, capazes de ouvi-los e atender parte do que necessitam, tornando-se seus aliados oportunos. Na expressão de Menor,

ele partilhava ideias e bens para “ficar de boa” com seus beneficiários, o que implica numa troca pela qual os envolvidos auferem benefícios mútuos, pois todas “as alianças se inscrevem no processo de intercâmbio, elas implicam em si um dom, a dívida e a contrapartida do dom” (p. 34). Assim se estabelecem relações que envolvem os sujeitos numa dívida entre si, a qual “se anula no caso da manutenção dos benefícios para cada um, mas que será alardeada quando os termos de uma aliança não forem efetivados” (p.34).

A habilidade cognitiva para convencer seus interlocutores se expressa nas chamadas ideias-xeque. O termo remete ao jogo de xadrez, onde significa “o lance que põe fim à partida, quando o rei atacado por uma ou mais peças adversárias não pode movimentar-se para outra casa, tomar a peça que o ameaça ou bloquear o ataque com outra peça.”<sup>7</sup> O que traduz a prevalência incontestada da narrativa do “comando”, sobretudo ao destronar outras versões que tinham preeminência antes do seu xeque-mate. Souza (2009) atribui às ideias hegemônicas o poder de justificar a opressão para os oprimidos e para os próprios opressores, pois de outro modo não haveria como submeter a massa de desprivilegiados a um processo permanente de subtração de seu tempo, esforço e riqueza que produzem em benefício de uma minoria privilegiada. Para que seja possível a disseminação e incorporação desses valores uma rede complexa de instituições e atores são mobilizados, a exemplo da grande mídia, onde são difundidos diuturnamente, e das universidades de maior prestígio, que se constituem como verdadeiros laboratórios das ideias hegemônicas na sociedade. O que se opera em nível micro na assimetria prevalecente na internação, onde o “segunda voz” é o principal difusor dos princípios emanados do “comando”, mas também os mais vulneráveis, como os recém-chegados ou aqueles sem nenhum grupo de referência na unidade, propícios a se valer da imago do irmão mais forte, pronto a protegê-los ou a poupá-los de castigos, desde que reconheçam a liderança do seu protetor. Por fim, aqueles que mantêm distância dos “comandos”, sem, todavia, confrontá-los, através do silenciamento reconhecem sua proeminência. Logo, por trás das “ideias-xeque” existe um aparato para reproduzi-las e naturalizá-las como oriundas de um saber e competência exclusivos, encarnados no “comando”.

Essa constituição de laços e normatividade ocorre à revelia e em franca oposição à instituição que os tutela, o que caracteriza as alianças ofensivas, definidas por Kaës (2014) como um “[...] pacto de Irmãos [que] repousa sobre uma coalizão ou sobre uma liga; sua aliança é ofensiva: seu objetivo é suprimir o Pai todo-poderoso, autoritário que se opõe com força às necessidades de poder dos Filhos” (p. 54). A questão que se coloca, então, é se de fato há um

---

<sup>7</sup> Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xeque-mate>. Acessado em 18/09/2018, às 08:30 horas.

ataque ao instituído, representado diretamente pela gestão da Unidade e, por tabela, pelo sistema de justiça como um todo, como justificou um dos entrevistados em relação às agitações “puxadas” pelas lideranças por conta das decisões judiciais de liberar novatos e manter os antigos na internação, consideradas por eles uma injustiça inaceitável. Um desses episódios demonstraria mais claramente o seu caráter transgressivo: um levante das Casas durante a visita de inspeção da autoridade judiciária fiscalizadora da unidade, movimento conduzido por “comandos” que surpreendeu os próprios funcionários do Centro. Nesse sentido, um dos entrevistados, embora na entrevista tenha repudiado a ação, reafirmou que a insatisfação era crescente entre eles, assumindo um lugar de porta-voz dos inconformados, à medida que traduzia para mim sua motivação e, de certo modo, indiretamente advertia dos possíveis desdobramentos da situação, caso persistisse a injustiça. O tom da mensagem apresentada a mim e endereçada à autoridade judiciária pareceu também guardar relação com minha condição de psicólogo da Vara responsável pela fiscalização do *locus* da pesquisa, que foi revelada pelo professor da oficina de Pintura, lugar do qual se tornou difícil me desvencilhar completamente (conferir descrição das observações). Portanto, mesmo constituídas como estratégias possíveis de resistência ante o contexto adverso e opressivo, há sempre o risco de que tais alianças descambem para o que Pinel (2001) considera uma forma psicopática de laço, baseado em ações violentas em relação ao outro,

[...] usando para isso o meio de coalização mais ou menos aberta e consciente entre um agente e um cúmplice (ou mesmo entre vários agentes e cúmplices) mudo contra uma vítima que sofre a ação violenta (*apud* KAËS, 2014, p. 54).

É o que aparece na maioria das falas sobre os “comandos” como a incorporação de um superego tirânico sobre os faltosos, definindo retaliações para os “que vacilam”. O “cobrado” é uma espécie de expiação, pela qual a vítima zera sua dívida com o coletivo ao qual ofendeu com sua conduta. Cabe ao comando definir a forma da purgação com que a vítima restituirá o seu *status quo* anterior e o da própria coletividade, o que, para os acumpliciados, tem o efeito de pacificar o ambiente, uma vez que, cumprido o castigo, os corrigidos restabelecem os laços com a comunidade dos internos.

Em contraponto à visão dos “comandos” como gestores eficientes das necessidades dos comandados, Tiago discorda que busquem administrar e pacificar as Casas, por entender que exploram os demais para obter vantagens, como acesso a dinheiro e drogas, e que bagunçam a internação ao agirem de forma predatória e insubordinada. Vale lembrar que, apesar de sua contestação, o interlocutor não a manifesta junto aos seus pares ou aos funcionários da unidade, reforçando o poder dos “comandos” pelo pacto de silêncio que o preserva de uma provável

retaliação caso se pronunciasse. Mike, por sua vez, manteve-se silente quanto à própria existência dessas lideranças. O que Tiago traz à tona é a face negativa das alianças lideradas pelos “comandos”, ou seja, o que comportam de “desacordo, desligamento, conflito, cisão, recusa da relação, franqueza crítica ante as leis que as fundamentam e que ancoram em parte cada sujeito na comunidade” (KAËS, 2014, p. 32). Por isso, a manutenção do lugar de liderança não se dá de forma pacífica. Há resistências instaladas desde a chegada dos neófitos, quando serão disputados pelos diferentes grupos e lideranças a se juntarem a seus esforços de manter e ampliar seu raio de influência. A Casa por onde ingressam os internos, que é apartada arquitetônica e funcionalmente das demais, acolhe os recém-chegados e aqueles que se encontram ameaçados em razão de sua prática infracional ou por desafetos contraídos na internação, constituindo-se em limbo ou lugar de passagem e transição para o chamado “quadrado”, área onde ficam as demais casas contornadas por um alambrado com a forma geométrica aludida. Portanto, o retardamento da permanência nesta primeira etapa da internação é indicativo das duas condições indesejáveis, situação que os anfitriões tentam escamotear aos que chegam, sobretudo com pressão psicológica em torno da violência dos ocupantes do “quadrado”, de modo a convencê-los de que continuar com eles é melhor. Todavia, a estratégia não pode se sustentar por muito tempo, pois a própria lógica institucional prevê um tempo mínimo de permanência nesta fase, na qual se sai para habitar uma das casas do “quadrado”, segundo o tempo na medida e a evolução alcançada pelo adolescente. Apesar da informação oficial que os profissionais prestam aos adolescentes, certamente a mudança não se dá sem ansiedade para eles, uma vez que seus pares lhes descreveram um quadro macabro de iniciação, reservado aos que cruzam as cercas que separam os dois territórios. Atravessada a fronteira, o neófito encontrará um ambiente bem diverso do anterior, constituído de quatro Casas sem barreiras físicas entre si e com dinâmicas mais complexas. Como descrito por Menor: cada uma das Casas terá suas lideranças (“primeira e segunda voz”), além de um “comando geral” cuja ideia “leva o ‘quadrado’ todo, a ideia dele vale nas quatro casa”. Para circular entre os alojamentos da Casa a que pertence o neófito terá que contar com o assentimento de cada uma das lideranças e só poucos conquistarão o *status* de “à vontade”, ou seja, aqueles que possuem livre trânsito no quadrado e fora dele, quando não se encontrar em atividade e também estiver autorizado pelos coordenadores da Unidade.

O jogo de hierarquias é um teste de atenção constante para os “comandos”, pois os distingue e ratifica como líderes. O exercício e manutenção da liderança é extenuante, como expressou o “comando geral” a um socioeducador, queixando-se do quanto era difícil aguentar a pressão dos liderados, o que transpareceu no primeiro contato que tive com ele e seus liderados

por ocasião do convite que fiz aos candidatos para entrevistas. O custo da condição diferenciada da liderança é notório: não pode desfrutar do que propiciou aos demais como exíguo espaço de moratória.

Afora as relações hierárquicas mantidas a duras penas com a maioria dos demais adolescentes, os “comandos” cultivam uma outra maneira de intercâmbio com os “bênçãos”, considerados à parte por suas vinculações religiosas, o que os exime dos chamados cobrados, desde que confirmem os atributos deles esperados. Todavia, apenas um foi reconhecido nesse lugar, no contexto do Centro que examinamos, tanto pela Equipe Interprofissional quanto pelos próprios adolescentes. Por outro lado, Menor lembrou-se de que na internação provisória viu vários casos de internos que se travestiam de “bênçãos” para escapar à violência, o que é reprovável e punido severamente. Para ser contado como tal pelos demais é necessário ter uma história anterior à internação que confirme a consistência da posição, o que será informado pelos adolescentes que o conheçam do “mundão” e também verificado por seu comportamento diário na Unidade. Podemos dizer que, enquanto o “bênção” desfruta de um *status* moral respeitável, o “comando” goza de um poder hierárquico, inclusive para poupar os religiosos do “sistema cobrado”. Para Kaës (2014), a religião e os ideais culturais são formas de simbolização necessárias e pré-figuradoras da função mediadora assumida pelo pensamento, sustentando as relações intersubjetivas enquanto contratos de renúncia pulsional. Daí a reconhecida desenvoltura dos “comandos” para produzir as “ideias-xeque”, para pensar rápido, não estar desvinculada de uma proximidade de crença com os “bênçãos”, estimados como porta-vozes da renúncia que funda ambas as fraternias. Entretanto, o fracasso do contrato de renúncia leva à violência, convocando às ações e atos que expressam as moções pulsionais desvinculadas do pensamento, como se vê, através dos “cobrados” conduzidos pelos “comandos” (inclusive contra os “bênçãos” que traem sua confiança), formas de exorcizar os “objetos brutos” (p. 99) pela “identificação projetiva, pelo depósito ou exportação massiva na psique de outrem [...] Os diversos efeitos do fracasso do contrato de renúncia [...] estão em relação estreita com a violência destrutiva e com o fracasso da formação do pré-consciente” (p. 99-100).

Portanto, “bênçãos” e “comandos” guardam relativa troca, baseada na reverência ao sagrado como experiência compartilhada entre eles, o que repercute no tratamento diferenciado ao portador de sua insígnia. Por outro lado, o “bênção” submete-se ou resigna-se à dominação do “comando” como gestor da realidade profana. Trata-se de uma pactuação para manter intocáveis os domínios do sagrado e do profano no que cada um tem de fundamental para sustentar um valor narcísico mínimo ante uma descomunal ameaça de perda da dignidade e da própria vida. Afinal, como observado por Rocha e Torres (2009), em relação ao processo de

conversão mágica operado pelo neopentecostalismo em sujeitos excluídos socialmente: “Quando a experiência do fracasso é mais forte do que a promessa de sucesso é que ele mais precisa da cura espiritual para alimentar a sua narrativa de vitória” (p. 225). O fio de esperança que foi completamente subtraído da realidade presente pode ser então reencontrado através de “apostas mágicas” em um futuro promissor. Por isso, ambos os personagens mantêm respeitosa relação com os cultos como encontro com a promessa de dignidade até então negada e imponderável de conquistarem pelos seus méritos, restando-lhes esperarem recebê-la como generosidade e gratuidade divinos.

No entanto, os “bênçãos” não constituíam uma fratria no contexto pesquisado, o que foi interpretado por profissionais do serviço social como dificuldade para adolescentes daquela faixa etária incorporarem uma insígnia que exige comportamentos e postura ética mais rigorosos do que poderiam suportar. Para Calligaris (2000), a recusa e a mobilidade identitárias marcam os grupos de adolescentes que tentam escapar do assédio cerrado com o qual os adultos os abordam para enquadrá-los em formas juvenis idealizadas de estilos e consumos. Logo, há uma resistência na rejeição demonstrada pelo único indivíduo localizado como “bênção”, que repudiou a convocação religiosa advinda da comunidade socioeducativa, embora tenha se reportado a uma trajetória condizente com esse lugar, sobretudo em sua visão de coletividade como eminentemente calcada em sua experiência na Assembleia de Deus, onde todos seriam unidos e voltados ao cuidado recíproco. “Só o grupo católico e evangélico também diz que o cara tem que amar o próximo como Deus nos amou, diz pra gente ficar calmo, que isso é só uma passagem, e saber respeitar o próximo também.” No que pese a fugacidade adolescente presente no comportamento de Mike, ele também manifesta uma insígnia marcante na juventude da periferia, que Khel caracterizou como aporte simbólico divino que garante ao sujeito que ele é amado, de que ocupa uma posição de dignidade para o Outro, mediante o que o presente pode ser suportado. Para Rocha e Torres (2009), o que o elemento religioso oferece é a “esperança no futuro” como freio ao “hedonismo sem peias” que a prática infracional representa, através da crença em um “hedonismo mais farto e muito mais seguro que a ‘perseverança na fé’ promete para o futuro” (p. 230). Portanto, a “conversão mágica” é uma forma de “esquecer o passado e apostar no futuro, eis um modo de vida em que o presente imediato dita as regras” (p. 231). Mas, outro aspecto ressaltado pelos vários discursos em torno dos “bênçãos” na comunidade socioeducativa é o da aliança que o terceiro representado pelo sagrado suscita, uma vez que

[...] Sociedade nenhuma pode existir se não tiver como mediador entre os seres vivos o signo vazio de uma presença pura: o ancestral, Deus, a Coisa Sagrada

etc. É “em nome deste” terceiro que a aliança se estabelece: um terceiro que a relação de identificação entre os parceiros da aliança que, de separados que eram, se reconhecem vinculados entre si (KAËS, 2014, p. 33).

Assim, os “bênçãos” aludem a uma possibilidade de alianças das mais comuns e significativas na vida da juventude da periferia, assim como das sociedades como um todo. Embora não estejam explicitamente identificados, os elementos de diversos pactos em torno do sagrado permeiam as histórias e as relações estabelecidas entre eles, como ficou evidenciado no percurso de Tiago e de Mike e, de forma implícita, na fala reverente de Menor.

Sobressaiu no discurso de Mike uma tentativa de banimento da delinquência de sua história, o que Rocha e Torres apontam como uma atitude muito comum entre os chamados crentes, como forma de resistir à tentação da recaída. Isso se evidenciou na sua negativa da existência dos “comandos”, uma óbvia evasiva para não se implicar com a realidade profana indesejável e projetar outras possibilidades de laço social fora da delinquência, mesmo que por um mecanismo “mágico” para sobressair-se a ela.

Como *outsider* Tiago problematizou a não identificação às formas de laço disponíveis, como forma de transitar entre os iguais sem o risco de ser fígado na rede identitária, considerada por ele como opressiva, rechaçando os “comandos” por achá-los responsáveis pela bagunça do ambiente e recusando também o lugar de “bênção”, apesar de seu histórico vínculo à Assembleia de Deus. Sua reserva aponta numa direção futura de retorno à igreja, o que alimenta desde a internação em leituras da bíblia durante seu tempo livre. Rosa (2016) situa esta atitude como a própria errância do desejo e sua dimensão de exílio no “país do Outro” (p. 55). Sua aposta em uma função fraterna alimenta-se no passado entre os irmãos de fé e no retorno futuro para essa comunidade, de onde exilou-se quando se envolveu em práticas ilícitas. A função fraterna ancora-se, aqui, na função paterna, representada pela imagem divina que fundamenta a afiliação entre os “irmãos” na fé. A “conversão mágica” opera, como no caso de Mike, a possibilidade de ruptura com o passado infracional pela assunção de um destino próspero garantido pela fé e suas injunções.

Na privação de liberdade também se constituem outras formas de fraternidades, a título mais precário que aquelas que se constituem em torno dos “comandos”, mas não menos relevantes. É o que acontece com as rodas de capoeira e com o futebol, que se caracterizam pela provisoriabilidade e se sustentam na figura de um terceiro, que exerce uma liderança de fora do grupo e reúne autoridade para ser ouvido, respeitado e constituir-se um interlocutor confiável em meio a uma atmosfera de crescente tensão e iminentes enfrentamentos. Um exemplo ilustra bem como a fala do professor é confiável para eles, a ponto de “se arriscarem” a sair do

entrincheiramento para inventarem uma zona comum onde se expressem para além dos impulsos destrutivos. O instrutor responsável por ambas atividades compartilhou comigo a conversa que manteve com um adolescente que se recusava a participar do futebol, alegando o clima de ameaças recíprocas que se seguiu, justamente, após o desentendimento numa partida de futebol, o que teria colocado as Casas em pé de guerra. Ele simplesmente “deu-lhe a palavra” de que nada lhe aconteceria, o que foi suficiente para que o adolescente aceitasse o convite, superando o próprio medo em nome da aposta em outra via de relacionamento com os supostos adversários.

A força integrativa do futebol encontra-se no que Winnicott chamará de encontro com a generosidade que se segue à sobrevivência do objeto aos ataques do sujeito.

Como derivam, transformam-se e pacificam-se as pulsões destruidoras implicadas na violência e no ódio fraternos? [...] “Uma vez expresso o ódio, o amor tem uma chance”, dizia Winnicott (KAËS, 2011, p.133).

Seu valor simbólico advém da experiência de reencontrar intacto o objeto que se buscou eliminar, uma vez que a partida de futebol implica na tentativa de eliminar o adversário no campo, com o fim do jogo consagrando um vencedor e um perdedor, ou até o empate entre os times. De qualquer modo, o resultado final encerra o litígio que havia antes do jogo, ou adia para uma nova partida a sua conclusão, tornando a sobrevivência do adversário fundamental para a confiança na possibilidade criativa do impulso despertado por ele e na própria continuidade da experiência. Mais que vencer ou perder para o adversário, encontra-se com ele num duelo criativo, onde se defrontam com as potencialidades e fragilidades do outro e de si mesmo.

Os adolescentes referiram-se a ambas as práticas (futebol e capoeira) como um momento de suspensão das rivalidades entre as casas, permitindo um encontro marcado pelo lúdico e a expressão corporal, uma oportunidade de sublimação para as pulsões destrutivas que alimentam as rivalidades fratricidas. Como disse um dos entrevistados, referindo-se à potência da capoeira para “ajudar a mente [...] tirar coisa rim da cabeça.”

A capoeira suscita, inclusive, um sentimento de pertencimento a “uma grande família”, afiliação produtora de pertencimento a um coletivo, onde não contam a consanguinidade ou a afinidade baseada no entrosamento prévio entre indivíduos (não precisam se conhecer para sentirem-se nessa “grande família”). É a própria definição de fratria que está implicada na ampliação dos laços fraternos da família para outros arranjos.

A estrutura social que contém esses laços é a fratria [...] se qualifica mais pelos laços emocionais e afetivos, morais e sociais que unem os irmãos [...] se

exprimem na noção de fraternidade, que designa primeiramente um laço de parentesco, o dos membros da fratria, e por extensão o laço daqueles que se consideram como tendo este laço de pertença – afetivo, moral, social, cívico ou religioso – aparentado com o laço de fratria (KAËS, 2011, p. 18).

O que as diversas fratrias põem em marcha é a constituição de uma rede afetiva extrafamiliar como experimentos de socialização capazes de mexer com a lógica de inclusão perversa que os fixou à posição de infrator, adicto e tantas outras, abrindo brechas para novas narrativas de si e para a constituição do narcisismo necessário para que não descambem para situações de aniquilamento de si e para que rompam a estratégia de subjetivação na dessubjetivação.

Um outro efeito é a produção de referências representadas pelos mestres e contramestres, lugares desejáveis a ocupar em contrapelo ao destino de resto social em que a juventude de periferia é enredada pelos dispositivos de exclusão. Problematizando um uso corrente do ideal do eu como “a fascinação e a alienação de um coletivo”, Rosa (2016) enxerga sua importância para demarcar simbolicamente a relação do sujeito com os outros a partir de um “traço com valor de significante”. Portanto, o que temos aqui é a

[...] possibilidade de produzir e buscar objetos fálicos e lugares que tomam a forma de ideais que orientam os laços com o Outro, os laços sociais, regidos pela ética de não se deixar ser agido pelo outro, mas sim sustentado pelo desejo e pelas identificações [...] não há a supressão do laço com o outro nem escravização a este (p. 120).

A observação da Oficina de Pintura me pôs em contato com uma produção estética compartilhada entre os adolescentes, os quais pintavam individualmente quadros cujos desenhos já estavam prontos, cabendo-lhes a arte final. Como estavam sentados em torno da mesma mesa e tinham o professor sentado, à parte, num birô, reportavam-se constantemente a este para que avaliasse seu desempenho, quando também mostravam sua evolução aos demais. O interessante é que aparecia aqui o paradoxo winnicottiano do estar sozinho na presença de alguém, pois estavam absortos na sua produção, mas também valorizavam o olhar e a apreciação do outro em torno de sua criação. Ao contrário do que acontecia nas outras atividades observadas, onde havia uma intensa mobilização corporal, aqui seus corpos estavam “relaxados” e os sentidos, voltados para um devanear criativo com as tintas livremente manipuladas, o que para Winnicott (1973) arma a cena para “uma experiência do id. Com o passar do tempo surge uma sensação e um impulso. Neste estado a sensação ou o impulso será sentida como real e será verdadeiramente uma experiência pessoal” (p. 36). O contato com a pintura e a figura do professor foi referido por Bruno como de uma importância singular, por ser acompanhado em sua incursão criativa e solitária, o que se constituiu num acontecimento

inédito na sua história, uma boa surpresa para quem não encontrou nada parecido no “mundão”, onde fora rejeitado nos poucos espaços onde podia se expressar, como nas peladas de futebol.

Considerando o despertar de uma experiência compartilhada propiciada pela pintura, poderíamos falar em um possível efeito estruturante por permitir a esse sujeito “resistir nas situações mais adversas – se ele encontra brechas na estrutura social para se manifestar” (ROSA, 2016, p. 45). Haveria na pintura o ensejo de um “gozo criador” (p. 10), um ponto a partir do qual ele teceria sua resistência à condenação de infrator e de resto da exclusão socioeconômica.

A fala de Bruno sobre a inusitada oportunidade de expressão representada pela pintura revela como é sistematicamente interdito o acesso a bens simbólicos aos jovens da periferia. A inacessibilidade os alija de várias possibilidades, inclusive o da elaboração de seus traumas, uma vez que sua subjetividade se constitui mais pelo traumático que pelo sintoma, o que Khel, prefaciando Rosa (2016), caracteriza como uma

[...] dupla exposição traumática [...] além das situações de violência física promovidas pelo adulto supostamente cuidador ou por outras crianças [...] se encontram desamparados pela falta de recursos para elaborar seus traumas [...] A falta de elaboração, afirma Miriam Debieux, produz “efeitos de dessubjetivação” (p. 9).

Portanto, há um processo de silenciamento da população periférica, mais especialmente do segmento envolvido em ato infracional, o que Rosa entende como um desamparo discursivo que se soma ao desamparo social e político, promovendo uma “desqualificação do seu discurso” (p. 47), que “desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete à angústia ante o desamparo que perpetua a condição traumática” (p. 47).

Nesses casos, em que o desejo cala ante a impossibilidade do sujeito elaborar seus traumas, não há formulação de uma demanda, pois se encontra esmagado pela desconfiança de que o outro não pode lhe ver senão como dejetos sociais. Caberá então uma intervenção que provoque o laço social a partir da presença no “território psíquico e geográfico” (p. 70) desse sujeito, para que se possa

[...] conceber um trabalho clínico que possibilite a construção da posição de testemunha, transmissora da cultura, como diz Jacques Hassoun, que componha a trama ficcional pela elaboração não toda do luto impossível de significar, na transformação do trauma em experiência compartilhada (p. 70-71).

A escuta psicanalítica permite ao sujeito construir “uma narrativa sobre sua história” (p. 72) através da

[...] dialetização das demandas, no manejo da angústia e do luto para a construção de narrativas, e na produção de laços sociais, apesar das diferenças culturais e das violências vividas (p.72).

Rosa (2018) define vários dispositivos necessários a esta forma de escuta psicanalítica. O psicanalista migrante, que implica no seu deslocamento até o local onde se encontra o sujeito em sofrimento, uma vez que este não formula uma demanda, como ocorre no caso do paciente que busca o consultório particular. O que importa é, nesses casos, manter a centralidade da escuta na transferência. Para que acesse o sujeito precisa conhecer sua rede transferencial, com quem conta no seu dia a dia, antes de qualquer interpretação preconceituosa sobre sua cultura e sua realidade. A par dessas informações, articular-se com os demais atores e serviços de acolhida ao sujeito. E valorizar a intervenção em grupo, por seu caráter fundamental à constituição de laços, inclusive do sujeito com o analista, além do suporte que pode propiciar para os diversos profissionais que lidam com situações extremas de violência.

Se os recursos lúdico-culturais representados pela capoeira, futebol e pintura operam um campo de possibilidades para o compartilhamento da experiência disruptiva da condenação ao silenciamento e ao apagamento social desses sujeitos, há também demandas próprias de uma escuta clínica mais singular que aparecem em diversos momentos das falas dos entrevistados. Os interlocutores anunciam seu desamparo discursivo e a dificuldade de superação do luto de acontecimentos traumáticos como situações de desamparo que passam, necessariamente, por sua elaboração em um espaço clínico. Menor e Bruno viveram perdas precoces e traumáticas que os marcaram violentamente. O primeiro teve o pai assassinado quando tinha seis meses de idade, conhecendo-o só por foto. O segundo perdeu a mãe no início da adolescência, atribuindo ao acontecimento a dimensão de catástrofe, expressa nas seguintes palavras: “eu não tenho o que perder mai não”. Ambos falaram dos eventos visivelmente tocados, mas trataram de forma bem diferente esta dolorosa experiência ao longo das entrevistas. Menor simplesmente não tocou mais no assunto, buscando esquecê-lo, o que Rosa (2018) considera necessário para retomar o que foi fundamental na própria história. É desse ponto no esquecimento que ela diz ser possível convocar o sujeito do traumático a produzir sua narrativa, a se contar. Menor restabeleceu-se rapidamente da comoção, deixando claro que sua atitude se sustentou na presença materna reconfortadora, pois esta nunca o deixou na mão, permitindo-lhe contar-se como filho amado e não naufragado na violenta orfandade paterna. Bruno, por seu turno, aferrou-se à irmã mais velha como bússola e proteção para retomar sua trajetória, elevando-a à condição de imago fraterna. Além disso, manteve com outras figuras do feminino uma relação privilegiada de interlocução, uma vez que seu processo de entrosamento com a comunidade

socioeducativa decorreu de intervenções feitas por profissionais do sexo feminino, pois inicialmente mantinha-se arisco e isolado. Uma cena que viveu na internação demonstrou a força do feminino e da abertura que opera na direção do compartilhamento da experiência, necessária à elaboração do luto, como enfatizado por Rosa. No episódio do culto (conforme relatado na Análise da sua entrevista), o adolescente reencontra o luto como experiência coletiva, que pode ser significada no encontro com os outros, desde que enseje algum sentido ao acontecimento traumático, que transforme a tragédia insuportável em dor partilhada. Todavia, a solidariedade certamente não reduziu a angústia a um nível adequado, pois a simples ausência da irmã precipitou-o em um novo desabamento, o que aponta para a necessidade de um espaço de fala, capaz de manejar o angustiante com recursos simbólicos mais consistentes, de modo a consolidar o processo de elaboração. Como diria Rosa (2016), referindo-se a adolescentes atendidos num serviço de prestação de serviços à comunidade:

[...] pela ausência de um suporte identificatório e discursivo, encenado pela hostilidade vivida na própria instituição de acolhimento, o processo de possível elaboração dos adolescentes ficou circunscrito ao campo do imaginário (p. 180).

O desamparo discursivo apareceu de modo mais contundente em Tiago, cuja palavra foi desacreditada ante o depoimento de duas vítimas de assalto presenciado por ele. O adolescente calou-se ante o seu “reconhecimento” pelas vítimas como autor do ilícito, como se não pudesse contrapor-se e furar a narrativa do outro, que, em suas próprias palavras, o “marcou” indelevelmente. A assimetria entre os discursos é frequentemente a tônica do sistema de justiça na área infracional, tornando o contraditório algo quimérico, pois os que denunciam e acusam se impõem a este sujeito oriundo da ralé, desprovido de instrumentos simbólicos fundamentais para disputar narrativas nos diferentes campos sociais, em especial no jurídico. Como destaca Souza (2009) a condição de abandono social e político em que essa população é jogada, alija-a do acesso aos bens simbólicos e escassos que a distanciam da classe média (escola de qualidade, relações de influência político-econômica, atitude prospectiva). Consequentemente, torna-se o segmento social mais sujeito às violações de toda ordem, por sua baixa possibilidade de defender-se com os meios institucional e culturalmente disponíveis para frear ou evitar a violência dos outros, em especial daqueles econômica e socialmente privilegiados em relação a ele. A condição de ralé foi incorporada por Tiago como um fato pessoal, uma marcação inevitável, utilizada por quem o encontrou na cena infracional; portanto, descontextualizada de sua verdadeira face de luta de classes entre a elite e sua mandatária, a classe média, por um lado, e a ampla massa de despossuídos da ralé, por outro. Rosa (2016) identificará aqui a própria lógica do discurso “científico e jurídico” capturando o sujeito

[...] numa espécie de objeto desumanizado que opera uma negação interna dentro do sistema simbólico, transformando-se em objeto de gozo do Outro operador dessa ordem. Identificar-se a esse objeto é, muitas vezes, a via possível de laço social para esse sujeito fazer-se ver, obter um contorno diante do olhar do Outro (p.158).

Nas próprias palavras de Tiago, quando comentava a razão para recusar evadir-se ou participar de rebeliões a convite de outros adolescentes:

[...] aprendi também a realidade, porque também tem muitos menino, aí, que só vai pra capoeira, pra passeio, pra ter oportunidade pra fugir, e eu não, eu pretendo sair daqui quando a juíza quiser liberar mesmo.

Mas, mesmo nesse apagamento do sujeito do desejo operado desde a opressão de classe, Rosa enxerga a possibilidade de uma estratégia de espera, algo como uma suspensão do próprio desejo, até a oportunidade de retomar a história interrompida, desde que lance mão do compartilhamento de sua narrativa e, assim, da abertura de vias para sua transformação. Seria essa a atitude de Tiago, descrente do valor de sua fala para o sistema de justiça, mas capaz de apostar na “palavra sagrada” e na sua associação simbólica com aqueles que a partilham? Resigna-se à vontade do Outro encarnado na figura do julgador pela esperança de que o Outro divino restituirá seu lugar e dignidade na comunidade dos irmãos de fé.

Para Rosa é necessário que, como parceria e furo na resposta jurídica ao ato infracional, se constituam para os sujeitos em conflito com a lei espaços de apreensão da responsabilidade como assunção da própria fala como o que “causa o sujeito [...] uma responsabilidade pelo próprio desejo, em não ceder de seu desejo – como no caso de Antígona” (p. 158).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido ao longo da pesquisa que ensejou a presente dissertação propôs-se a investigar as formas de associação fraternas em meio ao desamparo discursivo e social de adolescentes privados de liberdade, e como desdobramento dessas vinculações, quais as perspectivas abertas pelas fratrias que ensejaram.

As primeiras incursões que fiz ao território da pesquisa trouxeram à tona um obstáculo fundamental a transpor: o fato de alguns trabalhadores da unidade me identificarem e apresentarem, durante a fase de observação, como Psicólogo do Poder Judiciário, mesmo após ter me reunido com eles e esclarecido que estava ali na condição de pesquisador. Por essa razão, em certos momentos fui associado à figura de servidor da justiça pelos adolescentes. Um funcionário externou sua desconfiança quanto ao verdadeiro motivo de minha investigação, por saber do meu trabalho de assessoria técnica à autoridade judiciária com competência fiscalizadora sobre a Unidade. Foram necessários vários diálogos informais para convencê-los a me enxergar como pesquisador. Após vencer as resistências iniciais dos servidores, tornaram-se interlocutores privilegiados, mostrando-se interessados em colaborar comigo em várias oportunidades e situações. Neste sentido, informaram-me da situação tensa das diversas casas da unidade, deixando-me de sobreaviso para as condições de instabilidade antes de ingressar no local.

Restava desidentificar-me do *locus* judicial junto aos adolescentes, o que me custou alguns tropeços que me ensinaram a encontrar a distância regulamentar entre mim e os investigados, a divisar a linha demarcatória entre o psicólogo militante e o pesquisador, a assumir o meu próprio desamparo para enxergar o do outro. Foi assim que descobri Bruno e que fui desnudado por sua fala reveladora do meu impulso atávico. No primeiro contato que tivemos na Oficina de Pintura ele testou-me quanto ao lugar que eu queria ocupar ali, para além da formal garantia que lhes dera de que estava apenas observando-os para fins acadêmicos (conferir na análise das observações). Fez-me reconhecer que estava movido em maior grau pela vontade de defendê-los contra o descaso geral com que eram tratados pela sociedade e pelo estado. O (des)encontro me deixou consciente do principal óbice que teria que enfrentar para constituir-me, de fato, como pesquisador. Não bastaria convencer os servidores e adolescentes quanto às razões para a minha presença entre eles: precisava estabelecer a centralidade do interesse investigativo para mim. O impacto do desvelamento de Bruno foi determinante nessa definição, levando-me, de fato, a incursionar no território como pesquisador. Pude perceber a

mudança de lugar a partir da alteração na forma como os socioeducadores me abordavam e nas questões que passei a suscitar nos adolescentes, pois deixaram de me tratar como psicólogo do Poder Judiciário e dirigir-me perguntas sobre uma possível destinação de meus registros para a autoridade judiciária. Por fim, no processo de convite e nas entrevistas os adolescentes demonstraram uma abertura interlocutiva comigo, o que evidenciou que o fato de terem sabido de minha vinculação ao Poder Judiciário não impediu que me reconhecessem como pesquisador quando os entrevistei. Mas foi Bruno quem melhor traduziu a mudança, pois, além de interessar-se em participar da pesquisa, ainda indicou outro candidato, após a sua entrevista.

Foi através destas impressões transferenciais provocadas pelos interlocutores que me descobri enredado em diferentes tramas insuspeitadas até então, desafiando-me a transformá-las em texto ficcional. Duas situações mostraram-se mais significativas pela intensidade de afeto que me produziram, permitindo-me localizá-las, ao retomá-las na escrita, em toda sua força transferencial. A cena do medo que me assomou durante o acompanhamento de uma partida de futebol, descrita nas observações, evidenciou-me o quanto estava imerso no clima de tensionamento presente entre servidores e adolescentes, mas sobretudo como estabeleci alianças inconscientes com o instituído personificado na figura dos socioeducadores, a fim de me proteger de eventuais surpresas. Conversar informalmente com eles durante as observações permitiu-me distinguir os medos e dissabores do ofício que exerciam, desvencilhando-me dos afetos que me contagiaram, ao saber de sua origem e enredos institucionais. Outro episódio produziu-me intensa reação por sentir-me diante do insuportável representado pela tentativa de domesticar os afetos de hostilidade presentes entre os adolescentes. Foi quando um grupo religioso me interpelou a integrar o círculo de oração, abraçado a dois adolescentes, o que me levou a uma espécie de pânico. Lembrei-me da recusa de um adolescente à professora que propôs atitude semelhante dele com seu rival, o que fez com recurso à palavra, negada aos adolescentes e a mim na vivência que experienciei, pois o “convite” que o pregador nos fez assumiu uma forma imperativa. Minha recusa interna em me juntar àquele abraço forçado ecoava a reação ansiogênica dos próprios adolescentes, neófitos na Unidade e, por isso mesmo, mais vulneráveis à sua dinâmica de uma crescente tensão, sem margem para pacificações forçadas como aquela. As duas cenas retomadas como texto produziram uma transformação da minha postura como pesquisador participante da comunidade socioeducativa e até como psicólogo judiciário. Aprendi a recusar o que me identificava ao instituído, a não participar desavisadamente no funcionamento da engrenagem que obtura a pluralidade de falas e sustenta o desamparo discursivo dos sujeitos excluídos.

Não tive que me ver apenas com os atropelos, mas também com o inesperado presente no campo, a começar pelos personagens que me pareciam habitá-lo, em especial os “bênçãos”, que não existiam ali enquanto fratria e cujo único indivíduo indicado pelos demais não se identificava com a nomeação. O esforço para conduzir a sua entrevista foi significativamente maior que o dedicado aos demais, pois respondeu monossilabicamente a quase tudo que perguntei, parecendo menos interessado em participar. A frustração deixou claro para mim que, exceto no caso dos “comandos”, os adolescentes não queriam ocupar lugares, senão de modo provisório e precário, para poder circular por vários deles, uma vez que o próprio “bênção” referiu-se à capoeira como atividade com que se identificava na Unidade, como a recusar o enquadre em que tentávamos colocá-lo. Ao invés de uma identidade contornada com atributos bem definidos, preferiam um lugar de passagem, provisório e eminentemente coletivo. A atitude evidenciou aquilo que Khel nomeia como “campo anômico de circulação e transmissão de saberes” como condição para que a fala do sujeito adolescente encontre e produza sentidos, à medida que conte (e se conte) com aliados na comunidade dos seus iguais na diferença. Na mesma direção, Passos (2007) observa que os grupos adolescentes impulsionam uma verdadeira metamorfose identitária à medida que abrem caminho para que seus membros se desprendam das referências parentais que até então orientava sua socialização. Portanto, existe uma conotação desidentitária na recusa, à medida que também afirma a indeterminação produtiva da roda de capoeira, espaço comum e partilhado por aqueles que só têm os seus corpos para integrar a cena social, para rebelar-se contra seu silenciamento e invisibilização. Mike e Tiago, embora negando seu pertencimento à categoria dos “bênçãos”, compartilhavam com a comunidade dos irmãos religiosos a quem desejavam reencontrar uma clara identificação, através de uma aliança estruturante, pela qual transitavam da culpabilidade persecutória para uma culpabilidade depressiva, introjetando o “Pai simbólico no corpo grupal dos Irmãos [...] o que significa que, ao lado do ódio e da ambição, serão reconhecidos os sentimentos de amor que o Pai inspirava aos seus súditos” (p. 202). Se não constituíam uma fratria no espaço da internação, ambos os sujeitos evidenciavam com sua conduta ter preservado sua ligação com os irmãos de fé.

Os chamados “comandos”, por sua vez, foram facilmente identificados, inclusive em suas diferentes faces hierárquicas. Todavia, sua presença ali era relativamente recente e atribuída pelo corpo funcional à passagem de adolescentes acima da faixa etária estabelecida para aquele estabelecimento, os quais foram transferidos de outros centros por estarem ameaçados ou por liderarem rebeliões. A medida surtiu efeito contrário ao pretendido, pois

permitiu aos “comandos” transferidos espriarem o seu raio de influência para territórios por onde passavam. Não só passaram a exercer sua liderança sobre um segmento mais jovem, como deram margem a que se constituíssem “comandos” entre estes, seja como “segunda voz”, seja como “primeira voz”. Apesar da pouca idade os iniciados alcançaram um grau de organização que os aproximava dos mais velhos, sobretudo no funcionamento hierárquico, que incluía, além do “primeira e segunda voz”, um “comando” por casa e um “comando geral”. Acompanhei, enquanto psicólogo do Poder Judiciário, o início desse processo, que tentou ser freado por providências diversas adotadas pelas autoridades fiscalizadoras e gestores da unidade, o que não logrou interromper a expansão das lideranças. Percebi, ao contrário, uma crescente consolidação do fenômeno e uma transformação daquela realidade. Os “comandos” mobilizaram ações e comportamentos na comunidade socioeducativa e para além dela, deflagrando rebeliões e episódios que alertaram para a sua força e influência enquanto atores significativos. Como pontuado por Calligaris (2000, p. 39), o adolescente testa com sua rebeldia a capacidade dos adultos o ouvirem, o que faz numa gradação crescente, até o ponto da destrutividade mais letal. Os “comandos” surgem em meio à dificuldade ou impedimento dos operadores do sistema socioeducativo em escutar os adolescentes privados de liberdade, oriundos, em sua maioria, de um segmento (in)visível socialmente, cuja “aparição” se dá quase exclusivamente sob a estridência transgressiva. Os “comandos” lhes deram a palavra para dirigirem seus apelos, os quais não foram compreendidos pelos interpelados, pois estes interpretaram a iniciativa à luz de seus próprios valores e moralidade, estranhando o caráter antinormativo que movia os sublevados. No entanto, as lideranças não só ecoaram o descontentamento como também compartilharam com os demais a reverência ao sagrado, reconhecendo, inclusive, peculiaridades e méritos com que os “bênçãos” deveriam ser tratados. Não foram refratários ao simbólico nem desprezaram o recurso à palavra; pelo contrário, se fizeram reconhecer pela habilidade com a fala, capazes de produzir e transmitir ideias-xeque que têm o poder de persuadir os interlocutores e, em consequência, de organizar e proteger o espaço contra as ameaças da desordem que pode se instalar na ausência de lideranças que se façam ouvir e respeitar. Além disso, o recurso que fazem à violência não é gratuito e desprovido de sentido, fruto de uma personalidade impulsiva e descontrolada. Há uma gestão da violência como tentativa de chamar a atenção para situações que consideram injustas, como o tempo de internação diferente para as mesmas práticas infracionais. O risco maior de que estas manifestações descambem para ações mortíferas é quando se dirigem aos iguais, na forma dos “cobrados”, pois então podem ser conduzidas por alianças patogênicas fundadas na

cumplicidade para impor humilhação e sofrimento a uma vítima sem possibilidades de defesa. De qualquer modo, o centro pesquisado transformou-se a partir de sua chegada e disseminação, assim como seus atores, em especial os adolescentes. Se para os operadores do direito as mudanças catalisadas a partir das intervenções dos “comandos” foram motivo de preocupação e medidas para neutralizar sua influência, para os próprios adolescentes tiveram outras conotações. Para o entrevistado Bruno, por exemplo, o apoio que recebeu do “comando geral” logo que chegou ao centro causou-lhe a impressão de que contava com alguém para o que precisasse e que isso significava uma demonstração de generosidade, reconhecida por todos, em especial quando as lideranças eram transferidas para outra unidade e deixavam um vácuo que ele comparava à ausência de um amigo. Portanto, para os entrevistados que se sentiram representados em suas demandas pelos “comandos”, sua importância estava sobretudo em dar voz às suas reivindicações, sublevando-os contra situações que consideravam iníquas. A fala dos “comandos” conta com a adesão dos que reconhecem sua excepcionalidade e o caráter de representante de seus próprios anelos, não constituindo o delírio de quem fala em nome próprio e apartado da comunidade dos iguais. Daí que mobilize a fratria a superar a forma resignada de cumprir a medida socioeducativa. Ou seja, operou-se uma mudança de seu *status* político de sujeitos silenciados pelo sistema de justiça para o de contestadores dessa ordem, o que se deu enquanto tentativa de emancipar-se do autoritarismo paterno encarnado pelos representantes do sistema socioeducativo e, assim, recriar o laço social como proteção de todos contra o desamparo. Todavia, o empreendimento não ultrapassou o primeiro tempo do processo identificatório necessário a um deslocamento subjetivo, uma vez que seu movimento disruptivo deparou-se com a dificuldade institucional em compreendê-lo e covalidá-lo enquanto experiência portadora de sentidos. Apesar do desconhecimento dos operadores socioeducativos ao seu esforço de fala, as fratrias emergentes sob os “comandos” produziram efeitos narcísicos, uma vez que instilaram em seus membros o sentimento de cuidado recíproco e de um espaço comum possível de habitar. Mas faltou-lhes o suporte discursivo institucional para que a demanda em ato se transformasse em fala legitimada e capaz de retirá-los da condição de dejetos, de “faltosos”, abrindo fendas para a passagem do sujeito do desejo. O passo seguinte, da desidentificação com o sujeito do ato infracional, foi obstruído pela resposta institucional hostil e silenciadora às formações grupais em torno dos “comandos”, o que impediu a constituição de interlocutores que representassem a castração e o desejo para eles. Assim, a fascinação imaginária reteve o ato insubmisso no ideal fálico e narcísico de forçar sua escuta e visibilizar seu inconformismo, mas sem possibilitar o deslocamento subjetivo para que

habitassem a linguagem como sujeitos de fala. E é o próprio “comando” entrevistado que anuncia o passo seguinte que poderá retirá-lo de sua posição fálica, através da projeção de um futuro factível encarnado pela capoeira e suas referências identificatórias no mestre e no contramestre, além da emancipação do seio familiar pelo pertencimento a uma “família ampliada”. A transição de um *locus* para outro implica renunciar ao gozo narcísico de comandar por uma forma de liderança marcada pelo falo, mas também pela castração. Afinal, para alçar a mestre ou contramestre há um longo percurso na grande fratria dos capoeiristas e a submissão às exigências de disciplina corporal e psíquica que ela enseja. O que estará em causa é um deslocamento subjetivo do transgressor para aquele que se emancipa na medida do esforço compartilhado com a comunidade dos iguais.

Os diversos laços fraternos constituídos no contexto de privação de liberdade investigado indicam a pluralidade de respostas compartilhadas ante o desamparo mais agudo vivenciado pelos adolescentes. Para compreender como tecem e o sentido que atribuem a estas formações é preciso, antes de tudo, escutá-los, para ajudá-los a encontrar sua verdade e desejo resilientes sob a aparência de um total apagamento como sujeitos, resgatando seus atos de rebeldia do estigma de *nonsense* para pensá-los como tentativas de habitar a linguagem, de serem ouvidos. O envolvimento infracional reveste-se de especial significado como movimento para emancipar-se do enquadramento que os adultos tentam impor-lhes, produzindo a ilusão de uma potência ainda por conquistar. Calligaris (2000) dirá que os adolescentes transgridem para serem reconhecidos, ao realizarem os sonhos recalcados dos adultos, que rechaçam a oferta com medidas repressivas, pois preferiam manter intocáveis ou, pelo menos, sob controle os impulsos trazidos à superfície pelos atos de rebeldia adolescente. O autor faz então uma advertência sobre o perigo de dar o mesmo tratamento jurídico reservado aos adultos para os atos infracionais graves dos adolescentes, uma vez que isso implicaria na mensagem explícita de que só mediante a prática de ilícitos com maior potencial ofensivo seriam reconhecidos como adultos. A repressão necessária à infração deve considerar o anelo de escuta e o esforço de autonomia de seus autores, evitando o punitivismo ou a excessiva tolerância como atitudes que levam a mais violência como busca por reconhecimento.

O esforço de escutá-los enquanto pesquisador produziu mudanças na minha forma de percebê-los, sobretudo na pluralidade de sentidos de que se revestem as alianças constituídas em torno dos “comandos”, tirando-me do preconceito institucional que embaçava minha visão e reduzia-os a sujeitos da tirania. Por outro lado, à medida que aprendia a escutá-los e a

conquistar sua confiança, constituía com eles um espaço de compartilhamento de suas experiências, o que lhes oportunizou romper o silenciamento e o apagamento de suas narrativas.

Entendo que um campo fértil de pesquisa pode se constituir para aprofundar muitas das questões que surgiram ao longo desta investigação, mas que ultrapassam o propósito e o horizonte que delimitou o presente trabalho. Considerando a necessidade de elaboração dos lutos insuportáveis na história desses sujeitos e sua dificuldade para formular demandas, como pensar uma clínica implicada com seu sofrimento e emancipação? Como articular as intervenções clínicas a estratégias políticas para desativar o traumático paralisante? O modo de subjetivação na dessubjetivação tão comum a esses sujeitos aponta para uma política da desdiferenciação pensada por Safatle, mas falta-lhe a fagulha da organização coletiva que os projete numa experiência compartilhada de emancipação, como lembra-nos Souza. Portanto, em diálogo com as ciências sociais e afins, a psicologia pode apresentar-se aqui para ajudar na compreensão dos processos psíquicos que impedem os sujeitos e seus arranjos coletivos de acessar suas verdades e desejos transformadores da opressão que os silenciam.

Como forma de transferência de resultados e retorno aos sujeitos da pesquisa, pretendo apresentá-la aos adolescentes que contribuíram para a sua realização, propiciando-lhes a oportunidade de posicionar-se criticamente ante o documento final e se expressarem sobre os efeitos que a experiência produziu em sua visão da temática. Sua opinião será considerada na interlocução a ser posteriormente realizada junto aos atores do Sistema Socioeducativo que colaboraram para a consecução da pesquisa de campo.

Por fim, espero compartilhar com os referidos atores do sistema socioeducativo as reflexões aqui expostas, para que as conclusões que a escuta dos participantes da pesquisa me proporcionou sejam submetidas a suas críticas e, eventualmente, contribuam para uma prática profissional capaz de acolher os laços fraternos tecidos pelos adolescentes em sua complexidade e potencialidade.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 51.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BAUER, M.W; Gaskell, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa – um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BOGDAN, R.C. e BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Recife: CEDCA, 2017.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARVALHO, L. **Por uma teoria do poder destituente, de Giorgio Agamben**. 5dias.net, 2014. Disponível em: < <https://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-georgio-agamben/> >. Acesso em: 09 jul. 2017.

CENTRO DOM HÉLDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. **Educar ou Punir?** A realidade da internação de adolescentes em unidades Socioeducativas no Estado de Pernambuco. Recife, 2017, p. 11-12.

COUTINHO, P. A má-fé da justiça. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 329-352.

DUNKER, C.I.L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FLICK, W. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, L. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 281-304.

FREUD, S. **Totem e tabu**. (1912) In: Obras psicológicas completas. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Vol. XIII.

\_\_\_\_\_. **Psicologia de grupo e análise do ego.** (1921) In: Obras psicológicas completas. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Vol. XVIII.

\_\_\_\_\_. **Inibições, sintomas e ansiedade.** (1925) In: Obras psicológicas completas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974. Vol. XX.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar na civilização.** (1930) In: Obras psicológicas completas. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1974. Vol. XXI.

IRIBARRY, I.N. O que é pesquisa em Psicanálise? **Ágora**, v. VI, n. 1, jan/jun, p. 115-138, 2003.

KAËS, R. **O complexo fraterno.** Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **As alianças inconscientes.** São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

KHEL, M.R. Existe uma função fraterna? In: **Função fraterna.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 31-47.

\_\_\_\_\_. A fratria órfã. In: **Função fraterna.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 209-244.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, M.A.D.S.; ALMEIDA, M.C.P; LIMA, C.C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em Enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem.** Porto Alegre, v.20, n. esp., p. 130-142, 1999.

LUNA, L. “Fazer viver e deixar morrer”: a má-fé da saúde pública no Brasil. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 305-328.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

PASSOS, M.C. Laços de família. **Revista Mente e Cérebro:** edição especial, São Paulo, n. 2, p. 38-47, 2007.

PEREIRA, M.E.C. **Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico.** São Paulo: Escuta, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pânico e desamparo: uma visão.** Jun. 2010. Disponível em:<<http://psychoanalysando.blogspot.com.br/2010/06/panico-e-desamparo-uma-visao.html>>, publicado em 22/06/2010>. Acesso 16 set. 2017.

ROCHA, E; TORRES, R. O crente e o delinquente. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 205-240.

ROSA, M.D.; DOMINGUES, E. **O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos:** a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia e sociedade*, 22(1), p. 180-188, 2010.

ROSA, M.D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

\_\_\_\_\_. **O sofrimento sociopolítico e a dimensão traumática.** In: Jornada do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 19, 2018, Recife.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos:** corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed. Rev. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. Introdução. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 41-48.

\_\_\_\_\_. Como o senso comum e a “brasilidade se tornam ciência conservadora? In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 49-72.

\_\_\_\_\_. A má-fé da sociedade e a naturalização da ralé. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 385-432.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

WIKIPEDIA Artigo. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Xeque-mate>>. Acesso em: 18 set. 2018.

WINNICOTT, D.W. **O ambiente e os processos de maturação.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

## **ANEXO**

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



### **PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

#### **DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** "Comandos" e "Bençãos" em face do desamparo: expressões da função fraterna em adolescentes privados de liberdade

**Pesquisador:** VERONIQUE DONARD

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 79437817.2.0000.5206

**Instituição Proponente:** Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### **DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.397.417

#### **Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que visa investigar a formação de laços grupais entre adolescentes privados de liberdade. Como metodologia, utiliza-se de observação e de entrevistas semi-estruturadas, aplicando a técnica de análise de conteúdo para o tratamento dos dados.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário:

Compreender a relação das diferentes formações grupais com a situação de desamparo vivenciada por adolescentes privados de liberdade.

Objetivo Secundário:

a) Pesquisar quais as relações existentes entre os grupos sob a liderança de comandos e os grupos constituídos pelos chamados "bençãos".

b) Investigar que vinculações estas formações de grupo dos adolescentes mantêm com a condição de insegurança social e civil que caracteriza a agravada pela internação. c) Discutir a noção de desamparo e seu lugar na constituição desses grupos. d) Identificar as perspectivas abertas pelas fraternias constituídas pelos referidos pertencimentos grupais.

Continuação do Parecer: 2.397.417

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa apresenta riscos importantes para os sujeitos participantes tais como: receber pressão de outros adolescentes institucionalizados no mesmo local, assim como de superiores. Entretanto a pesquisadora descreve uma série de medidas que podem ser tomadas no sentido de proteger os participantes da pesquisa. Desde medidas administrativas até o compartilhamento dos resultados da pesquisa. Os benefícios foram detalhadamente descritos e alcançarão toda a instituição, através de um diálogo da pesquisadora com os vários atores implicados no ambiente da pesquisa.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa tem evidente valor científico, social e humanitário.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão adequadamente elaborados. O retorno ao sujeito da pesquisa será feito através de contato individual e em grupo. Igualmente os resultados serão disponibilizados por acesso on line.

### **Recomendações:**

Não há recomendações a serem feitas.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências ou lista de inadequações.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP acompanha o parecer do relator.

### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1019719.pdf	27/10/2017 19:08:48		Aceito
Outros	Guia_de_entrevista.pdf	25/10/2017 18:35:53	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	25/10/2017 18:35:16	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Milton_Bezerra.pdf	25/10/2017 14:43:26	VERONIQUE DONARD	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Acordo_Observacao_Monitor_P B.docx	24/10/2017 17:52:53	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Acordo_Observacao_Adolescent es_PB.docx	24/10/2017 17:52:45	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito

Continuação do Parecer: 2.397.417

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_ENTREVISTA_PB.docx	24/10/2017 17:52:34	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Outros	Curriculo_Orientadora_Veronique_Dona rd.pdf	24/10/2017 17:51:22	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Outros	Curriculum_pesquisador.pdf	24/10/2017 17:49:47	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Orçamento	Orcamento_PB.docx	24/10/2017 17:47:28	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Anuencia_pesquisador.pdf	24/10/2017 17:47:02	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Anuencia_orientadora.pdf	24/10/2017 17:46:49	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_instituicao.pdf	24/10/2017 17:46:25	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Juiza.pdf	24/10/2017 17:46:11	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_FUNASE.pdf	24/10/2017 17:45:43	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito
Cronograma	Cronograma_PB.docx	24/10/2017 17:43:10	MILTON BEZERRA DE LIMA	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 24 de Novembro de 2017

---

**Assinado por:**

**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de  
Azevedo**

**(Coordenador)**

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - GUIA DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CLÍNICA

**Durante a entrevista com o jovem, serão explorados dados obtidos a partir da etapa de Observação, e ainda serão abordados os seguintes temas:**

### **1. Seu contexto familiar**

- Existência de um cônjuge e filhos
- Relacionamento com os diferentes membros da família

### **2. Participação em grupos**

- O que o adolescente entende por “grupos”
- Grupos da infância
- Grupos existentes antes da internação
- Grupos no contexto da internação

### **3. Funcionamento dos grupos em contextos de desamparo (ou adversos)**

- Dificuldades vivenciadas na internação
- O que pode ser feito para mudar a situação
- Impacto dos laços grupais sobre a vivência de situações adversas

## APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CLÍNICA

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Comandos” e “bênçãos” face ao desamparo: expressões da função fraterna em adolescentes privados de liberdade, realizada por mim, Milton Bezerra de Lima, sob orientação da Profa. Dra. Véronique Donard. O/A Juiz/a da Vara Regional da Infância e da Juventude autorizou sua participação, com a concordância do coordenador geral do CASE Jaboatão, por isso não precisaremos pedir que seus pais ou responsável também autorizem, mas você pode consultar sua família e outros adultos de sua confiança se achar necessário. Você não precisa participar se não quiser e é um direito seu desistir de contribuir com a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum problema ou prejuízo para você. Se sentir-se prejudicado por sua participação na pesquisa, poderá comunicar o fato à referida Juíza. O pesquisador fica obrigado a não identificar o seu nome ou usar a sua imagem, além de manter o sigilo das informações que você tiver prestado. Você poderá desistir mesmo depois de ter começado a entrevista, sem prejudicar-se por isso.

O objetivo da pesquisa é compreender como surgem e se organizam os grupos entre os adolescentes quando estão internados. Consideramos importante escutar os próprios adolescentes que estão internados, como oportunidade para falarem de sua experiência sem se preocuparem em ser julgados, além de pensarem sobre os vários grupos de que já participaram fora da internação. Com esta pesquisa, portanto, poderemos ajudar para que eles próprios saiam da internação sabendo que apoios contarão para voltarem à vida em sociedade.

A pesquisa será feita no CASE Jaboatão, onde você cumpre a medida de internação. Outros adolescentes do CASE também foram/serão convidados a participar. A participação de vocês será a partir de uma entrevista comigo, para conversarmos sobre os grupos com que já conviveu. A entrevista será individual, só eu e você, em uma sala que garanta a privacidade, e usaremos um gravador de áudio, se você concordar.

Quanto aos riscos relacionados com a participação na pesquisa, falar de algumas situações pode ser desagradável para você. Caso isso ocorra e prefira não tratar do assunto, não haverá nenhum problema em deixar de falar ou até desistir da pesquisa, a qualquer momento. Além disso, como psicólogo o pesquisador está apto para lidar com essas situações. Caso seja necessário, você poderá contar com o atendimento do/a psicólogo/a que o acompanha no CASE.

Após a conclusão deste estudo, o pesquisador combinará com você uma entrevista para lhe mostrar os dados coletados e a análise que foi feita. Você poderá tirar suas dúvidas e conversar sobre sua situação específica. A dissertação estará disponível por meio eletrônico. Caso sinta necessidade, poderá marcar outras entrevistas com o pesquisador para esclarecer questionamentos ou para falar sobre como os dados da pesquisa mobilizaram seus sentimentos e pensamentos.

As informações obtidas a partir da(s) entrevista(s) concedida(s) por você serão confidenciais e asseguramos o sigilo da sua participação. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes e jovens que participaram.

Você receberá uma cópia deste Termo, onde consta o telefone e endereço do(a) pesquisador(a) principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

### **DADOS DO(A) PESQUISADOR(A) PRINCIPAL**

Profª Drª Véronique Donard

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526, 7º andar do Bloco G4.

Telefone: 2119-4066

E-mail: [veronique.donard@gmail.com](mailto:veronique.donard@gmail.com)

### **ASSENTIMENTO PÓS INFORMADO**

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP, que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, situada na Rua Do Príncipe, 526 – Boa Vista – Bloco G4 – 7º Andar, Setor A, CEP 50050-900 – Recife/PE – BRASIL. Telefone: (81)2119-4376. Endereço Eletrônico: [cep\\_unicap@unicap.br](mailto:cep_unicap@unicap.br) / [pesquisa\\_prac@unicap.br](mailto:pesquisa_prac@unicap.br)

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP

SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar

Edifício EX-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde

CEP: 70750-521 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3315-5878

Telefax: (61) 3315-5879

Jaboatão/PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do adolescente

Assinatura do(a) pesquisador(a)

**APÊNDICE C - TERMO DE ACORDO PARA OBSERVAÇÃO DE ATIVIDADE  
(MONITOR)**

UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CLÍNICA

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pela atividade \_\_\_\_\_, concordo com a participação do psicólogo Milton Bezerra de Lima, mestrando em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, a fim de coletar dados para sua pesquisa intitulada: “Comandos” e “Bênçãos” em face do desamparo: expressões da função fraterna em adolescentes privados de liberdade, durante a referida atividade.

Estou ciente de que a Juíza competente, Dr<sup>a</sup> Ana Maria Wanderley Freire, autorizou previamente à referida profissional o acompanhamento das atividades realizadas no CASE Jaboatão, e que eu poderei solicitar-lhe, a qualquer momento, que interrompa a observação, caso sua presença na atividade me cause algum constrangimento ou prejuízo. Fui informado pelo entrevistador de sua obrigação de preservar-me de qualquer forma de identificação, garantir o sigilo das informações obtidas e que poderei comunicar à autoridade competente sobre qualquer constrangimento ou lesão à minha integridade decorrente da pesquisa, para as providências pertinentes.

\_\_\_\_\_

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP, que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, situada na Rua Do Príncipe, 526 – Boa Vista – Bloco G4 – 7º Andar, Setor A, CEP 50050-900 – Recife/PE – BRASIL. Telefone: (81)2119-4376. Endereço Eletrônico: cep\_unicap@unicap.br / pesquisa\_prac@unicap.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar Edifício EX-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde CEP: 70750-521 – Brasília-DF Telefone: (61) 3315-5878 Telefax: (61) 3315-5879

**APÊNDICE D - TERMO DE ACORDO PARA OBSERVAÇÃO DE ATIVIDADE  
(ADOLESCENTES)**

UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CLÍNICA

Eu, abaixo-assinado, concordo com a participação do Psicólogo Milton Bezerra de Lima, aluno do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, durante a atividade da qual estou participando, a fim de coletar dados para sua pesquisa intitulada: “Comandos” e “Bênçãos” em face do desamparo: expressões da função fraterna em adolescentes privados de liberdade.

Estou ciente de que a Juíza competente, Dr<sup>a</sup> Ana Maria Wanderley Freire, autorizou previamente à referida profissional o acompanhamento da atividade que realizo, e que poderei solicitar-lhe, a qualquer momento, que interrompa a observação, caso sintam-me constrangido ou prejudicado com a sua presença na atividade. Fui informado pelo entrevistador de sua obrigação de preservar-me de qualquer forma de identificação, garantir o sigilo das informações obtidas e que poderei comunicar à autoridade competente sobre qualquer constrangimento ou lesão à minha integridade decorrente da pesquisa, para as providências pertinentes.

Jaboatão, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

---



---



---



---



---



---

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP, que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, situada na Rua Do Príncipe, 526 – Boa Vista – Bloco G4 – 7º Andar, Setor A, CEP 50050-900 – Recife/PE – BRASIL. Telefone: (81)21194376. Endereço Eletrônico: cep\_unicap@unicap.br / pesquisa\_prac@unicap.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar Edifício EX-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde CEP: 70750-521 – Brasília-DF Telefone: (61) 3315-5878 Telefax: (61) 3315-5879